

4.5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) DO FRIGORÍFICO BERTIN – MEIO SOCIOECONÔMICO

Uma vez entendida a dinâmica biofísica que caracteriza a região que se convencionou denominar Área de Influência Direta - AID, como manchas que se estendem no entorno de Marabá, complementa-se a análise, abordando-se seus segmentos econômicos, mas agora tendo por base territorial as unidades municipais, tal como estabelecida.

Nesse sentido, utilizam-se as economias municipais para se entender os segmentos produtivos dominantes mais representativos que acabam impondo os mecanismos principais de sua evolução:

- Quer em termos de especificidades de sua estrutura produtiva e sua evolução;
- Quer quanto ao comportamento demográfico e condições de vida da população residente.

Mais que isso, impõe-se reconhecer a relação entre esses fenômenos, compondo uma síntese do Quadro Socioeconômico da AID.

Para tanto, foram considerados dados e informações secundárias para dar os contornos das economias locais, qualificando-as sempre que possível com os resultados obtidos nos trabalhos de campo.

Com essa restrição apenas temporária, procura-se avaliar o meio socioeconômico, sempre de forma dirigida numa tentativa de se entender de que forma a ampliação da produção do Frigorífico Bertin impactará a região diretamente influenciada pelas suas atividades.

Sendo assim, em relação às economias, privilegia-se o entendimento do papel da pecuária, entre outros setores que conformam a agropecuária, observando-se seus perfis e distribuição territorial pelos municípios, seguidos das atividades industriais, comércio e serviços. Nessas descrições, incluem-se os processos associados à dinâmica da economia, em termos de ritmo de evolução. Para tanto, foi desenvolvido um conjunto de indicadores capazes de pôr em evidência as regularidades e padrões espaciais do comportamento das atividades produtivas que configuram as economias municipais.

Esses indicadores procuram traduzir o desempenho das economias locais (de cada município) de maneira sumária, e são expressos em termos de "riqueza econômica (PIB)" e "produtividade", entre outros, sempre fundamentados quantitativamente. Servirão para o estabelecimento de "casos-tipo" das economias municipais.

Dando seqüência, outros indicadores de natureza demográfica e social também são úteis:

- Para evidenciar uma medida de evolução via comportamento populacional, e como se dão as trocas rurais e urbanas à medida que a produção concentra-se principalmente em três tipos de atividades: cadeia da pecuária de corte, complexo minerário e produção para atender demandas de bens básicos do mercado local;
- Para expressar as condições de vida da população residente em termos de renda e provisão de bens e serviços públicos.

4.5.1. BREVE HISTÓRICO DA AID

A estrutura produtiva da economia estadual vem gradativamente passando por transformações em torno do setor âncora, representado tradicionalmente pelo extrativismo, tal como se verificou nos capítulos anteriores.

Retomando de maneira resumida alguns aspectos tratados a respeito do desenvolvimento do Estado do Pará, observa-se que sua economia passou por uma grande transformação na década de 70, com a política de incentivos fiscais definida pelo Governo Federal para estimular o desenvolvimento da Amazônia, que resultou na implantação de vários projetos industriais, agrícolas e pecuários.

Outro momento de grande mudança nesse perfil econômico iniciou-se em meados da década de 90, mais precisamente em 1995, quando o Governo do Pará adotou mecanismos de incentivo à implantação de novos projetos produtivos e passou a promover a mudança da base produtiva do Estado, considerando suas áreas vocacionais, de modo a garantir um desenvolvimento econômico e social efetivo e permanente. A nova base produtiva do Pará está assim calcada em três grandes áreas: agroindústria, produção mineral (especialmente tendo em vista sua verticalização) e serviços, com destaque especial para o turismo. Desse processo, os municípios da AID participaram com distintos papéis, dependendo de suas vantagens locacionais e disponibilidade de recursos naturais.

4.5.2. DINÂMICA ECONÔMICA LOCAL

4.5.2.1. Participação da AID na Dinâmica Estadual

No sentido de avaliar a importância econômica relativa da AID na dinâmica do estado do Pará, valorizou-se o comportamento do Produto Interno Bruto – PIB Setorial, conforme tabela 4.9.

O PIB da AID representa cerca de 13% do PIB estadual, resultado explicado em grande parte pelo desempenho da pecuária e da mineração, dois segmentos econômicos representativos na área em questão. Assim, o PIB Setorial da AID apresenta a agropecuária como o setor de maior participação no total do Estado (algo como 18%).

Tabela 4.10 - Participação do PIB Total e por Setor da AID nos respectivos PIBs do Estado do Pará

PIB Setorial	AID	% AID	Estado do Pará	% PA	AID/PA
PIB Agropecuária	1.178.123,36	30,35%	6.465.908,31	22,13%	18,22%
PIB Indústria	1.390.277,06	35,82%	9.634.340,79	32,98%	14,43%
PIB Serviços	1.158.611,91	29,85%	11.269.225,81	38,57%	10,28%
PIB Administração Pública	473.543,95	12,20%	4.811.175,66	16,47%	9,84%
PIB Total	3.881.747,66	100,00%	29.215.268,26	100,00%	13,29%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2003.

Elaboração: ARCADIS Tetraplan, maio 2006.



Se for considerada apenas a AID, o setor de maior participação no PIB é o industrial/mineração, seguida pelos segmentos orientados pela frágil urbanização, a saber a agropecuária, fortemente representada pela pecuária, seguida das atividades de comércio e de prestação de serviços, respondendo às demandas da população urbana, com praticamente o mesmo peso na composição do PIB.

Cabe ressaltar que, além da forte vocação para o desenvolvimento de atividades produtivas industriais – concentradas na exploração de produtos minerais, em função das reservas de minério existentes na área, em alguns poucos municípios – a agroindústria está crescendo, ainda que lentamente, com a industrialização de produtos agropecuários e o incremento das cadeias produtivas ligadas à pecuária.

4.5.2.2. Atividades Produtivas Dominantes nos Municípios da AID

Os municípios contidos na área que se convencionou chamar de AID tiveram histórico de desenvolvimento associado especialmente a cinco processos distintos, em períodos diferenciados, variando desde o século XVI até épocas recentes, ora fazendo parte das políticas públicas de cunho regional da época, ora pela exploração dos minérios aí disponíveis:

A) Núcleos agrícolas: dois municípios tiveram seu desenvolvimento ligado aos núcleos agrícolas, a saber:

- São Domingos do Araguaia: os primeiros moradores da área voltavam-se às atividades de caça, à extração de castanha-do-pará e babaçu, substituídas pela produção de culturas de subsistência, com a predominância da produção de arroz. Com a abertura da rodovia Transamazônica, em 1970-71, chegaram novos colonos, estimulados pelo governo federal, em decorrência do programa de colonização implementado pelo INCRA ao longo dessa rodovia. Esses fatos propiciaram rápido aumento da população local, atraindo não só pequenos agricultores, mas também fazendeiros de médio e grande portes, introduzindo na área a criação de gado de corte;
- São João do Araguaia: a ocupação da área decorreu da colonização do Alto Tocantins, tendo sido fundado o povoado em 1779. Com a decadência que se seguiu, foi criada uma colônia militar no local, que também viu seu desbravamento ligado às missões dominicanas. Inicialmente distrito de Marabá, apenas em 1961 teve sua área desmembrada e tornou-se município independente.

B) Núcleos agrícolas evoluindo para mineração: dois municípios tiveram seu desenvolvimento associados aos núcleos agrícolas, a saber:

- Marabá: originou-se a partir de um núcleo agrícola que se instalou na margem esquerda do Rio Tocantins. Atualmente constitui a principal cidade do eixo sul-sudeste do Pará, polarizando ampla região e inserindo-se na rede urbana regional como um centro com funções sub-regionais. Beneficiada pela Estrada de Ferro Carajás, tem em seu território jazidas de cobre e ouro do Igarapé Salobo;
- Canaã dos Carajás: nasceu a partir de um assentamento agrícola denominado Centro de Desenvolvimento Regional – CEDERE. O Projeto de Assentamento Carajás foi implantado a partir de 1982 pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins – GETAT, do Governo Federal. O objetivo era atenuar os conflitos pela posse da terra na região, principalmente na área conhecida como Bico do Papagaio. Em 1985, as atividades de assentamento dos sem-terra terminaram e o GETAT foi extinto. Só em outubro de 1994, através da Lei Estadual 5.860, o CEDERE é desmembrado de Parauapebas e torna-se o município de Canaã dos Carajás;



C) Implantação de infra-estrutura rodoviar ou ferroviária: cabe destacar, nesse caso, três municípios contidos na AID, a saber:

- Piçarra: surgiu quando se iniciou a construção da estrada de São Geraldo do Araguaia a Itaipava. Em decorrência da grande distância, tornou-se necessária a montagem de um acampamento para alojar a equipe e guarda do maquinário. Por ser uma região de floresta, a construtora mantinha, em sua equipe, profissionais da área de saúde (médicos e dentistas), que atendiam as pessoas que necessitavam de cuidados médicos, montando barracos junto ao acampamento da Piçarreira, como era conhecido o lugar, originando assim o povoado e sua denominação;
- Curionópolis: originou-se como município do desmembramento do município de Marabá. Surgiu de um aglomerado de pessoas que, no final da década de 70, instalou-se no km 30 da rodovia PA-275, na expectativa de trabalho na implantação do projeto Ferro Carajás, na construção da estrada de ferro Carajás – Ponta da Madeira ou em busca de ouro, nas dezenas de pequenos garimpos que proliferam na região. Com a ocorrência de ouro na Serra Pelada, no início dos anos 80, Curionópolis consolidou-se como núcleo de apoio a essa atividade e como local de residência das mulheres e filhos de garimpeiros que, à época, eram impedidos de ingressar na Serra Pelada. Tal fato estimulou a implantação de um comércio e setor de serviços rudimentar, mas diversificado, que acabou consolidando Curionópolis como povoação, definitiva, mesmo depois que o ouro daquele garimpo escasseou;
- Xinguara: o desbravamento do território iniciou-se por ocasião da abertura da rodovia PA-279, com finalidade de ligar o Município de São Félix do Xingu à rodovia PA-150, que corta o Estado do Pará. Inúmeros migrantes estabeleceram-se em torno do marco inicial da rodovia, dando origem a uma nova povoação;
- Sapucaia: território desmembrado recentemente do Município de Xinguara, com sede na localidade de Vila Sapucaia, que passou à categoria de cidade com a denominação de Sapucaia;
- Novo Repartimento: a vila de Repartimento foi a denominação dada ao local onde se fixou a povoação oriunda do acampamento da Empresa Mendes Júnior, Construtora da Rodovia Transamazônica. O município surgiu a partir da mudança obrigatória da vila de Repartimento Velho, em decorrência da inundação daquela área pelas águas da represa da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí.

D) Mineração: associados à exploração dos minérios, destacam-se três municípios:

- Brejo Grande do Araguaia: originou-se do desmembramento de São João do Araguaia que, por sua vez, surgiu na década dos anos 50, com o início da exploração de terras situadas às margens do Rio Araguaia. Na metade da década de 60, aumentou o fluxo de pessoas em Brejo Grande do Araguaia, atraídas pela descoberta do garimpo de Itamerim;
- Parauapebas: foi projetada para abrigar populações migrantes e como suporte para os trabalhadores das empreiteiras que dariam apoio ao Programa Grande Carajás – PGC, bem como às subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD;
- Eldorado do Carajás: grande atração populacional à área próxima ao local de implantação do projeto Ferro Carajás e, posteriormente, pelo advento do garimpo de Serra Pelada.

E) Extrativismo: apenas um município teve sua implantação associada fortemente à extração de espécies locais:

- Itupiranga: o município surgiu na povoação Lago Vermelho, fundada por volta de 1896, por extratores de caucho, uma das espécies de seringueira existente na Amazônia.

Estas informações, cotejadas com os resultados apresentados a seguir, permitem compreender que, ao longo do processo de desenvolvimento do estado, alguns dos municípios considerados apresentaram uma mudança de vocação econômica, resultando na alteração do perfil econômico da AID e do próprio estado do Pará.

De forma a caracterizar a estrutura produtiva da AID, optou-se também por utilizar o PIB Setorial dos municípios que compõem a área. Com base nessas informações foi possível agrupar os 16 municípios da AID em 5 grupos, conforme tabela 4.10.

Tabela 4.11 - Participação do PIB Total e por Setor nos municípios da AID

Resultados	N° de Municípios	Municípios	% PIB Agropecuária	% PIB Indústria	% PIB Serviços	% PIB Adm. Pública	PIB Total
Grupo 1 Economia fortalecida	2	Parauapebas	3,71%	69,38%	19,59%	7,32%	1.151.202,78
		Marabá	8,82%	35,25%	42,96%	12,98%	1.075.100,82
Grupo 2 Economia mediana consolidada na pecuária	3	São Félix do Xingu	76,88%	1,35%	15,23%	6,55%	444.786,45
		Xinguara	35,46%	22,08%	32,86%	9,60%	260.660,29
		Novo Repartimento	54,10%	5,07%	25,18%	15,65%	241.136,12
Grupo 3 Economia mediana	3	Canaã dos Carajás	33,62%	47,48%	13,69%	5,20%	170.073,10
		Itupiranga	34,24%	9,29%	32,94%	23,54%	162.953,52
		Piçarra	73,76%	3,84%	15,59%	6,81%	135.245,77
Grupo 4 Economia Frágil	6	São Geraldo do Araguaia	53,38%	3,66%	26,85%	16,11%	133.169,74
		Eldorado dos Carajás	33,46%	13,03%	31,35%	22,16%	115.685,94
		São Domingos do Araguaia	41,41%	4,85%	32,65%	21,09%	80.894,46
		Curionópolis	47,60%	8,01%	28,14%	16,26%	72.185,43
		Sapucaia	76,11%	3,45%	14,84%	5,61%	51.536,66
		Brejo Grande do Araguaia	54,11%	3,79%	26,07%	16,04%	41.688,84
Grupo 5 Economia Incipiente	2	São João do Araguaia	27,49%	5,55%	37,93%	29,04%	34.177,58
		Palestina do Pará	47,50%	3,10%	29,41%	19,99%	30.058,78
Total da AID			28,05%	33,10%	27,58%	11,27%	4.200.556,28

Nesta área, verifica-se, conforme mencionado, que a indústria é o setor de maior participação no total da AID (~36%), seguido de perto pela agropecuária e serviços (~30%).

Em termos do setor agropecuário, cabe destacar os municípios de São Félix do Xingu (onde estão concentrados os grandes produtores de gado e o maior número de frigoríficos), seguido por Sapucaia e Piçarra, onde mais de 75% do PIB é composto pelo setor da agropecuária.

Entre os produtos agrícolas de cultura temporária, cabe destacar a produção de abacaxi, sendo a AID responsável por cerca de 70% da produção do estado do Pará, especialmente no município de São Domingos do Araguaia, que responde por 99% dessa produção. Outros produtos com alguma importância são o milho (~14%), o arroz (~12%) e o tomate (~10%), típicos para atender a demanda local / regional.

Em relação às culturas permanentes, sobressai-se a produção de banana, responsável por cerca de 29% da produção estadual. Outras culturas com produção a destacar são a de mamão (~17%), cacau (~8%) e urucum, no município de Itupiranga, com produção equivalente a 7% da produção estadual.

No setor industrial, destaques cabem a Canaã dos Carajás e Parauapebas, onde mais de 45% do PIB é formado por este setor, concentrado nas atividades da Companhia Vale do Rio Doce na Serra de Carajás e outras jazidas minerais. Cabe lembrar que o Brasil figura entre os maiores produtores de bens minerais do Ocidente e o estado do Pará possui grande peso, em função de suas reservas minerais, de escala internacional.

Atualmente, o Governo do Pará investe na verticalização do aproveitamento de seus recursos naturais, como forma de internalizar suas riquezas, além de incentivar maior diversificação quer na direção da cadeia da pecuária, quer valorizando atividades de transformação dos minérios.

Quanto ao setor de serviços, há que se destacar os municípios de São João do Araguaia, Marabá, principal centro sub-regional da AID. Há situações inversas em que esse setor é importante dada à incipiência da economia, de tal forma que a administração pública passa a representar grande parte da economia, como ocorre em Itupiranga, onde mais de 40% do PIB é composto por este setor.

Outra forma de analisar o PIB é considerar sua evolução, que sinaliza a dinâmica econômica nos municípios estudados, por meio do seu ritmo de crescimento. A tabela 4.11 apresenta a evolução do PIB em um período de cinco anos (1999-2003), bem como os percentuais de participação municipal no PIB total da AID e a contribuição de cada município ao crescimento total do PIB da AID, tratado de aqui em diante como *shift share*¹.

¹ Técnica utilizada para destacar os municípios que no contexto da AID contribuíram para seu crescimento. É o resultado da variação municipal sobre a variação total do PIB ($\Delta\text{PIB}_{\text{municipal}}/\Delta\text{PIB}_{\text{da AID}}$).

Tabela 4.12 - Evolução do PIB Total nos Municípios da AID

Resultados	N° de Municípios	Nome do Município	Anos					% PIB Municipal no Total da AID	Tx Anual Exponencial (99-03)
			1999	2000	2001	2002	2003		Shift-share
Grupo 1 Alta contribuição	3	Marabá	792.028,42	854.118,02	940.458,59	809.609,74	953.425,34	24,56	47,41
		Parauapebas	1.052.595,75	1.284.515,25	1.202.871,64	1.081.349,48	1.158.873,20	29,85	31,22
		Canaã dos Carajás	74.380,84	68.054,84	73.717,76	87.068,34	175.946,44	4,53	29,84
Grupo 2 Média contribuição	5	Novo Repartimento	159.367,64	152.377,02	172.183,00	143.889,04	207.358,99	5,34	14,10
		Piçarra	98.032,20	121.992,23	123.978,83	127.408,38	127.705,84	3,29	8,72
		São Félix do Xingu	387.502,01	408.129,77	489.302,78	468.222,92	416.388,46	10,73	8,49
		Eldorado dos Carajás	66.297,78	70.756,41	76.503,27	83.001,51	93.082,73	2,40	7,87
		Itupiranga	100.794,18	99.832,09	122.528,73	131.980,07	126.027,34	3,25	7,41
Grupo 3 Baixa contribuição	2	São Domingos do Araguaia	54.177,24	58.153,92	57.357,15	60.561,17	64.359,19	1,66	2,99
		Brejo Grande do Araguaia	32.650,64	30.983,11	33.362,04	33.347,10	35.378,73	0,91	0,80
Grupo 4 Contribuição Negativa	4	Palestina do Pará	24.313,93	23.479,86	23.152,93	22.600,94	24.207,92	0,62	-0,03
		São João do Araguaia	26.858,66	25.612,98	26.688,45	22.449,97	24.383,70	0,63	-0,73
		Curionópolis	76.638,74	68.504,76	65.241,59	60.997,85	61.361,00	1,58	-4,49
		Xinguara	269.146,69	248.553,48	332.020,20	226.424,67	248.556,52	6,40	-6,05

Resultados	N° de Municípios	Nome do Município	Anos					% PIB Municipal no Total da AID	Tx Anual Exponencial (99-03)
			1999	2000	2001	2002	2003		Shift-share
Grupo 5 Contribuição Muito Negativa	2	São Geraldo do Araguaia	184.966,29	153.430,52	141.428,74	127.182,19	115.703,96	2,98	-20,35
		Sapucaia	141.600,47	56.966,67	79.629,66	52.438,74	48.988,30	1,26	-27,21
Total da AID			3.541.351,47	3.725.460,93	3.960.425,36	3.538.532,10	3.881.747,66	100,00	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2003

Nessa configuração, há dois municípios que, em termos econômicos, despontam na área, a saber, Marabá e Parauapebas que, respectivamente, respondem por 24,6% e 29,8% do PIB da AID. Ambos são referências urbanas dos empreendimentos da CVRD na Província Mineral de Carajás. Adicionalmente, Marabá é o principal centro de concentração de atividades urbanas de porte regional. A cidade estruturou-se às margens do Rio Tocantins e as áreas urbanizadas são lindeiras a uma complexa rede de interligações hidro-ferro-rodoviárias. Seu núcleo também é atendido pela Estrada de Ferro Carajás, que liga a região com São Luís do Maranhão. Cabe ressaltar ainda o município de São Félix do Xingu, onde a pecuária é uma atividade importante, que responde por quase 11% do PIB da AID, ainda que essas explorações concentrem-se em pequena porção territorial, pois grande parte de sua extensão é ocupada por terras indígenas e Unidades de Conservação, como visto anteriormente.

Outra informação da tabela refere-se à identificação dos municípios com economias mais ativas, onde se registram as maiores contribuições à variação do PIB da AID. Mais uma vez, aparecem os municípios de Marabá e Parauapebas, que respectivamente apresentaram "shift share" de 47,4% e 31,2%, reforçando o dinamismo econômico e a importância dos municípios na região analisada. Cabe destacar ainda o município de Canaã dos Carajás que, apesar de sua reduzida participação no PIB da AID, contribuiu à sua variação com 29,8%². Por outro lado, chamam atenção os municípios de Sapucaia, São Geraldo do Araguaia, Xingua e Curionópolis que apresentaram, no período considerado, contribuições negativas ao crescimento do PIB na área de estudo, ou seja, perderam riquezas acumuladas.

Alterando a variável de apoio, e usando dessa vez o número de estabelecimentos e empresas (RAIS, 2004), foi possível montar as tabelas 4.12 e 4.13. O que se verifica é que as atividades ligadas à prestação de serviços, indústria e comércio representam os setores que mais oferecem empregos na AID, 41,9%, 20,0% e 18,5% respectivamente. Por outro lado, o maior número de estabelecimentos são os comerciais (39,8%), seguidos por aqueles ligados à agropecuária (28,7%) e serviços (19,3%). Tal fato evidencia a presença de empresas de menor porte.

Vale ressaltar, no entanto, que as Tabelas que reúnem essas informações mostram o número de empregos e empresas formais por setor da economia, ou seja, todos os trabalhadores em empregos informais não foram computados.

² O somatório desses três municípios excede 100%, pois outros municípios contribuíram negativamente à variação do PIB.

Tabela 4.13 - Número de Empregados nos Municípios da AID e no Estado do Pará por Setor da Economia

	Indústria	% em relação ao total	% em relação ao município	Construção civil	% em relação ao total	% em relação ao município	Comércio	% em relação ao total	% em relação ao município	Serviços	% em relação ao total	% em relação ao município	Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	% em relação ao total	% em relação ao município
Pará	98.392	15,48	-	29.774	4,69	-	110.140	17,33	-	370.082	58,24	-	27.105	4,27	-
Municípios															
Brejo Grande do Araguaia	14	0,12	3,00	0	0,00	0,00	7	0,07	1,50	343	1,46	73,45	103	1,70	22,06
Canaã dos Carajás	94	0,84	5,83	353	7,21	21,90	226	2,19	14,02	748	3,19	46,40	191	3,14	11,85
Curionópolis	55	0,49	4,45	9	0,18	0,73	48	0,47	3,88	344	1,47	27,83	780	12,84	63,11
Eldorado dos Carajás	270	2,41	53,57	0	0,00	0,00	63	0,61	12,50	46	0,20	9,13	125	2,06	24,80
Itupiranga	386	3,44	28,76	76	1,55	5,66	71	0,69	5,29	579	2,47	43,14	230	3,79	17,14
Marabá	5.060	45,11	23,00	812	16,58	3,69	6.485	62,83	29,48	8.363	35,70	38,01	1.280	21,07	5,82
Novo Repartimento	925	8,25	44,19	2	0,04	0,10	209	2,02	9,99	744	3,18	35,55	213	3,51	10,18
Palestina do Pará	8	0,07	2,52	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	219	0,93	69,09	90	1,48	28,39
Parauapebas	2.845	25,36	16,58	3.618	73,87	21,09	2.067	20,03	12,05	8.437	36,01	49,17	191	3,14	1,11
Piçarra	51	0,45	15,45	5	0,10	1,52	28	0,27	8,48	2	0,01	0,61	244	4,02	73,94



	Indústria	% em relação ao total	% em relação ao município	Construção civil	% em relação ao total	% em relação ao município	Comércio	% em relação ao total	% em relação ao município	Serviços	% em relação ao total	% em relação ao município	Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	% em relação ao total	% em relação ao município
São Domingos do Araguaia	15	0,13	2,52	0	0,00	0,00	67	0,65	11,24	456	1,95	76,51	58	0,95	9,73
São Félix do Xingu	65	0,58	3,14	7	0,14	0,34	191	1,85	9,23	1.175	5,02	56,79	631	10,39	30,50
São Geraldo do Araguaia	103	0,92	7,29	0	0,00	0,00	218	2,11	15,43	803	3,43	56,83	289	4,76	20,45
São João do Araguaia	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,04	4,82	8	0,03	9,64	71	1,17	85,54
Sapucaia	12	0,11	1,63	0	0,00	0,00	5	0,05	0,68	103	0,44	14,01	615	10,12	83,67
Xinguara	1.315	11,72	32,98	16	0,33	0,40	632	6,12	15,85	1.059	4,52	26,56	965	15,88	24,20
Total da AID	11.218	100,00	20,05	4.898	100,00	8,76	10.321	100,00	18,45	23.429	100,00	41,88	6.076	100,00	10,86
% da AID/PA	11,40			16,45			9,37			6,33			22,42		

Tabela 4.14 - Número de Estabelecimentos nos Municípios da AID e no Estado do Pará por Setor da Economia

	Indústria	% em relação ao total	% em relação ao município	Construção civil	% em relação ao total	% em relação ao município	Comércio	% em relação ao total	% em relação ao município	Serviços	% em relação ao total	% em relação ao município	Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	% em relação ao total	% em relação ao município
Pará	3.553	10,35	-	1.188	3,46	-	14.695	42,81	-	10.389	30,27	-	4.498	13,1	-
Municípios															
Brejo Grande do Araguaia	3	0,89	10,00	1	0,82	3,33	4	0,27	13,33	2	0,28	6,67	20	1,86	66,67
Canaã dos Carajás	2	0,59	1,98	10	8,20	9,90	50	3,34	49,50	22	3,03	21,78	17	1,58	16,83
Curionópolis	4	1,18	4,35	2	1,64	2,17	13	0,87	14,13	7	0,97	7,61	66	6,13	71,74
Eldorado dos Carajás	7	2,07	14,58	0	0,00	0,00	16	1,07	33,33	4	0,55	8,33	21	1,95	43,75
Itupiranga	16	4,73	14,16	4	3,28	3,54	23	1,54	20,35	9	1,24	7,96	61	5,66	53,98
Marabá	161	47,63	10,18	45	36,89	2,84	746	49,87	47,16	392	54,07	24,78	238	22,10	15,04
Novo Repartimento	37	10,95	26,62	2	1,64	1,44	46	3,07	33,09	8	1,10	5,76	46	4,27	33,09
Palestina do Pará	2	0,59	12,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,41	18,75	11	1,02	68,75
Parauapebas	47	13,91	7,18	45	36,89	6,87	321	21,46	49,01	186	25,66	28,40	56	5,20	8,55
Piçarra	4	1,18	5,48	2	1,64	2,74	10	0,67	13,70	2	0,28	2,74	55	5,11	75,34
São Domingos do Araguaia	3	0,89	8,57	0	0,00	0,00	10	0,67	28,57	4	0,55	11,43	18	1,67	51,43
São Félix do Xingu	15	4,44	4,98	2	1,64	0,66	61	4,08	20,27	22	3,03	7,31	201	18,66	66,78
São Geraldo do Araguaia	9	2,66	5,96	0	0,00	0,00	48	3,21	31,79	21	2,90	13,91	73	6,78	48,34

	Indústria	% em relação ao total	% em relação ao município	Construção civil	% em relação ao total	% em relação ao município	Comércio	% em relação ao total	% em relação ao município	Serviços	% em relação ao total	% em relação ao município	Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	% em relação ao total	% em relação ao município
São João do Araguaia	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,13	8,00	2	0,28	8,00	21	1,95	84,00
Sapucaia	1	0,30	3,45	0	0,00	0,00	2	0,13	6,90	2	0,28	6,90	24	2,23	82,76
Xinguara	27	7,99	7,34	9	7,38	2,45	144	9,63	39,13	39	5,38	10,60	149	13,83	40,49
Total da AID	338	100,00	8,99	122	100,00	3,25	1.496	100,00	39,81	725	100,00	19,29	1.077	100,00	28,66
% da AID/PA	9,51%			10,27 %			10,18 %			6,98%			23,94 %		

Conforme a tabela demonstra, a AID é responsável por 8,8% dos empregos formais do Pará. Com essas variáveis, verifica-se que é o setor primário que tem a maior participação em relação ao Estado do Pará, embora o setor predominante internamente à região seja o terciário. Em termos totais, na AID distribuem-se quase 11% do total de estabelecimentos do estado.

Analisando-se o setor primário na região, é possível perceber que sua participação de 28% no número de estabelecimentos na AID não se reflete no total de empregos da região (apenas 11% dos empregos estão localizados nesse setor), o que está certamente ligado à grande informalidade existente no setor, não computado no dado utilizado.

O setor secundário é responsável por 20% dos empregos e por apenas 9% dos estabelecimentos, o que mostra a predominância dos empreendimentos de grande porte, que geram um número considerável de empregos em uma quantidade restrita de estabelecimentos.

O sub-setor de serviços, responsável pelo maior número de empregos na AID (42%), está instalado em apenas 19% dos estabelecimentos. O sub-setor comércio responde por 10% dos estabelecimentos e dos empregos existentes na AID.

Vale mencionar que Marabá e Parauapebas, entre os municípios da AID, são os que geram mais oportunidades de trabalho (respectivamente 39 e 30% aproximadamente) e os que concentram o maior número de estabelecimentos comerciais (respectivamente 42 e 17% aproximadamente), reforçando seu dinamismo econômico já identificado quando analisados os PIBs municipais da área.

Considerando-se a natureza das variáveis utilizadas, que captam os mecanismos econômicos formalizados, procurou-se complementar a análise, alterando a variável de apoio, via informação da População Economicamente Ativa – PEA. Com esse tratamento obtêm-se dois resultados relevantes para a caracterização da área de estudo: a taxa de ocupação das economias locais (dada pela relação entre a PEA e a população total dos municípios) e a taxa de emprego (dada pela relação entre o número de empregos formais e a PEA) que, alternativamente, representa um indicador do grau de informalidade. As tabelas 4.14 e 4.15 a seguir apresentam estas duas taxas.

Tabela 4.15 - Taxa de Ocupação nos Municípios da AID

Municípios	Pop. Total	PEA	Taxa de Ocupação
Sapucaia	3.796	1.697	45%
Parauapebas	71.568	30.079	42%
Xinguara	35.220	14.668	42%
Marabá	168.020	67.024	40%
Brejo Grande do Araguaia	7.464	2.769	37%
Eldorado dos Carajás	29.608	10.773	36%
Canaã dos Carajás	10.922	3.974	36%
Itupiranga	49.655	17.355	35%
Curionópolis	19.486	6.782	35%
São Domingos do Araguaia	20.005	6.856	34%

Municípios	Pop. Total	PEA	Taxa de Ocupação
São Geraldo do Araguaia	27.646	9.467	34%
Piçarra	12.671	4.181	33%
Palestina do Pará	7.544	2.410	32%
São Félix do Xingu	34.621	10.982	32%
Novo Repartimento	41.817	12.994	31%
São João do Araguaia	12.247	3.258	27%
Total da AID	552.290	205.269	37%

Fonte: IPEADATA, 2000

Pode-se perceber que alguns municípios possuem, no contexto da AID, uma taxa de ocupação alta, com mais de 40% da população total sendo economicamente ativa, enquadrando-se nessa categoria os municípios de Sapucaia, Parauapebas, Xinguará e Marabá.

No outro extremo, estão os municípios com uma baixa taxa de ocupação, com menos de um terço de sua população economicamente ativa ocupada, enquadrando-se aí os municípios de Piçarra, Palestina do Pará, São Félix do Xingu, Novo Repartimento e São João do Araguaia. Os demais municípios (Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Curionópolis, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia) possuem uma taxa de ocupação média.

Avaliando-se uma proxy do grau de informalidade existente nos municípios, verifica-se que quanto mais alta a taxa de emprego, menor o grau de informalidade no mercado de trabalho do município. Pode-se assim, identificar quatro diferentes extratos em que os municípios em questão enquadram-se. Inicialmente, pode-se verificar um baixo grau de informalidade no emprego nos municípios de Parauapebas, Marabá, Sapucaia e Canaã dos Carajás, onde mais de 40% da PEA possui emprego formal. Já o município de Xinguará pode ser classificado com o grau médio de informalidade, já que uma média de 30% de sua PEA usufrui empregos formais.

Seis municípios, a saber, São Félix do Xingu, Curionópolis, Brejo Grande do Araguaia, Novo Repartimento, São Geraldo do Araguaia e Palestina do Pará podem ser classificados com alto grau de informalidade, variando entre 13 e 19% o valor da taxa utilizada. Por fim, com altíssimo grau de informalidade, com menos de 10% da PEA possuindo emprego formal, enquadram-se os municípios de São Domingos do Araguaia, Piçarra, Itupiranga, Eldorado dos Carajás e São João do Araguaia.

Tabela 4.16 - Taxa de Emprego nos Municípios da AID

Resultados	Nº de Municípios	Municípios	Empregos Formais	PEA	Tx emprego
Grupo 1 baixa informalidade no emprego	4	Parauapebas	17.158	30.079	57%
		Sapucaia	735	1.697	43%
		Canaã dos Carajás	1.612	3.974	41%
		Marabá	22.000	67.024	33%
Grupo 2 média informalidade no emprego	1	Xinguara	3.987	14.668	27%
Grupo 3 alta informalidade no emprego	6	São Félix do Xingu	2.069	10.982	19%
		Curionópolis	1.236	6.782	18%
		Brejo Grande do Araguaia	467	2.769	17%
		Novo Repartimento	2.093	12.994	16%
		São Geraldo do Araguaia	1.413	9.467	15%
		Palestina do Pará	317	2.410	13%
Grupo 3 muito alta informalidade no emprego	5	São Domingos do Araguaia	596	6.856	9%
		Piçarra	330	4.181	8%
		Itupiranga	1.342	17.355	8%
		Eldorado dos Carajás	504	10.773	5%
		São João do Araguaia	83	3.258	3%
Total da AID			55.942	205.269	27%

Fonte: IPEADATA, 2000

Os municípios situados na porção leste da AID possuem os mais altos graus de informalidade no emprego, coincidindo, portanto, com os municípios de economia mais fragilizada, conforme já mencionado. Os municípios onde predominam as atividades agropecuárias também apresentam alto grau de informalidade, como os casos de São Félix do Xingu e Novo Repartimento. Por outro lado, os municípios onde se verificou uma economia fortalecida, apresentam baixo grau de informalidade, como são os casos de Marabá e Parauapebas.

4.5.2.3. Dinâmica Municipal da Pecuária

Historicamente, a pecuária paraense é uma atividade extensiva. Com a chegada das grandes rodovias estaduais e federais e suas vicinais, passou-se à pecuária bovina de terra firme, principalmente no sudeste paraense, por onde se distribuem os municípios da AID, com a implantação de pastagens em áreas de floresta.

Como se mostrou, na AID, a pecuária é atividade de grande relevância, mesmo considerando apenas os dados formais (ver tabela 4.16, que mostra o crescimento do efetivo bovino e respectivo *shift share* com relação ao total da AID e do estado do Pará).

Tabela 4.17 - Efetivo Bovino em 1996 e 2004

Municípios	Efetivo Bovino em 1996	Efetivo Bovino em 2004	Shift Share em relação ao Pará	Shift Share em relação aos municípios da AID
Canaã dos Carajás	-	305.294	-	-
Piçarra	-	299.545	-	-
Sapucaia	-	195.770	-	-
São Félix do Xingu	147.826	1.527.017	12,91	33,38
Marabá	188.400	816.738	5,88	15,21
Novo Repartimento	115.000	454.051	3,17	8,20
Eldorado dos Carajás	71.000	271.113	1,87	4,84
Itupiranga	99.300	279.123	1,68	4,35
Xinguara	392.486	529.337	1,28	3,31
Curionópolis	150.000	286.438	1,28	3,30
São Domingos do Araguaia	51.500	178.024	1,18	3,06
Brejo Grande do Araguaia	66.640	141.346	0,70	1,81
Parauapebas	200.000	257.992	0,54	1,40
São Geraldo do Araguaia	390.000	423.624	0,31	0,81
São João do Araguaia	29.700	56.313	0,25	0,64
Palestina do Pará	33.200	45.587	0,12	0,30
TOTAL AID	1.935.052	6.067.312	38,70	
Pará	6.751.480	17.430.496		
% AID/PA		34,81%		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2004/ IBGE - Censo Demográfico, 1996.

Pela tabela acima, pode-se perceber ainda que o rebanho bovino na AID representa 34,8% do total do estado do Pará, e que a taxa de contribuição dos municípios da AID ao crescimento do rebanho bovino no estado do Pará (conceito de *shift share*) é grande, representando no período 38,7%.

Entre os municípios da AID, os que apresentaram maior contribuição ao crescimento do efetivo bovino estadual foram São Félix do Xingu e Marabá, respectivamente com *shift share* de 12,91% e 5,88%. Se for considerada apenas a AID, os dois municípios são responsáveis respectivamente por 33,38% e 15,21% do crescimento do rebanho, ou seja, metade da dinâmica da pecuária acontece nesses espaços.

Em termos da pecuária leiteira, cabe ressaltar que esta atividade é bastante nova, já que 86% dos laticínios foram implantados a partir de 1996, mas se transformou atualmente numa atividade econômica importante no contexto da região sudeste do Pará. O aumento verificado nos últimos 10 anos decorreu especialmente do fortalecimento e expansão da agricultura familiar, resultante das pressões sociais pela regularização fundiária de terras da União ou de domínio irregular e por outros processos que trouxeram pessoas à região, como os garimpos, a abertura de estradas e a própria dificuldade de sobrevivência das famílias em suas regiões de origem.

De acordo com o Diagnóstico do Arranjo Produtivo do Leite no Sudeste do Pará, desenvolvido em convênio entre a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e a Universidade Federal do Pará – UFPA, os municípios com maior destaque na área de estudo³ são Eldorado dos Carajás, Marabá e São Domingos do Araguaia que, juntos, respondem por cerca de 70% da produção leiteira na mencionada área. Outros municípios onde a atividade é relevante são Itupiranga, São João do Araguaia e Parauapebas, que respondem por 11% da produção total.

Complementando essa configuração com resultados de desempenho, a taxa de lotação do rebanho bovino, dá indícios da produtividade das pastagens, o que pode ser verificado na tabela 4.17 a seguir.

Tabela 4.18 - Taxa de Lotação do Rebanho Bovino – 1996

Resultados	Nº de Municípios	Municípios	Área Ocupada pela Pecuária (em ha) - 1996	Efetivo Bovino - 1996	Taxa de Lotação (efetivo/área)
Grupo 1 Alta taxa	4	São Geraldo do Araguaia	242644,92	390000	1,61
		Xinguara	278591,8	392486	1,41
		Parauapebas	172084,17	200000	1,16
		Curionópolis	132531,8	150000	1,13
Grupo 2 Média taxa	5	Novo Repartimento	109850,793	115000	1,05
		Palestina do Pará	33205,19	33200	1
		Eldorados dos Carajás	73201,433	71000	0,97
		São Domingos do Araguaia	58882,95	51500	0,87
		São Félix do Xingu	170155,515	147826	0,87
Grupo 3 Baixa taxa	2	Brejo Grande do Araguaia	79714,319	66640	0,84
		São João do Araguaia	35736,589	29700	0,83
Grupo 4 Baixíssima taxa	2	Itupiranga	126681,599	99300	0,78
		Marabá	265449,04	188400	0,71

³ A área de estudo do mencionado estudo compreendeu 11 municípios da mesorregião sudeste do Pará, a saber: Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Nova Ipixuna, Jacundá, Rondon do Pará, Curionópolis e Canaã dos Carajás. Vale lembrar que, desses 11 municípios, apenas 3 não fazem parte da AID – Nova Ipixuna, Jacundá e Rondon do Pará.

Resultados	Nº de Municípios	Municípios	Área Ocupada pela Pecuária (em ha) - 1996	Efetivo Bovino - 1996	Taxa de Lotação (efetivo/área)
Sem Informação		Canaã dos Carajás	-	-	-
		Piçarra	-	-	-
		Sapucaia	-	-	-
		Pará	7455727,57	6751480,00	0,91

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1996.

A taxa de lotação entre os municípios varia entre 0,71 e 1,61, sendo a média estadual 0,91 animais por hectare. Assim, foi possível agrupar os municípios em quatro grupos, em que se verifica que os municípios de São Geraldo do Araguaia, Xinguara, Parauapebas e Curionópolis apresentam as mais altas taxas de lotação da AID, superiores inclusive à do estado.

No outro extremo, é interessante verificar que, São Félix do Xingu e Marabá apresentam uma taxa de lotação baixa, inferior à do Estado inclusive, de 0,87 e 0,71 cabeças/hectare o que, pelo fato de possuírem os maiores rebanhos, implica numa utilização de área cada vez maior, o que pode impactar diretamente as áreas protegidas existentes em ambos os municípios e entorno.

4.5.3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIDADES PRODUTIVAS DA CADEIA PECUÁRIA

Considerando a dinâmica municipal da pecuária descrita a partir de dados secundários, cabe agora aprofundar suas características com os dados levantados na pesquisa de campo, tendo em vista precisar seus mecanismos de produção e indicadores.

Com esse conhecimento é possível, juntamente com os resultados do experimento piloto, propor diretrizes e recomendações para que o Frigorífico otimize as suas compras em termos econômicos e sociais e, desta forma, contribua para garantir a sustentabilidade da cadeia pecuária associada.

4.5.4. ENFOQUE METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo teve como objetivo caracterizar a produção pecuária nos 16 municípios que compõem a AID. Para tanto, abordou duas frentes principais:

- as características do Sistema Produtivo adotado na pecuária de corte, como área de exploração, indicadores de desempenho e manejo agropecuário; e
- a Legislação Ambiental e Trabalhista, com questões relacionadas às condições de saúde e segurança do trabalhador, ao meio ambiente e ao nível sócio-cultural do produtor.

A pesquisa foi baseada na aplicação de um questionário individual (anexo 4.1), realizada entre os dias 15 e 31 de maio de 2006 por uma equipe de pesquisadores locais, devidamente treinados entre os dias 11 e 13 de maio. Esse treinamento incluiu o comportamento dos pesquisadores diante dos entrevistados e quesitos técnicos do processo

produtivo utilizado. Foram realizados pré-testes, análise de consistência e ajustes no questionário durante a primeira semana da pesquisa, contando com o acordo de representantes do Grupo Bertin e IFC.

Seguem esclarecimentos metodológicos sobre a pesquisa:

A) Amostra

A amostra foi realizada visando garantia, tanto quanto possível, territorial e setorial. Para tanto, foram contemplados produtores de tamanho e sistema produtivo variados, distribuídos nos 16 municípios que compõem a AID.

B) Segmentos do questionário

O questionário aplicado pode ser dividido em 9 segmentos principais, sendo eles:

- dados de identificação e características do respondente;
- características e regularidade da propriedade;
- conhecimento da legislação ambiental vigente;
- sistema produtivo;
- caracterização das pastagens;
- comercialização anual;
- mão de obra;
- participação e ação social;
- impressões sobre a pecuária na região – dificuldades e sugestões.

Os quesitos foram avaliados de forma mais abrangente possível, dentro de limites para que não fosse demasiadamente cansativo, o que poderia prejudicar a qualidade das respostas obtidas.

C) Sistematização dos Resultados da Pesquisa

Com os questionários preenchidos, iniciou-se a atividade de sistematização das informações utilizando conceitos e ferramentas de banco de dados. A metodologia adotada possibilitou o desenvolvimento de um processo sistêmico informatizado visando:

- 1 – A consolidação dos dados;
- 2 – A integridade e consistência das informações obtidas;
- 3 – A operabilidade dos dados através de meios funcionais;
- 4 – O desenvolvimento de algoritmos estabelecidos na construção de indicadores.

A primeira etapa para a construção do banco de dados diz respeito à modelagem dos dados, onde cada informação foi padronizada, respeitando determinados formatos definidos. (campos alfa, alfanumérico ou numérico; campo-chave; regras de validação, máscaras de entrada). A identificação de meta-dados para essa etapa foi importante para evitar quaisquer equívocos posteriores, elegendo critérios que respeitassem a unidade de medida, período, tipo de informação qualitativa ou quantitativa, etc. Outra questão importante na modelagem foi a preocupação com a formatação dos campos, levando em consideração a entrada de dados com representação idêntica ao questionário, facilitando a digitação e restringindo erros na tabulação dos dados.

Após a validação da modelagem, deu-se seqüência à etapa de inserção das informações no banco de dados. Foram consideradas nessa etapa algumas checagens dos primeiros questionários integralmente sistematizados, visando possíveis alterações necessárias na modelagem de dados, e adequando o que seria o formato ideal na digitação dos dados. Constantemente, foram feitas auditorias nas informações digitadas através de confirmação aleatória entre o questionário físico e a tabulação existente.

Com o banco de dados estruturado, consultas elaboradas possibilitaram a extração dos dados de forma otimizada, gerando resultados que servem de insumo nas demais atividades co-relacionadas.

O banco de dados foi estruturado em plataforma Microsoft Access, originando um arquivo em formato aberto e de arquitetura simples, podendo seus dados serem importados ou exportados através de filtros ODBC para diversos outros formatos. (Excel, SPSS, DBase, etc.). Esse arquivo contempla uma matriz única de dados, com extensa cadeia de campos representativos das informações do questionário, e possibilita exaurir os diversos cruzamentos entre as entidades (propriedades), os municípios e as respostas obtidas na pesquisa de campo.

4.5.5. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O objetivo precípua da pesquisa, conforme anteriormente explicitado, era de captar as principais características do sistema produtivo da pecuária nas áreas de influência direta do empreendimento. Para tanto, foram realizados esforços para que o entrevistado fosse prioritariamente o proprietário da fazenda. Ocorre que, como já previsto, em muitas das fazendas ao invés do proprietário encontrou-se o administrador/gerente ou ainda, um arrendatário.

Por esse motivo o questionário foi estruturado para obter informações desses 3 tipos de respondentes e os pesquisadores foram capacitados para durante a realização da entrevista estabelecer um fluxo específico, pular algumas questões e/ou requerer ou aprofundar informações mais qualitativa, de acordo com essa especificidade.

Desse modo, a análise dos resultados também considera essas distinções e será apresentada ora por tipo de entrevistado – proprietário, administrador/gerente ou arrendatário – ora por tamanho do produtor – muitos grandes/grandes, médios, pequenos, e muito pequenos, sempre que houver pertinência ou for de relevância para melhor compreensão da informação.

O tamanho dos proprietários foi definido a partir do tamanho do rebanho e as estratificações foram feitas segundo a média e o desvio padrão das respostas obtidas nas entrevistas qualitativas.

Ressalta-se, mais uma vez, que esses resultados não podem ser vistos como representativos, do ponto de vista estatístico, tanto no que se refere ao perfil dos proprietários, quanto às características das propriedades pesquisadas. Entretanto, a análise dos mesmos permitiu que fossem confirmadas muitas das opiniões e impressões qualitativas que foram coletadas em outros levantamentos de informações do Projeto, pelos técnicos da ARCADIS Tetraplan.

A partir das decisões metodológicas adotadas, tendo em vista o número de propriedades a serem pesquisadas e a ausência de dados sobre sua localização institucional e geográfica, os seguintes resultados foram considerados consistentes, dando um panorama geral sobre a organização da produção nos municípios da AID.

Nesse sentido, inicia-se a análise mostrando as características dos entrevistados quanto a atributos pessoais e participação social, e as características da mão de obra utilizada e seus vínculos empregatícios.

Segue-se a análise com o tamanho dos produtores entrevistados, tipos de atividades produtivas desenvolvidas na região, produção dominante entre as propriedades pesquisadas, com grande destaque a exploração da pecuária de corte, algo em torno de 75%, orientação dos sistemas produtivos, características dos rebanhos e principais práticas de manejo adotadas.

Inclui-se também uma análise sobre as relações comerciais de compra e venda de animais e os resultados em termos de características fundiárias e ambientais, no sentido de reserva legal e manutenção de APPs, mostrando, no entanto, alguns desajustes.

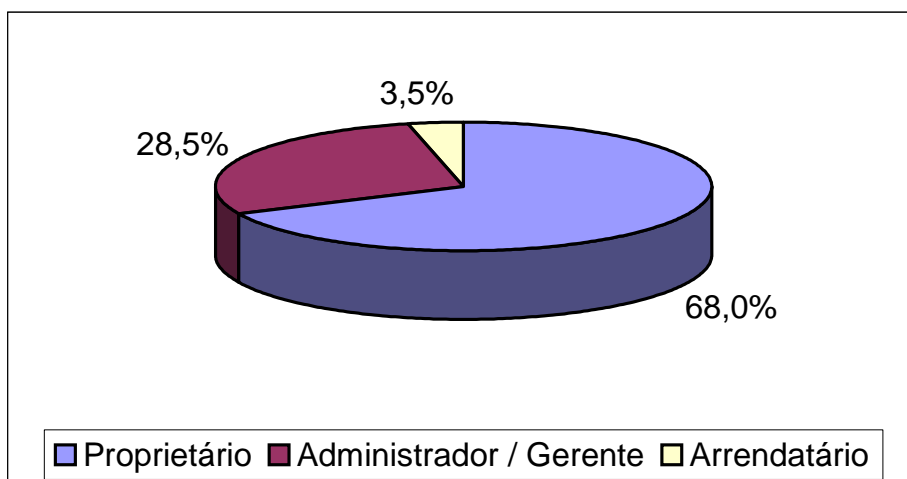
Na seqüência esses itens são apresentados.

4.5.5.1. Características dos Entrevistados

Descreve-se a seguir as características dos entrevistados, no que se refere aos seus atributos pessoais e suas formas de inserção na comunidade. Sendo que, algumas das dificuldades que os mesmos antevêm para a expansão de uma pecuária sustentável, além de sugestões para a superação das mesmas foram utilizadas como subsídios para identificação dos impactos e/ou encontram-se distribuídas nos programas propostos no ESMS.

Durante as entrevistas, foi possível abordar diretamente o proprietário na maior parte (68%) das 144 pesquisas realizadas, sendo que dos restantes, 28,5% dos respondentes eram os administradores ou gerentes e em 3,5% dos casos quem respondeu ao questionário foi o arrendatário da propriedade. O Gráfico a seguir ilustra esses dados.

Gráfico 4.2 - Tipo de Respondente



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

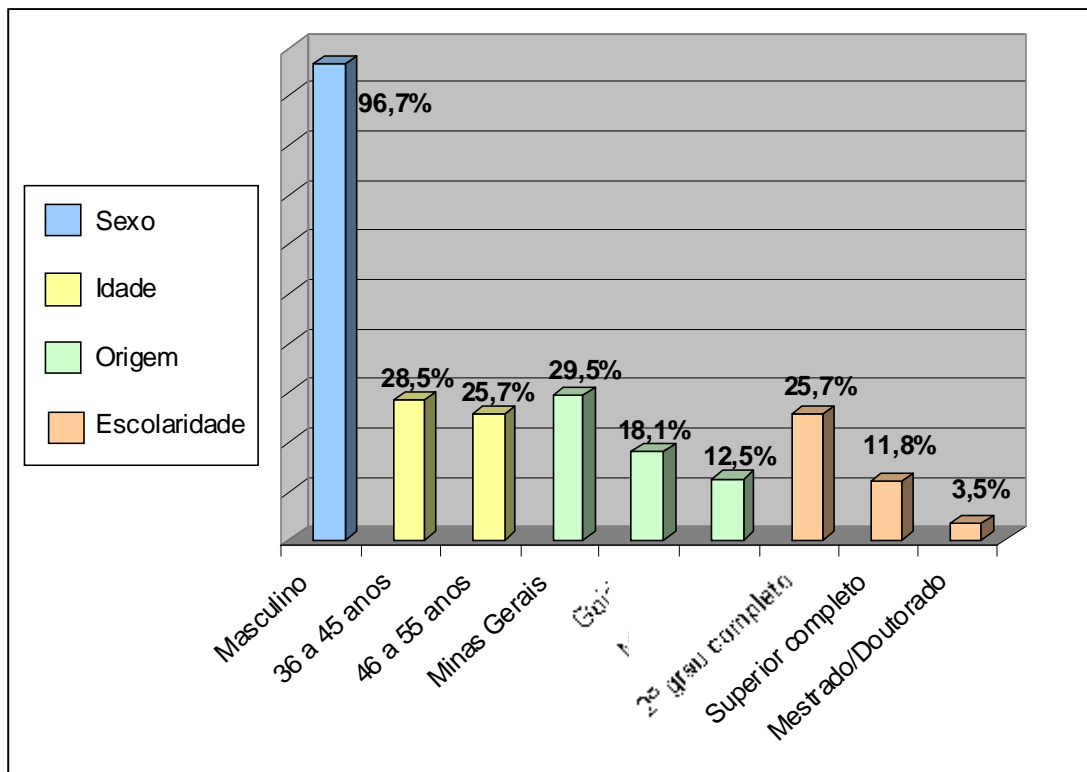
Fonte dos dados brutos: Questionários

O Gráfico 4.3 apresenta os principais atributos pessoais dos respondentes. A grande maioria é do sexo masculino (97,6%) e 54,2% dos entrevistados têm entre 36 e 55 anos. É bastante importante a migração na região: 29,5% dos entrevistados são originários do estado de Minas Gerais, 18,1% de Goiás e 12,5% do Maranhão.

Em termos de escolaridade, apenas 25,7% dos entrevistados concluíram o 2º grau. Entretanto, chama a atenção um percentual relativamente elevado de pessoas com curso superior completo (11,8%) e até mesmo com mestrado/doutorado completo. Nesse último caso estão inseridos os administradores e gerentes das propriedades.

Cabe ressaltar que os administradores/gerentes são mais jovens (26% têm idade entre 19 a 35 anos), e como já observado, possuem um nível mais alto de escolaridade (24% possuem nível superior em contraponto a apenas 12,2 % dos proprietários). Isso pode estar sinalizando que as migrações que ocorrem para o estado do Pará, não se referem somente às populações de baixa renda vindas do nordeste brasileiro, mas que a cadeia pecuária no estado vêm atraindo também mão de obra com maior grau de especialização e qualificação.

Gráfico 4.3 - Principais Atributos Pessoais

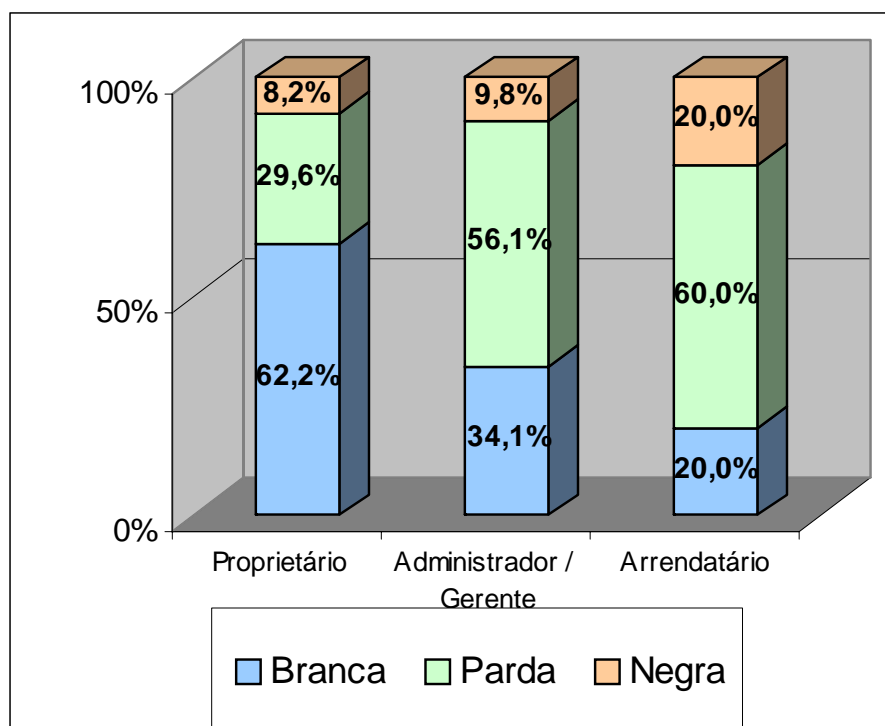


Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

Fonte dos dados brutos: Questionários da Pesquisa de Campo

No quesito raça/cor, é interessante observar que a maioria dos proprietários (62,2%) declarou-se como branco e 56,1% dos administradores como pardos. Os arrendatários também são pardos em sua maioria (60%), mas é dentre esse tipo que se encontra o mais expressivo número de negros (20%).

Gráfico 4.4 - Raça/cor dos entrevistados



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

Fonte dos dados brutos: Questionários

4.5.5.2. Participação Social

Em termos de participação social, de uma forma geral, os proprietários têm uma postura mais ativa quando se trata de participar de atividades sociais, sendo que 67,9% deles declararam participar de alguma atividade social, assim como 28,3% dos administradores/gerentes. No outro extremo, os arrendatários participam muito pouco dessas atividades, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 4.19 - Participação Social segundo tipo de entrevistado

Participação Social segundo tipo de entrevistado				
Participa ou desenvolve atividades sociais	não		sim	
	Qtde	%	Qtde	%
Administrador / Gerente	11	28,9%	30	28,3%
Arrendatário	1	2,6%	4	3,8%
Proprietário	26	68,4%	72	67,9%
Total geral	38	100,0%	106	100,0%

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

Fonte dos dados brutos: Questionários

Assim, dentre os proprietários que declararam participar, conforme se observa a seguir, 31,7% demonstram uma preferência de atuação nos sindicatos rurais, contra 28,3% dos administradores/gerentes. Entretanto, o maior grau de participação sindical está associado aos arrendatários, 80%. Esse fato corrobora o que foi encontrado em outras abordagens de campo, especialmente entrevistas qualitativas e reuniões focais, ou seja, uma forte atuação de organizações não governamentais no sudeste paraense, assim como dos sindicatos e representações de classe. As aproximações feitas com a FETAGRI, Sindicato dos Produtores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores rurais foram determinantes para que a ARCADIS Tetraplan obtivesse subsídios qualitativos para o presente estudo.

Tabela 4.20 - Participação em Atividades Sociais

Atividades de participação social segundo tipo de entrevistado						
Atividades Sociais	Administrador / Gerente		Arrendatário		Proprietário	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalho voluntário em projetos da comunidade	3	6,1	-	-	17	13,5
Participação financeira em projetos e ações governamentais e/ou da comunidade social	20	40,8	-	-	32	25,4
Projeto Social próprio	-	-	-	-	-	-
Movimentos sociais (MST, FETAGRI, etc)	6	12,2	-	-	20	15,9
Participa de Sindicatos Rurais	18	36,7	4	80,0	40	31,7
Outros	2	4,1	1	20,0	17	13,5
Total	49	100,0	5	100,0	126	100,0

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

Fonte dos dados brutos: Questionários

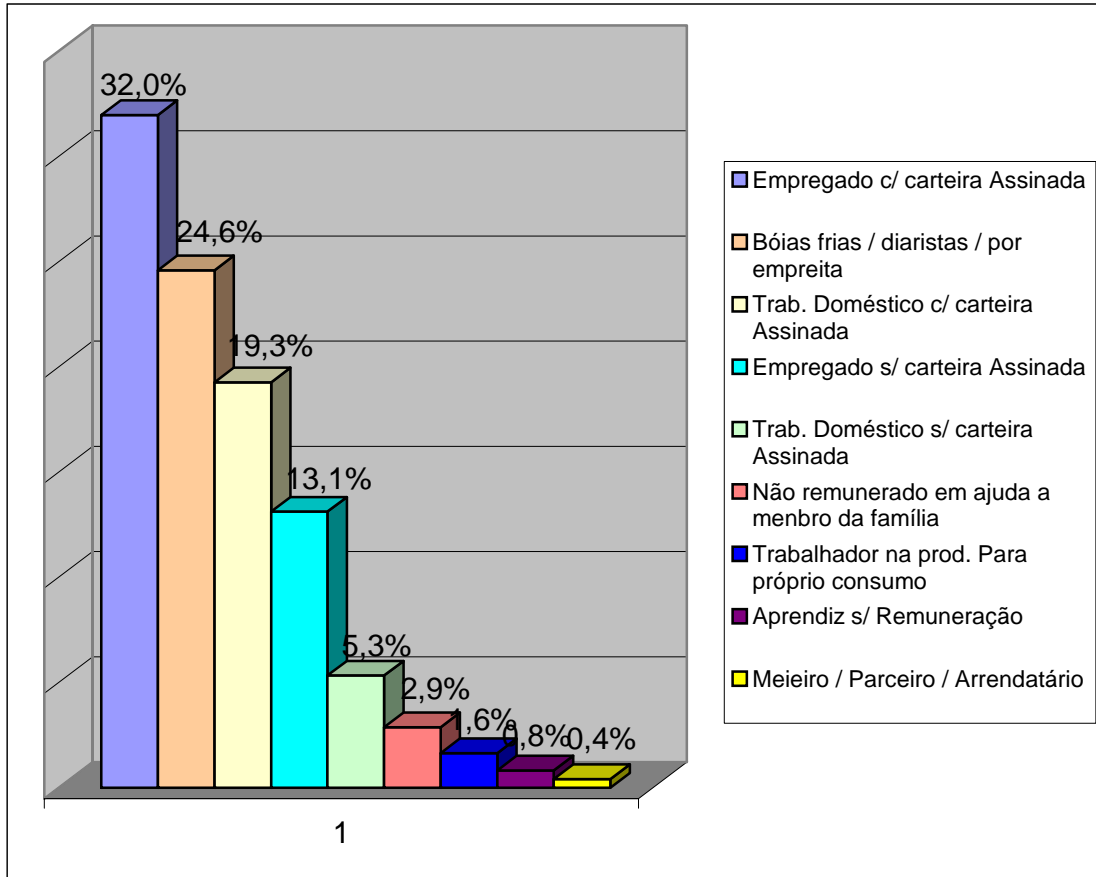
4.5.5.3. Mão de obra utilizada nas propriedades Rurais

As respostas às entrevistas mostram uma predominância, em termos de mão de obra utilizada, de empregados com carteira assinada (32%), seguido de bóias frias, diaristas ou empregados por empreita (juntos somam 24,6%). Ainda que não se possam fazer inferências estatísticas, é interessante observar um aspecto ocorrido em campo que diz respeito ao fato dos pesquisadores não terem encontrado resistências por parte dos entrevistados em relatar sobre situações de informalidade trabalhista em suas propriedades.

Há um número expressivo de afirmativas sobre a existência de trabalhadores ativos sem registro em carteira e, ainda, um último subconjunto dos que trabalham pelo próprio sustento ou em ajuda aos membros da família. Assim, convivem no mesmo espaço situações de regularidade e irregularidade, o que de certa maneira pode ser um elemento

que dificulte a apreensão de situações como a de utilização de trabalho forçado na cadeia da pecuária.

Gráfico 4.5 - Vínculo empregatício da mão de obra utilizada nas propriedades rurais



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

Fonte dos dados brutos: Questionários

Ainda no sentido de apreender possíveis fragilidades, sob o ponto de vista de direitos trabalhistas, no vínculo de emprego dos trabalhadores com os proprietários e também possíveis benefícios adicionais oferecidos pelos produtores, as ocorrências de resposta sinalizaram um possível cumprimento de alguns direitos básicos do universo do trabalho, como previdência social e FGTS. Por outro lado, as distâncias das fazendas dos principais centros urbanos associado às precariedades das estradas podem ser os motivos da oferta de creches e escola aos filhos dos trabalhadores, tanto entre os grandes quanto nos muito pequenos proprietários rurais.

Tabela 4.21 - Tipo de Benefícios oferecidos aos trabalhadores das propriedades rurais.

Tipo de Benefícios oferecidos aos trabalhadores das propriedades rurais							
Tamanho produtor	Previdência Social	FGTS	Assistência Médica	Alimentação	Creche	Escola	Outros
Muito Grande	2	2		2	1	-	-
Grande	30	33	8	16	1	4	5
Médio	34	33	4	24	-	1	4
Pequeno	9	10	1	6	-	-	-
Muito Pequeno	5	3	2	5	-	4	-
Não respondeu	-	-	-	-	-	4	-
Total geral	80	81	15	53	2	13	9

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006

Fonte dos dados brutos: Questionários

Um outro aspecto extremamente relevante, diz respeito aos esforços de qualificação de mão de obra que eventualmente pudessem estar sendo empreendidos pelos proprietários rurais. Os resultados obtidos podem ser utilizados pelo Grupo Bertin como subsídios para definição dos temas a serem objeto de capacitação e formação dos programas de educação ambiental e correlatos, constantes do ESMS.

Dos produtores entrevistados a concentração das atenções esteve vinculada principalmente à produção, manejo de animais e de agrotóxicos, 40 e 27 citações respectivamente. Destaque-se que, por exemplo, treinamentos relativos às técnicas de preservação do meio ambiente obtiveram o menor número de indicações.

Tabela 4.22 - Tipo de treinamento oferecido aos trabalhadores das propriedades rurais, segundo tamanho do produtor.

Tipo de treinamento oferecido aos trabalhadores das propriedades rurais, segundo tamanho do produtor						
Tamanho produtor	Conduta, higiene pessoal	Manejo dos animais e bem estar dos animais	Técnicas de preservação do meio ambiente	Saúde e segurança do trabalhador rural	Manejo de agrotóxicos e produtos veterinários	Outros
Muito Grande	1	2	-	2	1	-
Grande	4	13	3	10	13	6
Médio	2	12	1	2	8	2
Pequeno		6	-	-	1	1
Muito Pequeno	2	7	3	2	4	3
Não respondeu	-	-	2	1	-	3
Total geral	9	40	9	17	27	15

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006
 Fonte dos dados brutos: Questionários

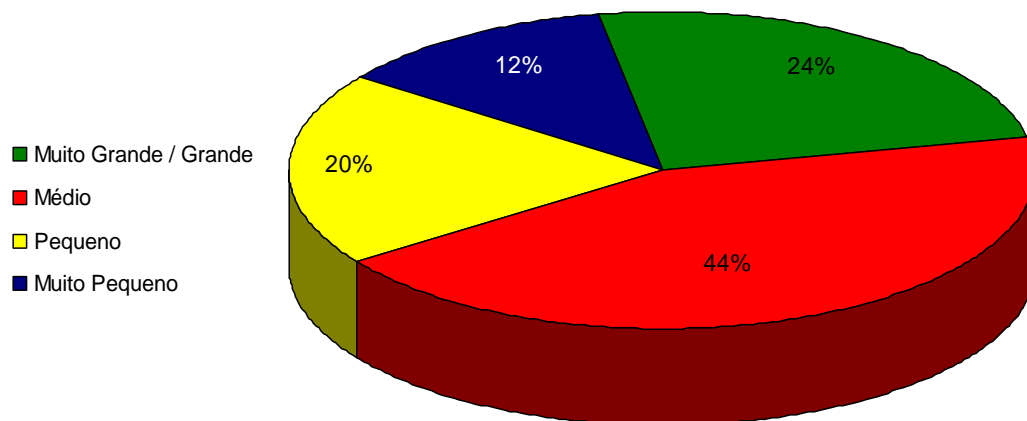
4.5.5.4. Tamanho dos Produtores

Considerando-se a distribuição da pesquisa em termos do tamanho do produtor, das entrevistas realizadas 44% abordaram médios produtores, ou seja, com rebanho entre 679 e 3.662 animais, 20% pequenos produtores, com rebanho entre 298 e 678 animais e 12% muito pequenos produtores, ou seja, aqueles que possuem rebanho inferior a 297 animais.

Os grandes produtores (rebanho entre 3.663 e 21.737 animais) e muito grandes produtores (rebanho acima de 21.737) somaram 24% das entrevistas e serão tratados conjuntamente devido ao pequeno número de muito grande produtores (1,5%) entre os entrevistados.

Os percentuais da distribuição da pesquisa são relacionados no gráfico a seguir.

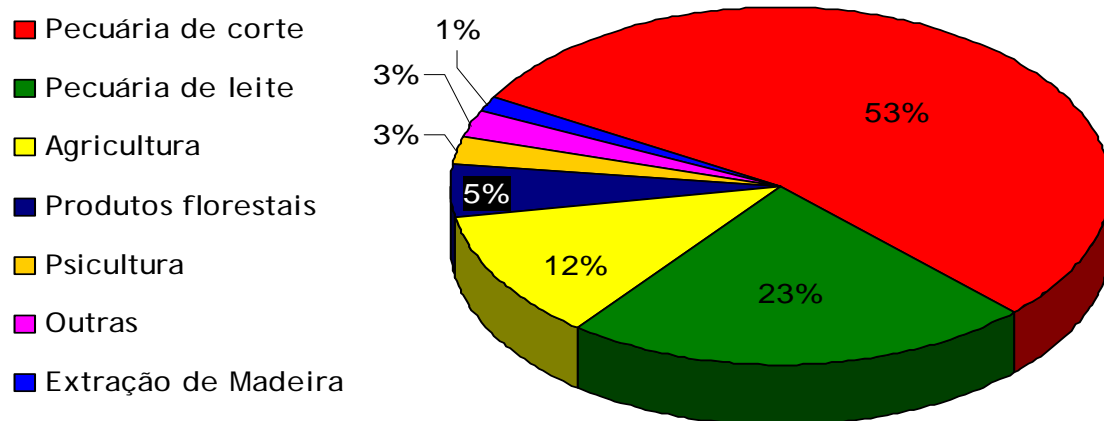
Gráfico 4.6 - Abordagem da pesquisa em relação ao tamanho do produtor.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006
 Fonte dos dados brutos: Questionários

Considerando-se a atividade produtiva desenvolvida pelos produtores entrevistados, 76% dedicam-se a atividade pecuária, revelando a consolidação e a importância da pecuária como atividade econômica na região. Há, ainda, uma predominância da pecuária de corte em relação à leiteira, representando 53% e 23% do total, respectivamente. Os outros 24% dedicam-se a outras atividades, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 4.7 - Tipo de Atividade Desenvolvida (% produtores).



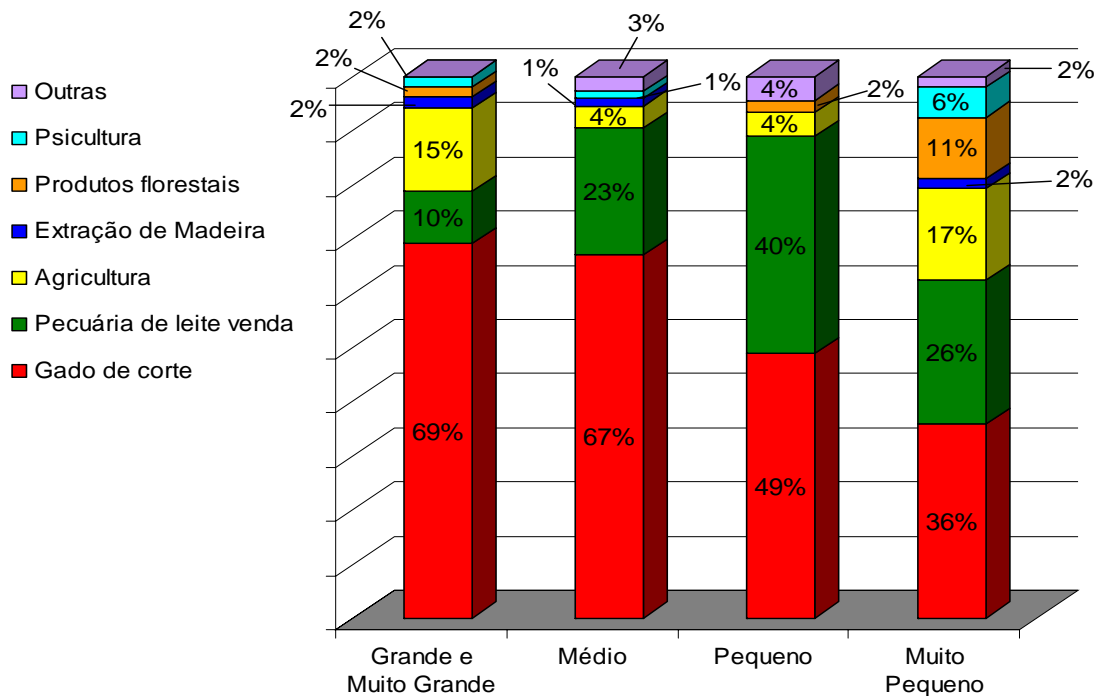
Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

Do total de entrevistados, apenas 12% disseram realizar agricultura em suas propriedades, sendo que estes estão concentrados principalmente entre os muito pequenos e muito grandes/grandes produtores.

Essa observação corrobora as informações obtidas em entrevistas realizadas na região pela equipe da ARCADIS tetraplan, quando se verificou que, normalmente, a agricultura é uma atividade de subsistência para produtores familiares, ou destinada à alimentação animal nas propriedades que usam maior tecnologia na produção pecuária (ex. fabricação de silagens), não sendo uma atividade comercial importante para a região. O gráfico a seguir apresenta as atividades produtivas, em percentual, desenvolvidas pelos diferentes tamanhos de produtores.

Gráfico 4.8 - Atividades produtivas desenvolvidas pelos diferentes tamanhos de produtores.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

A pecuária leiteira concentra-se entre pequenos (40%) e muito pequenos produtores (26%) que, normalmente, se unem formando cooperativas de leite ou produzem para a sua subsistência. Os grandes e muito grandes produtores praticamente não se dedicam à atividade leiteira (10%), mas esse percentual aumenta entre os médios produtores (23%).

As demais atividades, como a exploração de produtos florestais não madeireiros, piscicultura e outras, somam, juntas, 12% do total das atividades produtivas da região em estudo, conforme visto no gráfico 4.7 e estão concentradas principalmente entre os muitos pequenos produtores, ou seja, em produtores familiares, o que é esperado já que são atividades mais intensivas em mão de obra.

4.5.5.5. Atividade Pecuária de Corte

Dada a importância econômica e o interesse para o Projeto, a atividade pecuária de corte será analisada com maior detalhamento, considerando-se seus sistemas produtivos, características e evolução do rebanho e o fluxo comercial de animais.

4.5.5.6. Sistema Produtivo

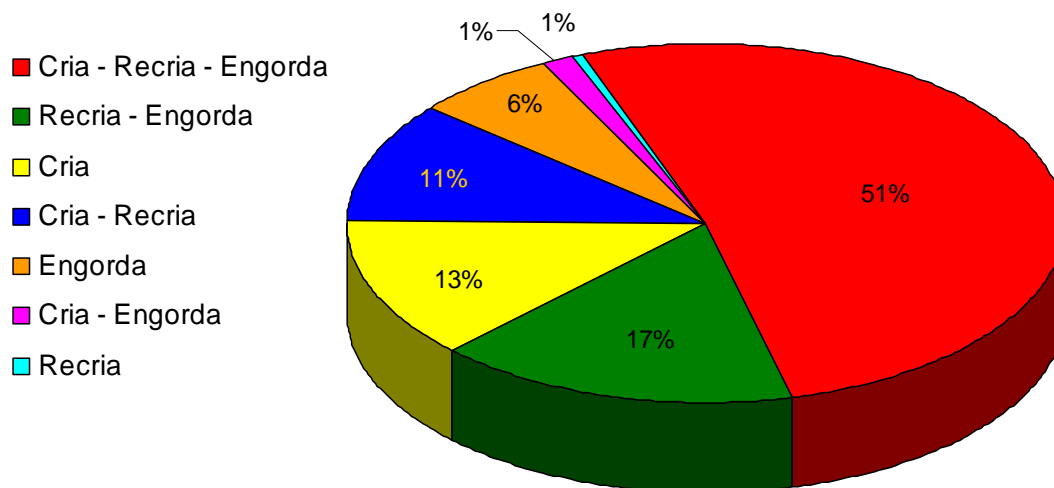
Em relação ao Sistema Produtivo, percebe-se que a maioria dos produtores (51%) realiza o ciclo completo de produção, ou seja, dedicam-se à cria, recria e engorda de seus animais, mais que isso, significa que geralmente não compram bezerros de outros produtores, produzindo em sua própria propriedade o boi que será destinado ao abate.

Para melhor explicar, no ciclo completo há uma “auto-alimentação” de animais entre os ciclos de produção (cria, recria e engorda), sendo assim, quanto maior o percentual de sua ocorrência, menor a chance de ocorrência de comércio de animais interpropriedades e, da mesma forma, intermunicipais.

Já os produtores que realizam somente a cria dos animais (12%) e aqueles que criam e recriam (11%) somam 23% do total de entrevistados, e estes vendem os seus bezerros ou garrotes para que um terceiro produtor os engorde e venda para abate, ou seja, entre esses produtores deve haver um comércio além do limite das suas propriedades.

Esse resultado fica interessante na comparação com aqueles produtores que disseram que apenas recriam e engordam animais ou aqueles que realizam somente a engorda, o que soma, também, 23% dos entrevistados. Esses dados podem ser melhor analisados por meio do gráfico a seguir:

Gráfico 4.9 - Sistema Produtivo.



Arcadis-Tetraplan, 2006

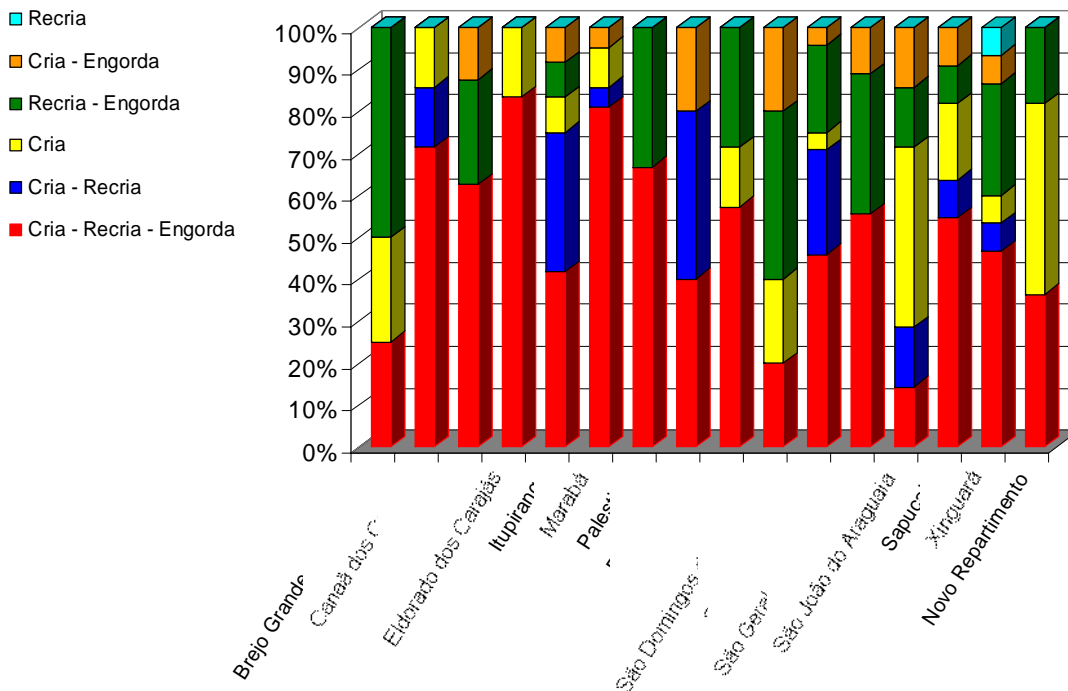
Fonte dos dados brutos: Questionários

Ainda analisando o sistema produtivo da região, a mesma predominância da realização do ciclo completo de produção é observada em termos municipais, indicando, também, que a ocorrência de compras e vendas de animais entre os municípios da pesquisa não deve ser muito freqüente.

Exceção deve ser feita aos municípios de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia e Brejo Grande do Araguaia, onde não há predominância da realização de ciclo completo, o que deve refletir em maior comércio de animais entre os seus produtores, não se podendo afirmar, porém, se essas transações ocorrem intra ou intermunicipais. Essas relações comerciais são melhor analisadas no item 4.5.5.10 sobre Relações Comerciais, deste mesmo capítulo.

A participação percentual desses sistemas produtivos, por município, pode ser verificada no gráfico a seguir.

Gráfico 4.10 - Sistema Produtivo por Município.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

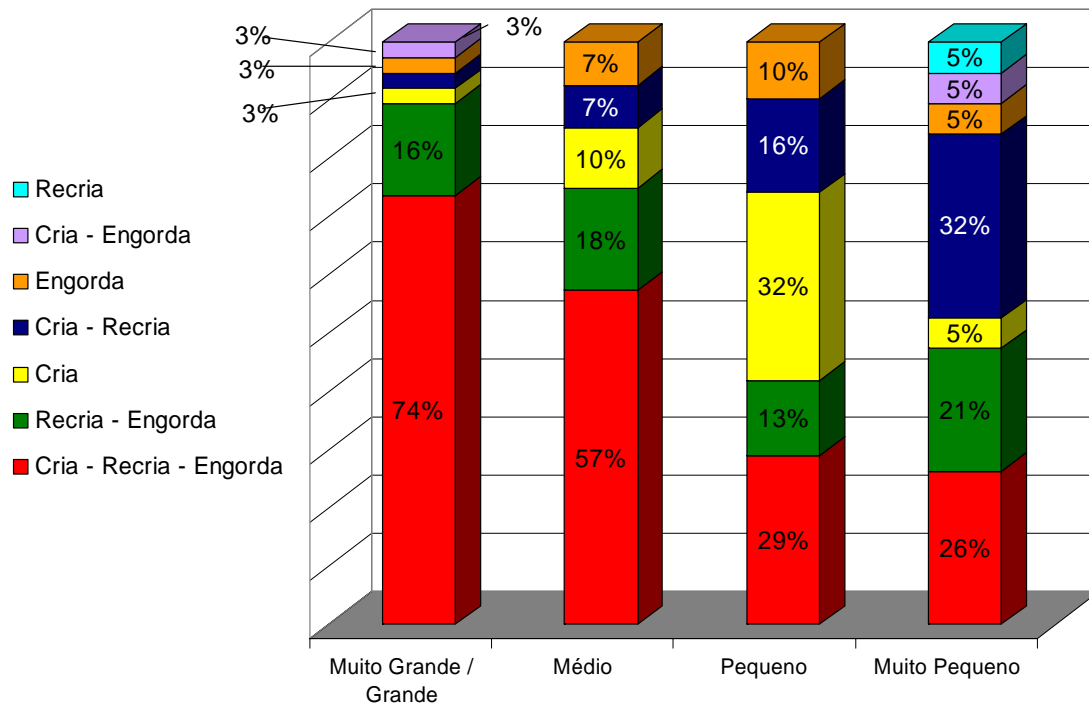
Fonte dos dados brutos: Questionários.

Observa-se, ainda, que o ciclo completo predomina entre os maiores produtores, sendo o sistema utilizado por 74% dos grandes e muito grandes produtores e 57% dos médios produtores. Mais uma vez, isso implica em não comprar animais para recria e engorda (bezerros) de outras propriedades.

A participação percentual do sistema de cria e recria aumenta à medida que diminui o tamanho das propriedades, o que está de acordo com a observação da concentração da pecuária leiteira em pequenas e muito pequenas propriedades, como visto anteriormente. Os bezerros produzidos nessas propriedades, normalmente, são vendidos para médios e grandes produtores os recriarem e engordarem, o que tem relação com a pequena participação de pequenos produtores entre os fornecedores do Frigorífico Bertin.

O gráfico a seguir ilustra essas observações.

Gráfico 4.11 - Sistema Produtivo, por tamanho de propriedade.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006
 Fonte dos dados brutos: Questionários

4.5.5.7. Características dos Rebanhos

Há uma predominância de animais da raça nelore (50%), uma raça de aptidão exclusiva para corte, em todos os tamanhos de produtores, o que corrobora a informação de que predomina a pecuária de corte em relação à leiteira, como visto anteriormente.

Animais mestiços correspondem a 35% dos rebanhos municipais. Esses animais misturam geneticamente raças de corte e leite e são, portanto, animais de dupla aptidão, o que significa que podem ser utilizados tanto para a atividade leiteira como de corte. Vale ressaltar que, apesar de serem também utilizados para a produção de carne, não são raças especializadas para pecuária de corte e, ainda, constituem o subproduto da atividade leiteira, o que resulta em animais que não possuem as características que conferem a qualidade procurada pelo Frigorífico Bertin e, portanto, esse tipo de animal não será prioridade de compra do mesmo.

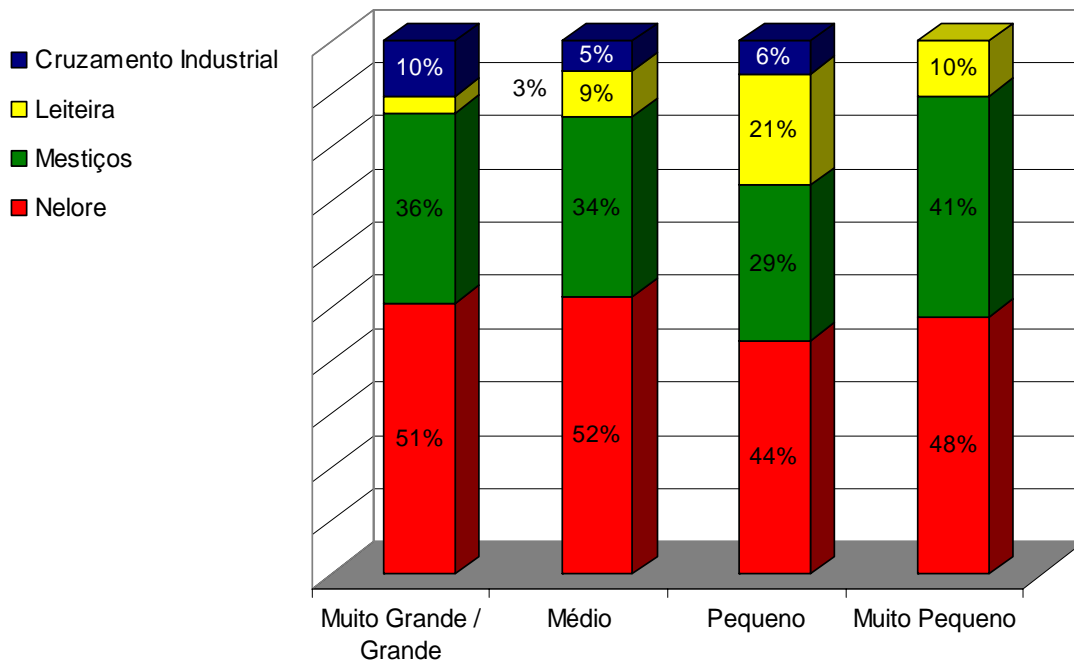
Dado que, há uma predominância da realização de pecuária de leite entre pequenos e muito pequenos produtores, é esperado que haja uma maior ocorrência de animais mestiços nessas categorias de produtores, o que de fato se verifica na pesquisa. O percentual de animais mestiços encontrados entre os grandes e médios produtores (da ordem de 35%) deve-se, provavelmente, a compra desses bezerros “subprodutos” da atividade leiteira para recria e engorda, considerando-se que esses bezerros podem ser adquiridos por um preço muito inferior aos da raça nelore.

Destaca-se a pequena participação do gado leiteiro na amostra pesquisada, porque animais exclusivamente de raças leiteiras não são adequados para a produção de carne e, portanto, são indicativos de sistemas produtivos especializados, que normalmente incluem o uso de tecnologia.

Essas observações levam a concluir que na região, além da predominância da pecuária de corte, a pecuária leiteira não é especializada, ou seja, mesmo quando é realizada, essa acaba alimentando a pecuária de corte por meio de seus bezerras. Essas características refletem uma pecuária leiteira de baixa produção e baixo uso de tecnologia, típica de pequenas produções ou produções de subsistência.

O cruzamento industrial, por ser uma mistura genética característica de sistemas produtivos de pecuária de corte que utilizam alta tecnologia, não é significativo e concentra-se nas maiores propriedades. Esses dados estão ilustrados no gráfico a seguir.

Gráfico 4.12 - Raça do Rebanho, por tamanho de propriedade.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

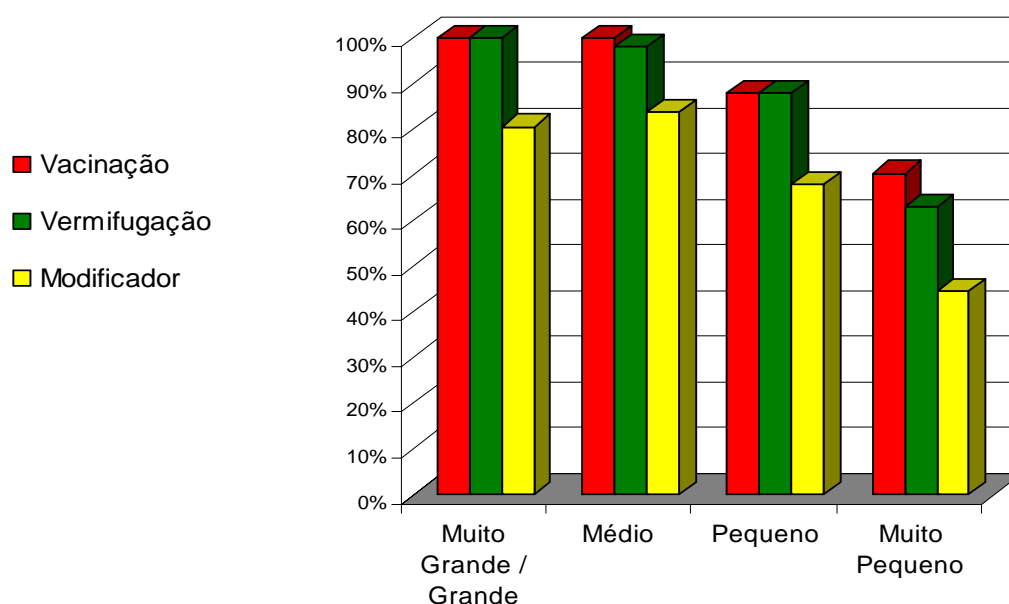
4.5.5.8. Práticas de Manejo

De uma forma geral, observa-se que a produção pecuária na região não utiliza altas tecnologias. Quanto à vacinação dos rebanhos, que além de obrigatória implica sérias restrições comerciais no caso específico da Febre Aftosa, percebe-se que muito grandes/grandes e médios produtores vacinam seus rebanhos, mas é preocupante que pequenos e muito pequenos produtores ainda não vacinem, em sua totalidade seus animais, com um índice que chega a 12% e 30%, respectivamente, de rebanhos não vacinados.

O uso de vermífugos e modificadores orgânicos, por serem práticas de manejo que denotam algum tipo de cuidado com o rebanho, é bastante utilizado entre os produtores, embora seu índice de uso caia à medida que diminui o tamanho dos produtores, ou seja, o grau tecnológico é menor conforme diminui o tamanho do produtor.

Essas informações podem ser melhor analisadas no gráfico a seguir.

Gráfico 4.13 - Práticas de Manejo Sanitário, por tamanho de propriedade.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

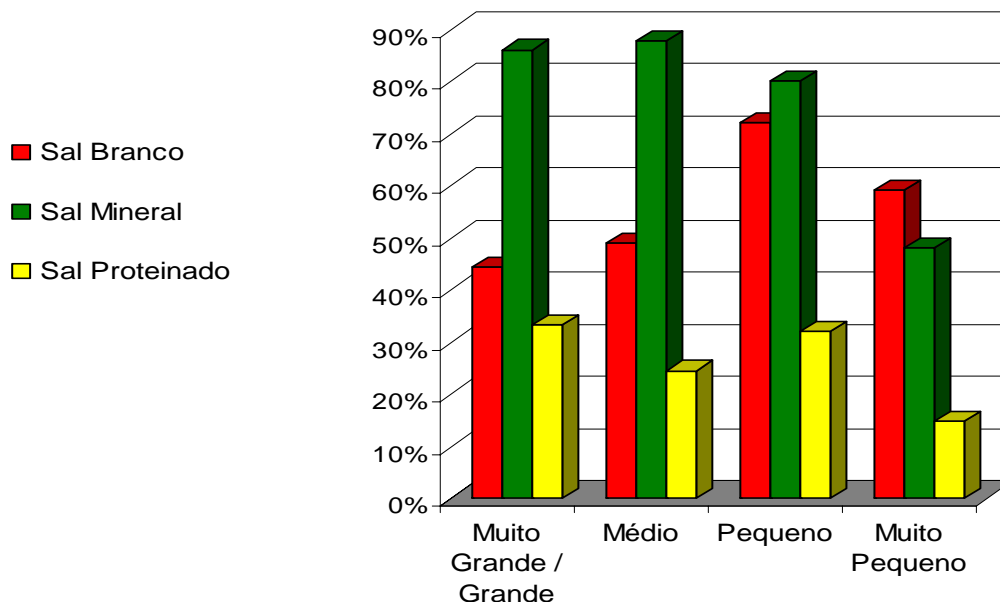
Fonte dos dados brutos: Questionários.

Em relação ao manejo nutricional, considerando-se que o sal proteinado corresponde a um grau de tecnologia maior do que o sal mineral, que por sua vez representa um grau maior que o sal branco, sendo este indicativo de produção com baixo uso de tecnologia, é interessante notar como o uso de sal proteinado e de sal mineral é mais freqüente conforme aumenta o tamanho do produtor.

O uso de sal proteinado pelos pequenos produtores pode ser explicado pelo maior índice desses produtores que se dedicam à pecuária leiteira, lembrando que o uso de sal proteinado é bastante comum em rebanhos leiteiros, que são normalmente animais mais exigentes nutricionalmente e que seu uso reflete diretamente na produção de leite das vacas.

Seguindo o mesmo raciocínio, observa-se um aumento do uso de sal branco entre muito pequenos e pequenos produtores. Vale lembrar que o uso de um tipo de sal não necessariamente exclui o uso do outro, podendo-se usar diferentes tipos de sal para diferentes categorias do rebanho. Os dados são apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 4.14 - Práticas de Manejo Nutricional, por tamanho de propriedade.



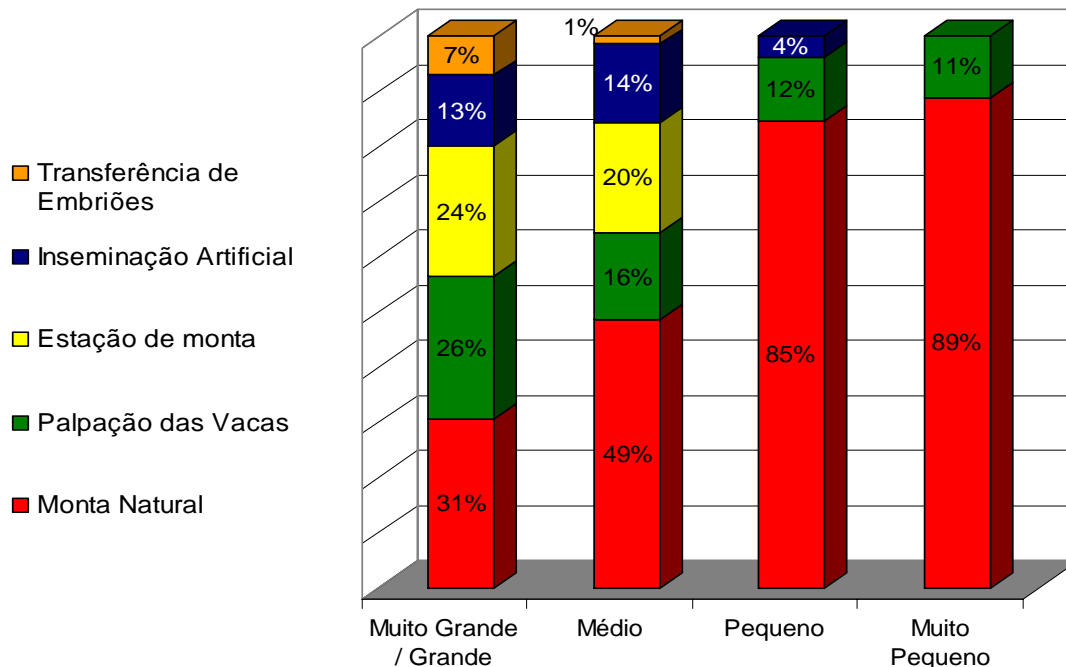
Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006
 Fonte dos dados brutos: Questionários

No caso das práticas de manejo reprodutivo, considera-se que o grau tecnológico aumenta na ordem a seguir: (i) monta natural, (ii) estação de monta, (iii) inseminação artificial e (vi) transferência de embriões, sendo este o nível tecnológico mais alto em relação a manejo reprodutivo. A palpação das vacas é característica de uso ao menos mediano de tecnologia, podendo ser utilizada em todos os tipos de manejos reprodutivos.

Da mesma forma observada para os manejos nutricional e sanitário, o grau de tecnologia cai à medida que diminui o tamanho dos produtores, indicando que quanto maior o produtor maior o uso de tecnologia no processo produtivo.

Os dados são ilustrados no gráfico a seguir.

Gráfico 4.15 - Práticas de Manejo Reprodutivo, por tamanho de propriedade.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

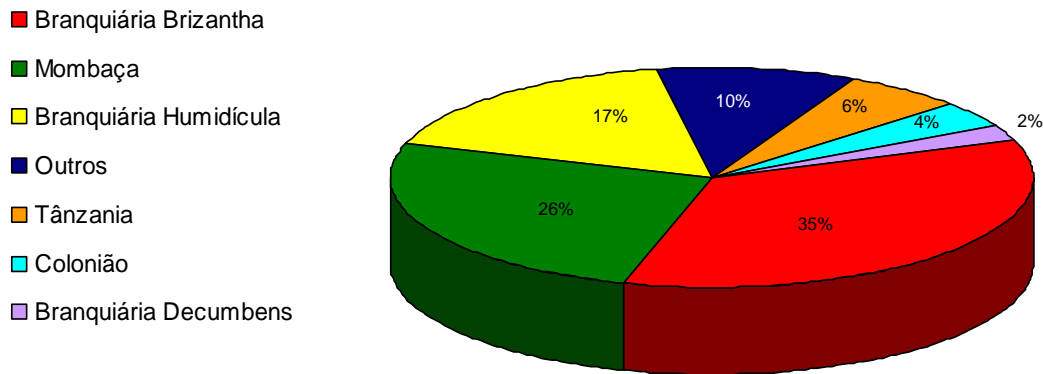
Fonte dos dados brutos: Questionários.

4.5.5.9. Caracterização das Pastagens

Para caracterizar as pastagens da região, bem como os indicativos de manejo, os entrevistados foram questionados em relação ao tipo de capim que utilizam, o tamanho médio dos piquetes, se costumam realizar reforma de pastagens e como as realizam e, ainda, sobre o sistema de limpeza dos pastos.

Em relação ao tipo de capim utilizado, destaca-se que cerca de 90% dos tipos de capins mencionados nas respostas são espécies melhoradas, características de pastagens com potencial para serem intensificadas. Destaca-se entre eles a Braquiária brizantha (35%) e o Capim Mombaça (26%), espécies com alto potencial produtivo. O percentual das pastagens formadas com cada tipo de capim está relacionado no gráfico a seguir.

Gráfico 4.16 - Percentual dos capins utilizados na região.



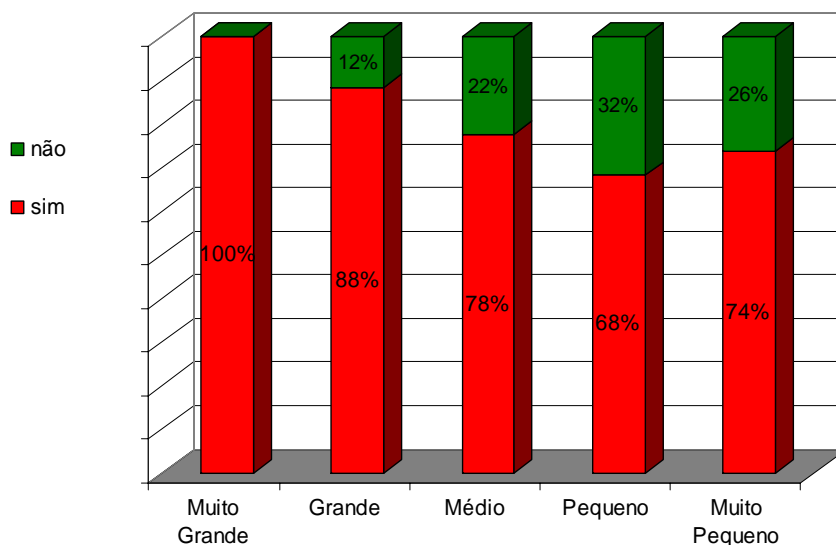
Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

Em termos de tamanho médio de piquetes, observa-se uma predominância de piquetes grandes, variando em média entre 20 e 60 ha, tanto para grandes produtores, quanto para médios e pequenos. Piquetes grandes são indicativos de manejo extensivo de pastagens e, portanto, pode-se inferir que há espaço na região para que se aumente o rebanho melhorando o manejo das pastagens, sem necessariamente ocorrerem novos desmatamentos.

Apesar de, aparentemente, predominar um sistema de manejo extensivo da pastagem, 79% dos entrevistados afirmaram reformar as suas pastagens, sendo essa parcela maior quanto maior o tamanho do produtor, como verificado no gráfico a seguir.

Gráfico 4.17 - Percentual de produtores que realizam reforma de pastagem, por tamanho de produtor.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

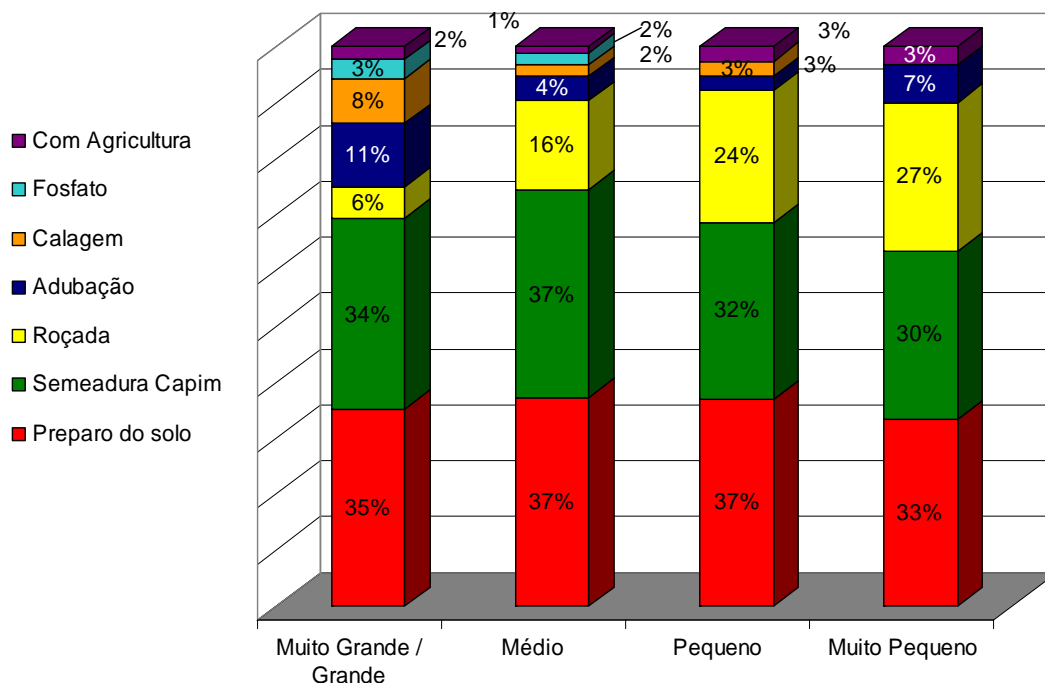
Fonte dos dados brutos: Questionários.

Quanto a forma com que são realizadas as reformas de pastagens, tem-se que, normalmente, só se prepara o solo e realiza a sementeira do capim, representando o menor uso de tecnologia para a reformas.

A aplicação de calcário, fosfato ou adubação aparece com mais frequência entre os muito grandes e grandes produtores, mesmo assim sua utilização ainda é bastante reduzida (22% entre esses entrevistados). Interessante notar que 7% dos muito pequenos produtores disseram adubar as suas pastagens, o que talvez reflita a necessidade de se potencializar a produção da pastagem, já que a área possui um tamanho reduzido.

Uma grande parcela dos entrevistados ainda confunde roçada com reforma de pastagem, sendo essa prática apenas de manutenção dos pastos. Os percentuais são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 4.18 - Formas de Reformas de Pastagens, por tamanho de propriedade.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

O sistema de limpeza dos pastos difere bastante entre propriedades de tamanhos diversos. No caso das pequenas propriedades, predomina o uso das roçadas manuais, enquanto o uso das roçadas mecanizadas é maior entre os grandes produtores, conforme dados ilustrados no gráfico a seguir.

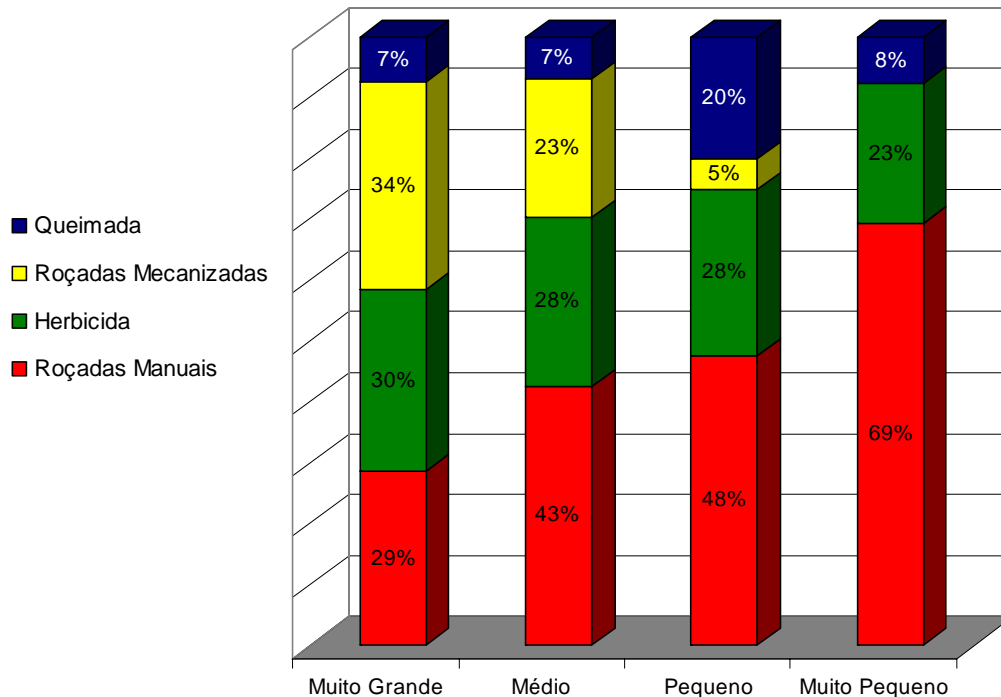
É interessante notar que a limpeza manual dos pastos é mais comum entre os pequenos e muito pequenos produtores, pois estes possuem menores recursos para a aquisição de herbicidas e equipamentos para sua aplicação e/ou roçadas, sendo, na maioria dos casos, os próprios proprietários que realizam o trabalho.

Tendo em vista que a ocorrência de trabalho escravo é muitas vezes associada aos trabalhos de limpeza manual dos pastos, vale ressaltar que, apesar de cerca de 35% dos médios e grandes produtores utilizarem esse tipo de roçada, isso não quer dizer que o

façam de forma irregular, sendo, na maioria das vezes, firmado um contrato de trabalho por prazo determinado, variando de 3 a 5 meses, cumprindo, desta maneira, com a legislação trabalhista vigente.

Com relação ao uso de queimadas, cabe ressaltar que seu uso como forma de manutenção das pastagens não atinge 10% das propriedades, com exceção dos pequenos produtores, que em 20% dos casos utilizam esse sistema.

Gráfico 4.19 - Formas de limpeza dos pastos.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

4.5.5.10. Evolução dos Rebanhos

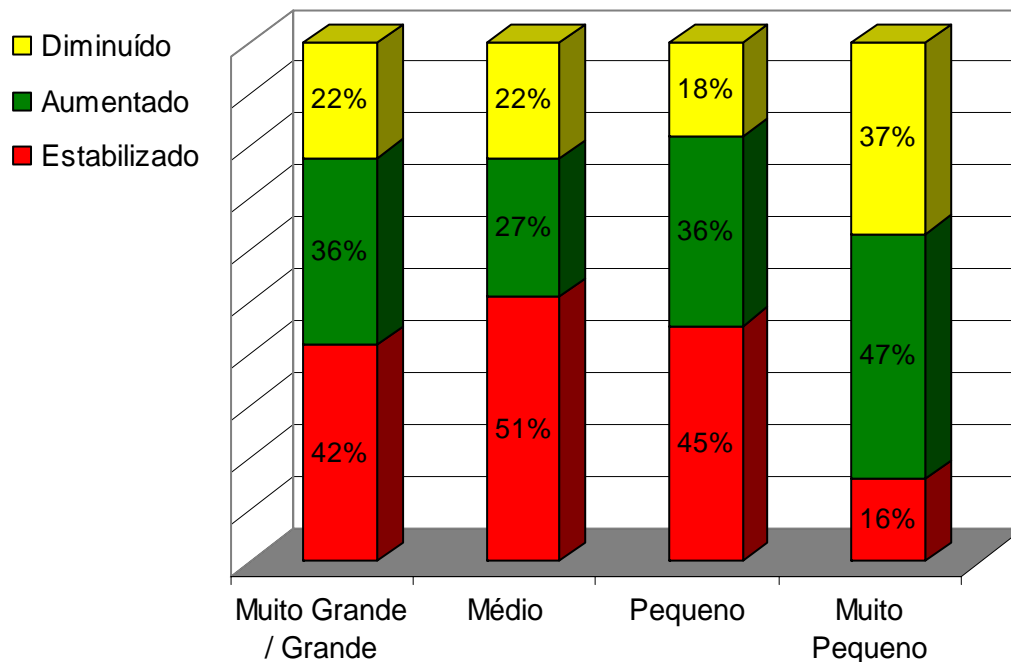
No que diz respeito à evolução dos rebanhos, é interessante observar que 47% dos muito pequenos produtores afirmam estar aumentando os seus rebanhos, o que pode refletir a ocorrência de desmatamento nas pequenas propriedades, e corrobora as informações coletadas nas diversas entrevistas realizadas na região pela equipe da Arcadis Tetraplan.

Apesar disso, 37% dos muito pequenos produtores afirmam estar diminuindo o rebanho. Essa aparente contradição provavelmente reflete os esforços das cooperativas técnicas, a exemplo da Copserviços, e das cooperativas de produção em incentivar a prática de outras atividades produtivas (como a extração de produtos não madeireiros e a piscicultura) em substituição da atividade pecuária nas propriedades familiares.

Os demais produtores, em sua maioria, afirmam ter estabilizado os seus rebanhos, o que reflete que esses produtores atingiram a capacidade de suporte de suas propriedades e não estão mais realizando desmatamentos, seja por não possuírem mais áreas florestadas, seja por quererem preservar suas áreas de reserva legal e/ou APPs ou por receio da fiscalização dos Órgãos Públicos com atribuições ambientais.

O percentual de produtores que afirmou ter aumentado o seu rebanho é ainda elevado, da ordem de 36% para grandes/muito grandes e pequenos produtores, e 27% para médios produtores, explicando as altas taxas de crescimento do rebanho observadas nos últimos anos na região, como já discutido anteriormente. Esses valores são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 4.20 - Evolução do rebanho, por tamanho de propriedade.

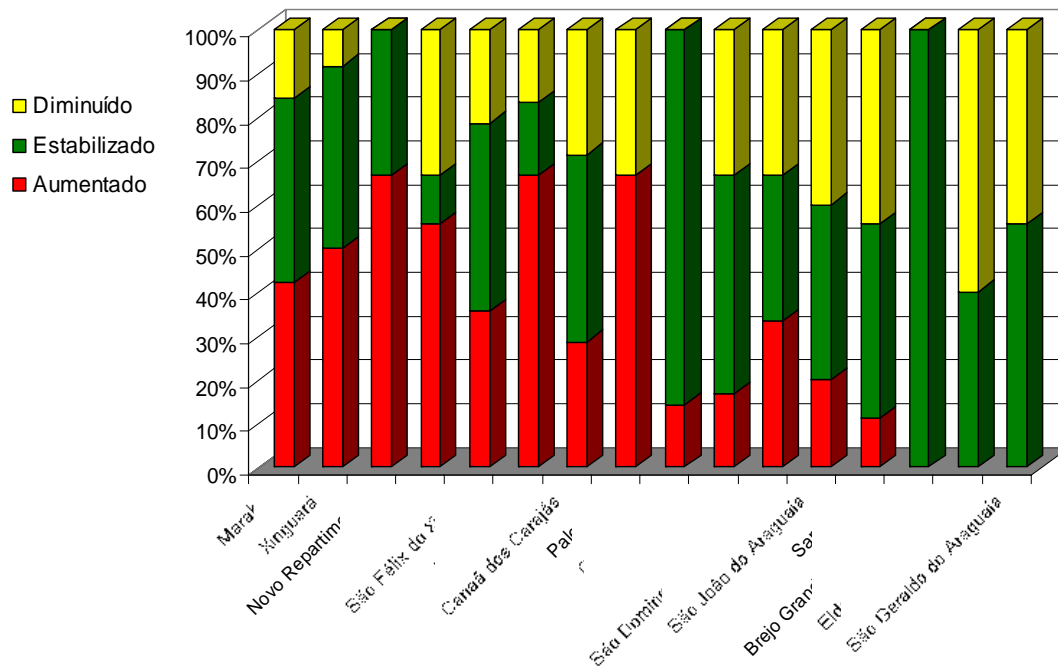


Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

Em termos municipais, verifica-se uma tendência à estabilização ou queda no rebanho dos municípios de Curionópolis, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia. A tendência inversa pode ser verificada em Marabá, Xinguara, Novo Repartimento, Itupiranga, São Félix do Xingu, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Palestina, onde prevalece o aumento dos rebanhos. Esses dados podem ser observados no gráfico a seguir.

Gráfico 4.21 - Evolução dos Rebanhos, por Município.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

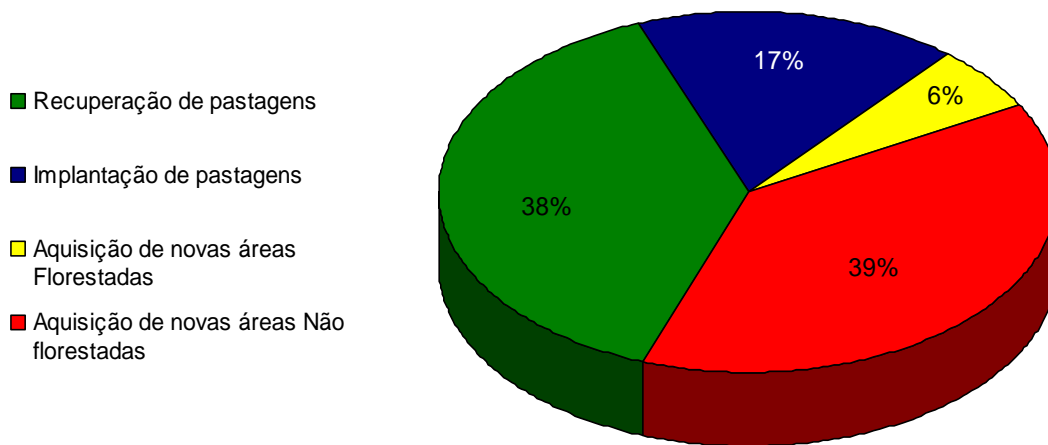
Fonte dos dados brutos: Questionários.

Dentre os produtores entrevistados, 85% respondeu que uma elevação no preço da arroba ou um aumento no volume de vendas os levaria a aumentar o tamanho de seus rebanhos.

De uma forma geral, 55% dos produtores aumentariam o seu rebanho dentro de suas próprias propriedades, quase sempre por meio de recuperação de pastagens (38%), embora 17% afirmaram que implantariam novas áreas de pastagens.

Dos entrevistados que responderam que comprariam novas áreas para aumentar o seu rebanho, 39% disseram dar preferência para áreas já desmatadas e apenas 6% afirmaram que adquiririam áreas florestadas. Essa análise é apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 4.22 - Formas de aumento do rebanho.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

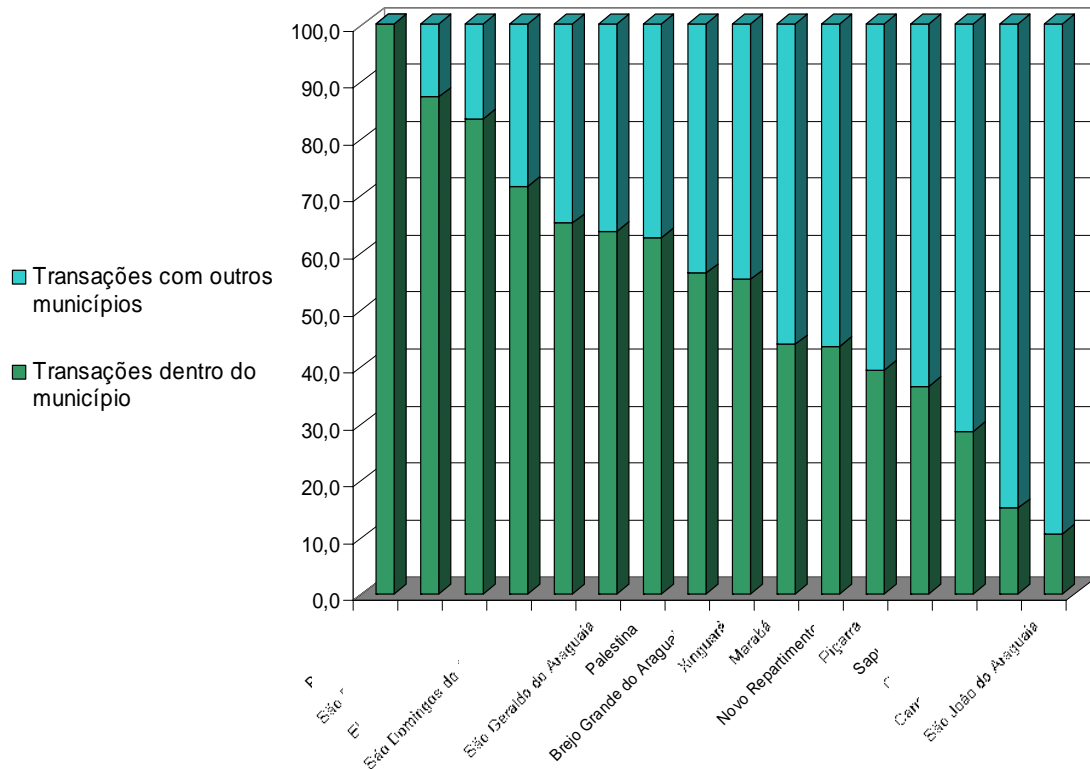
Fonte dos dados brutos: Questionários.

4.5.5.11. Relações Comerciais

- Relações de Compra de animais

De uma maneira geral, é interessante observar que na maioria das vezes as relações comerciais ocorrem dentro do próprio município, o que pode refletir o alto custo dos transportes, a precariedade das rodovias e o excesso de oferta de animais na região, entre outras razões. Os percentuais de compras realizadas intra e inter municipais em cada município da pesquisa são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 4.23 - Comercialização - Municípios de Origem das Compras de Gado (em percentual).



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

A matriz a seguir, procura analisar o fluxo das transações comerciais ocorrido nos municípios da pesquisa, na tentativa de se identificar como se estabelecem as relações comerciais entre os municípios da região.

Os municípios que mais trazem animais de outros municípios são Canaã dos Carajás, comprando principalmente dos municípios de Eldorado dos Carajás (20%), Marabá (20%) e Parauapebas (20%), e São João do Araguaia, comprando principalmente de São Domingos do Araguaia (47%).

Do outro lado, os municípios de Eldorado dos Carajás, Parauapebas e São Félix do Xingu praticamente não estabelecem relações comerciais de compra com outros municípios, concentrando mais de 80% das suas compras dentro do próprio município.

É interessante notar que as compras dificilmente ocorrem além dos municípios da pesquisa e, quando ocorrem, normalmente se estabelecem entre municípios vizinhos, sendo que uma parcela menor ainda ocorre com outros Estados brasileiros.

Tabela 4.23 - Comercialização – Municípios de Origem das Compras de Gado (em percentual)

Município	Brejo Grande do Araguaia	Canaã dos Carajás	Curionópolis	Eldorado dos Carajás	Itupiranga	Marabá	Palestina	Paraubebas	Piçarra	São Domingos do Araguaia	São Félix do Xingú	São Geraldo do Araguaia	São João do Araguaia	Sapucaia	Xinguará	Novo Repartimento	Água Azul do Norte (PA)	Pacajá (PA)	Rio Maria (PA)	Tucumã (PA)	Tucuruí (PA)	Outros Estados	Total geral	
Brejo Grande do Araguaia	56						13			13		13										6	100	
Canaã dos Carajás		15		20		20		20							15		10							100
Curionópolis		7	29	29				14		11					11									100
Eldorado dos Carajás				83					17															100
Itupiranga					65	20										10							5	100
Marabá	3			5	14	44		3	3	5	9							9					5	100
Palestina	13						63						25											100
Paraubebas								100																100
Piçarra				14		4			39			29			14									100
São Domingos do Araguaia									7	71	7	7	7											100
São Félix do Xingú											87						8				3		3	100
São Geraldo do Araguaia						6			12	9		64	6										3	100
São João do Araguaia					5	16	5		5	47		11	11											100
Sapucaia						9								36	45		9							100
Xinguará											7			14	55		17		3	3				100
Novo Repartimento					22	4										43		26				4		100

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

- Relações de Venda de animais

Ao contrário das compras, as vendas ocorrem com maior frequência em outros municípios e, mais ainda, em outros Estados brasileiros. Esse fato se explica porque nas vendas de animais inclui-se também vendas para abate, sendo a região o grande centro de produção de gado do Estado, mas não um grande centro consumidor.

Além disso, como será analisado posteriormente nesse estudo, a região caracteriza-se como um mercado ofertante de animais para abate, pois a capacidade de abate instalada é insuficiente para absorver a oferta. Assim, é necessário vender animais em pé para Estados do nordeste brasileiro além de grande parte das vendas de animais em pé, normalmente para abate, serem destinadas a outros Municípios do Pará, indo alimentar grandes centros consumidores, como a capital Belém.

Os municípios que menos vendem animais para outros municípios são Canaã dos Carajás, Parauapebas e São Geraldo do Araguaia. Pode-se inferir que Canaã dos Carajás possui um mercado demandante de animais, pois este é um dos municípios que mais compra animais de outros municípios e que menos vende animais para outros municípios. Parauapebas é o município que menos se relaciona com outros municípios, já que praticamente toda a compra e a venda de animais é realizada intramunicipalmente.

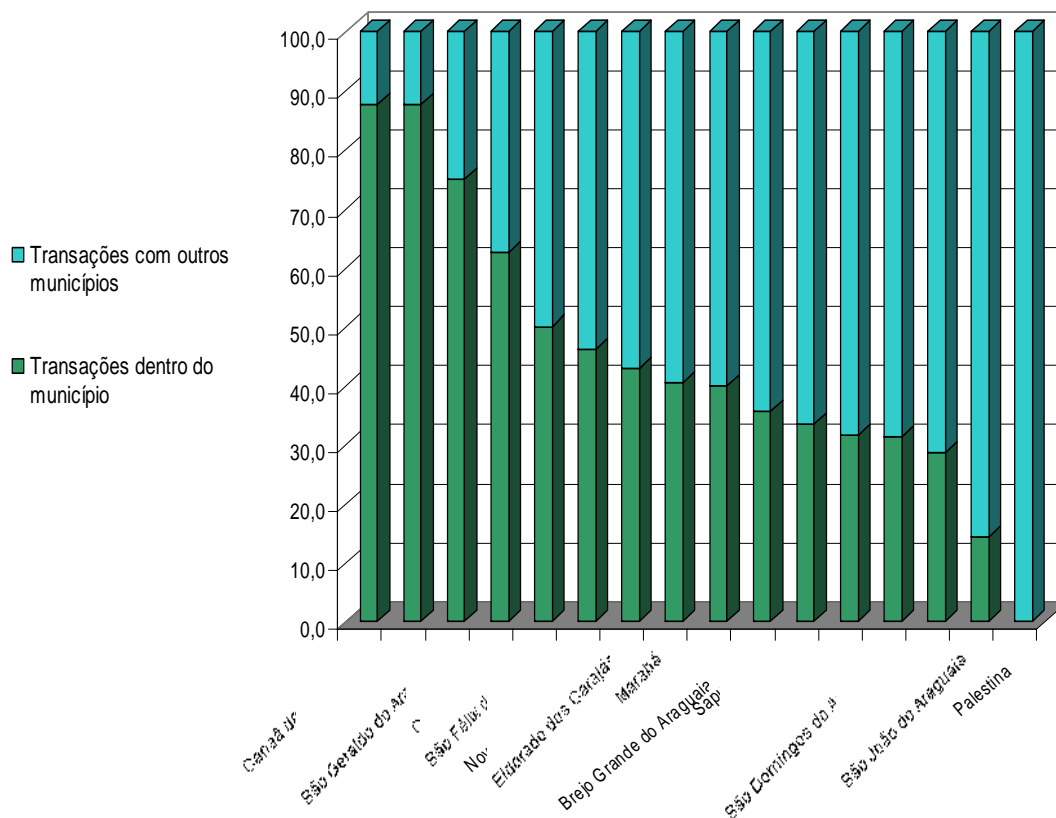
Os municípios Itupiranga, Palestina, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia e Xinguara realizam cerca de 30% das vendas no próprio município, sendo a maioria das relações comerciais de venda ocorridas com outros municípios da região.

É interessante notar que São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia são aqueles que menos realizam o ciclo completo de produção, como visto anteriormente no item 4.5.5.7 sobre Sistemas Produtivos, portanto, é esperado que haja maior comércio intermunicipal de compra e venda de animais nesses municípios.

Esses dados podem ser verificados por meio da análise do gráfico e da matriz apresentados a seguir.



Gráfico 4.24 - Comercialização - Municípios de Origem das Vendas de Gado (em percentual).



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

Tabela 4.24 - Comercialização – Municípios de Destino das Vendas de Gado (em percentual).

Município	Brejo Grande do Araguaia	Canaã dos Carajás	Curionópolis	Eldorado dos Carajás	Itupiranga	Marabá	Palestina	Paraupebas	Piçarra	São Domingos do Araguaia	São Félix do Xingu	São Geraldo do Araguaia	São João do Araguaia	Sapucaia	Xinguará	Novo Repartimento	Água Azul do Norte	Anapu	Belém	Bom Jesus do Araguaia	Castanhal	Nova Ipixiuna	Pacajá	Paragominas	Rio Maria	Sacumbá	Tucumã	Tucuruí	Outros municípios paraenses	Outros estados	Total geral	
Brejo Grande do Araguaia	40						20		20																					20	100	
Canaã dos Carajás		88						13																							100	
Curionópolis			63	13	13																									13	100	
Eldorado dos Carajás				43	43																	14									100	
Itupiranga					32	32			16		5										5									11	100	
Marabá				7	14	40		2	2					4			2	4	2	4			2			2	2	11	5	100		
Palestina							0																100								100	
Paraupebas						13		88																							100	
Piçarra						14			29		7			7	7			14						7							14	100
São Domingos do Araguaia						25				31		13			13																19	100
São Félix do Xingu											50				28		13		6								3				100	
São Geraldo do Araguaia												75												25							100	
São João do Araguaia	7					29				29		14							7		7									7	100	
Sapucaia				11							7		36	36											11						100	
Xinguará			5	10	10						5			19	33		14								5						100	
Novo Repartimento						8										46			8		8		19				8		4		100	

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.

A análise das relações comerciais de animais nos municípios pesquisados e a tendência observada de que predominam as transações intramunicipais, com exceção das vendas para abate que atingem outros municípios paraenses e Estados nordestinos, corrobora as distâncias médias e máximas afirmadas para as movimentações de compra e venda de animais, como se pode verificar na tabela a seguir.

Essas compras estão associadas principalmente a aquisição de animais para recria e engorda, como visto anteriormente, e são realizadas num raio médio de 86 km e máximo de 400km. Já a distância das vendas, por incluírem as vendas de animais para outros municípios e Estados, chegam a um raio de 3.000 km, com média de 530 km.

Tabela 4.25 - Distância das Movimentações (Compras e Vendas).

Município	Compras		Vendas	
	Média (em km)	Max. (em km)	Média (em km)	Max. (em km)
Brejo Grande do Araguaia	116	200	589	2.000
Canaã dos Carajás	65	100	122	250
Curionópolis	125	300	332	1.500
Eldorado dos Carajás	33	60	95	130
Itupiranga	54	150	333	1.200
Marabá	95	300	420	3.000
Palestina	87	150	145	170
Paraupabas	37	50	106	300
Piçarra	88	150	1.971	3.000
São Domingos do Araguaia	63	120	906	2.000
São Félix do Xingu	119	400	409	2.400
São Geraldo do Araguaia	83	200	1.711	2.000
São João do Araguaia	67	100	843	2.000
Sapucaia	55	100	92	230
Xinguara	82	400	365	2.000
Novo Repartimento	53	160	420	700
Total geral	86	400	531	3.000

Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006.

Fonte dos dados brutos: Questionários.



4.5.5.12. Características Fundiárias e Ambientais das Propriedades

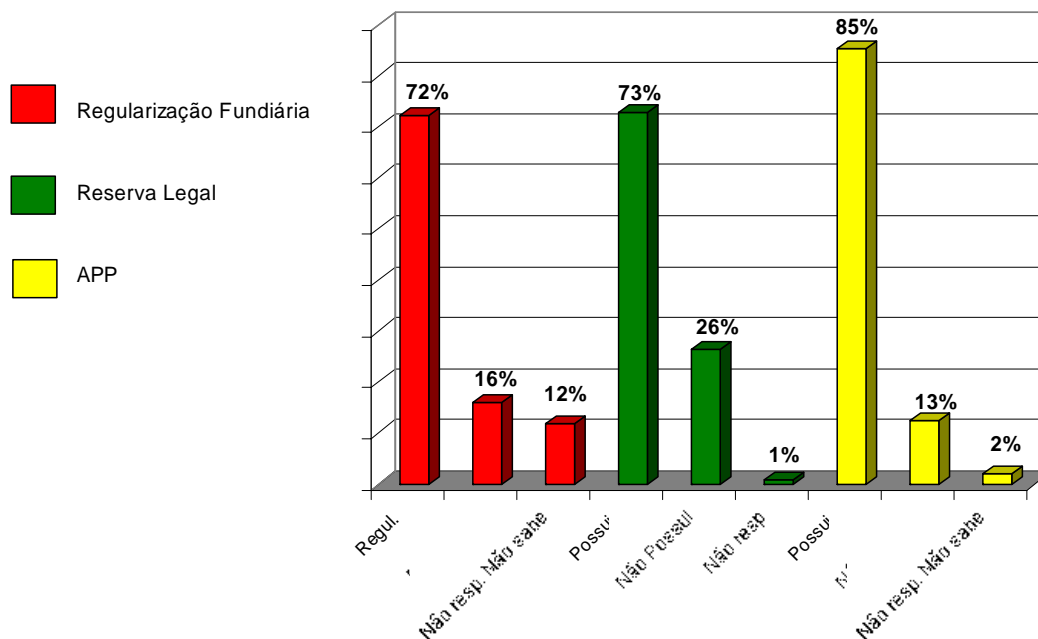
Em termos de regularização fundiária, existem na região grandes conflitos pela posse das terras, refletidos pela existência de um grande número de propriedades ainda não regularizadas. Ainda assim, é interessante notar que 72% dos entrevistados afirmaram pagar o ITR (Imposto Territorial Rural), um bom indicativo da regularização fundiária da sua propriedade.

A grande maioria dos entrevistados (73%) afirma que possui em suas terras uma área destinada a Reserva Legal (RL), sem significar, no entanto, que ela corresponde ao percentual exigido na Legislação Ambiental vigente. Destas, 29% está averbada em cartório, mas vale lembrar que o fato da RL estar averbada em cartório não garante que esta cumpra com o percentual exigido por lei ou mesmo que de fato exista na propriedade, já que a averbação é um procedimento realizado em cartório e depende de fiscalizações posteriores, que muitas vezes não ocorrem.

Em relação a Áreas de Preservação Permanente, 85% dos entrevistados assumem possuir APPs degradadas ou conservadas em suas propriedades. Dado que o questionário implica em respostas auto-declaratórias, deve-se sempre considerar as limitações desse tipo de entrevista, e que esses dados podem ser distorcidos da realidade da região.

Esses dados são apresentados no Gráfico a seguir:

Gráfico 4.25 - Regularização fundiária e Legislação Ambiental, baseadas em respostas auto-declaratórias.



Elaboração: Arcadis-Tetraplan, 2006
 Fonte dos dados brutos: Questionários



4.5.6. FORMULAÇÃO DE TIPOLOGIA SÍNTESE PARA O COMPORTAMENTO DAS ECONOMIAS MUNICIPAIS

Tendo em vista resumir os resultados anteriores e facilitar a identificação de padrões de comportamento econômico no âmbito municipal, de forma a subsidiar o entendimento da dinâmica das economias municipais e mais especificamente da cadeia da pecuária na AID, e possíveis transformações com a expansão do frigorífico Bertin, procurou-se formular casos-tipo mais freqüentes de comportamento das economias municipais que sistematizem o universo de situações encontradas, relativizadas no contexto da própria AID.

Essa síntese capta quatro aspectos básicos:

- Os segmentos produtivos dominantes na economia, com destaque à verificação da importância da pecuária, com auxílio de vários indicadores;
- O grau de informalidade em termos de emprego, presente na maioria das economias municipais;
- O grau de dinamicidade da economia, por meio de indicadores que expressam taxas de crescimento do PIB, com aplicação de técnicas tipo shift share; e,
- Por fim, um indicador que traduz o desempenho, como por exemplo, a taxa de lotação média das propriedades rurais.

De maneira geral, pode-se verificar que são poucas as situações de economias dinâmicas, com estruturas ativas, capazes de induzir transformações. Poucos municípios respondem pelos movimentos ascendentes e mais modernos, destacando-se Marabá e Parauapebas.

Outros estão em trajetórias de expansão, rumo à especialização na pecuária e grande parte permanece com economias incipientes sem sinalizar grandes mudanças.

Pode-se perceber, no entanto, algumas nuances nesse quadro mais geral, captando-se diferentes estágios de formação/consolidação das economias municipais.

A combinação consistente dos resultados obtidos pode esboçar tipologias, articulando-se atributos de crescimento e dinamismo, com grau de informalidade, perfil produtivo e medida de produtividade.

Os indicadores definidores são dados nas tabelas abaixo:



Tabela 4.26 - COMPONENTE - PIB Total

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1 - Economia fortalecida	2	Parauapebas
		Marabá
2 - Economia mediana consolidada na pecuária	3	São Félix do Xingu
		Xinguara
		Novo Repartimento
3 - Economia mediana	3	Canaã dos Carajás
		Itupiranga
		Piçarra
4 - Economia Frágil	6	São Geraldo do Araguaia
		Eldorado dos Carajás
		São Domingos do Araguaia
		Curionópolis
		Sapucaia
		Brejo Grande do Araguaia
5 - Economia Incipiente	2	São João do Araguaia
		Palestina do Pará



Tabela 4.27 - COMPONENTE – Contribuição ao Crescimento do PIB Total da AID

Cluster	Nº de Municípios	Nome do Município
1 - Alta contribuição	3	Marabá
		Parauapebas
		Canaã dos Carajás
2 - Média contribuição	5	Novo Repartimento
		Piçarra
		São Félix do Xingu
		Eldorado dos Carajás
		Itupiranga
3 - Baixa contribuição	2	São Domingos do Araguaia
		Brejo Grande do Araguaia
4 - Contribuição Negativa	4	Palestina do Pará
		São João do Araguaia
		Curionópolis
		Xinguara
5 - Contribuição Muito Negativa	2	São Geraldo do Araguaia
		Sapucaia



Tabela 4.28 - COMPONENTE – Grau de Informalidade no Emprego

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1 - Baixa informalidade no emprego	4	Parauapebas
		Sapucaia
		Canaã dos Carajás
		Marabá
2 - Média informalidade no emprego	1	Xinguara
3 - Alta informalidade no emprego	6	São Félix do Xingu
		Curionópolis
		Brejo Grande do Araguaia
		Novo Repartimento
		São Geraldo do Araguaia
		Palestina do Pará
3 - Muito alta informalidade no emprego	5	São Domingos do Araguaia
		Piçarra
		Itupiranga
		Eldorado dos Carajás
		São João do Araguaia



Tabela 4.29 - COMPONENTE – taxa de lotação do rebanho bovino

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1 - Alta taxa	4	São Geraldo do Araguaia
		Xinguara
		Parauapebas
		Curionópolis
2 - Média taxa	5	Novo Repartimento
		Palestina do Pará
		Eldorado dos Carajás
		São Domingos do Araguaia
		São Félix do Xingu
3 - Baixa taxa	2	Brejo Grande do Araguaia
		São João do Araguaia
4 - Baixíssima taxa	2	Itupiranga
		Marabá
Sem Informação		Canaã dos Carajás
		Piçarra
		Sapucaia

4.5.6.1. Tipologias para o Comportamento Econômico

Apresentam-se, na seqüência, as descrições dos algoritmos para a formulação das tipologias para o Comportamento Econômico, bem como os municípios integrantes de cada grupo.

Grupo 1 – Economia Fortalecida pelos segmentos ligados à mineração e à pecuária

Marabá

Município com economia fortalecida e médio grau de informalidade no contexto da AID, com maior participação no PIB estadual dentre os municípios considerados. Participou do crescimento da riqueza da AID no período de 1999 a 2003 com forte contribuição (explica 47% do crescimento do PIB), evidenciando uma expansão em aceleração, com importância regional cada vez mais tendendo à dupla especialização produtiva em torno da transformação do minério de ferro e da cadeia pecuária, sem ainda destacar-se em termos da taxa de lotação.



Grupo 2 – Economia fortalecida pelos segmentos ligados à mineração

Parauapebas

Município com economia fortalecida, com baixo grau de informalidade em termos de emprego no contexto da AID, com maior participação no PIB estadual dentre os municípios da AID. Participou do crescimento da riqueza da AID no período de 1999 a 2003 com forte contribuição (explica 31% do crescimento do PIB), evidenciando uma expansão em aceleração, com importância regional, cada vez mais tendendo a uma especialização produtiva em torno da mineração.

Grupo 3 – Economia mediana consolidada na cadeia da pecuária

São Félix do Xingu e Novo Repartimento

Municípios com economia mediana, com alto grau de informalidade em termos de emprego no contexto da AID, tendo participado do crescimento da riqueza regional no período de 1999 a 2003 com razoável contribuição ao crescimento do PIB regional (8,5% e 14% respectivamente) e contribuição relevante à evolução do efetivo bovino, evidenciando uma expansão em aceleração e cada vez mais tendendo a uma especialização produtiva em torno cadeia da pecuária, com taxa de lotação próxima a 1.

Grupo 4 – Economia mediana diversificada entre a pecuária e a mineração

Canaã dos Carajás

Município com economia de média posição no contexto da AID, com baixo grau de informalidade em termos de emprego, tendo participado do crescimento da riqueza regional no período de 1999 a 2003 com uma contribuição de 29% ao PIB Total, evidenciando uma expansão em aceleração cada vez mais tendendo a uma dupla especialização produtiva em torno de mineração e na pecuária.

Grupo 5 – Economia mediana orientada para a expansão da pecuária

Itupiranga e Piçarra

Municípios com economia de média posição no contexto da AID, com muito alto grau de informalidade, tendo participado do crescimento da riqueza regional no período de 1999 a 2003 com uma contribuição em torno de 8% do PIB Total, evidenciando uma expansão em aceleração cada vez mais tendendo a uma especialização produtiva em torno da pecuária, com variadas taxas de lotação.

Grupo 6 – Economia Mediana em desaceleração, porém com expansão da pecuária

Xinguara

Município com economia de média posição no contexto da AID, com médio grau de informalidade em termos de emprego. Participou do crescimento da riqueza regional no período de 1999 a 2003 com uma contribuição negativa ao PIB Total da AID, em torno de 6%, evidenciando uma desaceleração, porém cada vez mais tendendo a uma especialização produtiva em torno da pecuária, com alta taxa de lotação.

Grupo 7 – Economias frágeis em desaceleração ou estabilizadas, mas ainda orientadas para a pecuária

Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Sapucaia, Curionópolis e Eldorado dos Carajás

Municípios com economias frágeis, com PIB decrescente, predominando alto grau de informalidade em termos de emprego, orientadas para exploração da pecuária bovina, com taxas de lotação variadas. Entre esses casos, destaca-se o município de Brejo Grande do Araguaia, com pecuária leiteira significativa.

Grupo 8 – Centros com economias incipientes

Palestina do Pará e São João do Araguaia

Municípios com economias incipientes, de subsistência, com muito alto e alto grau de informalidade em termos de emprego no contexto da AID, com PIB estabilizado ou decrescente, ainda que as taxas de lotação estejam próximas a 1.



Mapa 4.18 - Tipologia Síntese para o Comportamento das Economias Municipais



4.5.7. FINANÇAS MUNICIPAIS

A análise das Finanças Públicas é fortemente vinculada à base econômica do município, ou seja, o patamar de receita total e/ou de seus dois componentes básicos, a receita tributária e a receita de transferências, são funções diretas do porte econômico e populacional do município. Igualmente do lado das despesas é possível avaliar esses resultados. Assim, seus resultados atuam como qualificadores, corroborando também com as conclusões obtidas.

Sendo assim, a percepção do comportamento, no tempo, do volume da receita total e da tributária bem como das despesas dos municípios foi utilizada para a análise das finanças municipais, no sentido da verificação do quanto corroboram ou não o porte econômico e/ou a geração de renda a partir das atividades econômicas existentes.

Posto isso, trabalhou-se com uma série histórica de dados de 1999 a 2004 com os seguintes elementos da receita e despesa:

- Receita total e receita tributária; e,
- Despesa total e despesa de investimento.

Com base nessas variáveis, construíram-se quatro indicadores básicos que permitem uma boa visão do comportamento agregado dos municípios da AID.

Os indicadores são:

- A) Receita Total, como uma síntese que traduz o porte da economia;
- B) Receita tributária sobre receita total;
- C) Investimento sobre a despesa total;
- D) Investimento per capita, considerando a população do ano 2000.

Os resultados são apresentados a seguir.

O primeiro indicador relativo à receita total média dos municípios pertencentes à AID evidencia que os municípios de Parauapebas e Marabá situam-se no patamar mais elevado em termos da arrecadação total, corroborando o perfil de dinamismo econômico dos municípios em questão (tabela a seguir).

Um segundo grupo de municípios pode ser agrupado como tendo média arrecadação, a saber, São Félix do Xingu, Itupiranga e Xinguara, municípios cuja dinâmica econômica mostra uma economia mediana.

Quanto ao comportamento no tempo, ressalta-se a expansão de Parauapebas, que mais que dobrou sua arrecadação no período.

Tabela 4.30 - Total das Receitas Municipais – 1998 a 2000

Município	Total das Receitas		
	1998	1999	2000
Canaã dos Carajás	ND	ND	ND
Curionópolis	8.201.113,00	ND	ND
Novo Repartimento	14.251.975,00	13.853.743,40	ND
São Geraldo do Araguaia	7.589.478,00	9.311.880,85	ND
Parauapebas	42.938.402,00	55.962.779,71	99.706.439,18
Marabá	41.494.340,00	45.256.158,77	60.392.299,67
São Félix do Xingu	10.762.850,00	11.412.428,33	14.129.439,37
Itupiranga	9.083.148,00	8.268.693,71	12.269.460,53
Xinguara	9.166.080,00	ND	10.379.400,61
Eldorado dos Carajás	6.663.345,00	ND	7.362.964,27
São Domingos do Araguaia	4.636.309,00	5.274.482,90	7.113.880,31
São João do Araguaia	5.206.507,00	4.551.747,73	6.543.519,23
Brejo Grande do Araguaia	4.152.534	4.172.469,49	5.962.283,49
Piçarra	2.852.308,00	2.705.825,19	3.582.417,80
Palestina do Pará	2.316.314,00	1.993.538,20	3.288.211,89
Sapucaia	1.924.168,00	1.942.684,85	2.897.309,18
Total da AID	171.238.871,00	164.706.433,13	233.627.625,53

Fonte: IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas 1998 a 2000

Os demais municípios situam-se num patamar inferior e apresentam oscilações consideráveis, com uma tendência crescente em torno de 1,5 vezes no período analisado.

O segundo indicador, expresso na tabela a seguir, retrata o quanto as receitas tributárias, que são aquelas de competência municipal e, portanto, sob sua administração, capacidade e interesse de arrecadar, participam na receita total dos municípios. Fazem parte deste restante de receitas principalmente as transferências correntes da União (Fundo de Participação dos Municípios, Fundef, SUS, etc) e do Estado (Quota parte municipal do ICMS, do IPVA, Fundef, etc.) e a receitas de capital. Portanto, quanto maior for este coeficiente, maior tem sido a capacidade do município de arrecadar receitas a partir de sua base local.

Concorrem para formar este coeficiente os mesmos componentes assinalados sobre a receita total, ou seja, principalmente a base econômica local, que se associa ao volume populacional, que se associa também à extensão territorial.

E, em adição, tem-se a capacidade administrativa da prefeitura (organização, cadastros, fiscais, etc.) e a sua disposição efetiva para arrecadar recursos por meio dos impostos (IPTU, ISS, ITBI) e taxas sob sua competência.

Tabela 4.31 - Participação da Receita Tributária na Receita Total Municipal – 1998 a 2000

Município	Receita Tributária / Receita Total (%)		
	1998	1999	2000
Canaã dos Carajás	ND	ND	ND
Curionópolis	0,82%	ND	ND
Novo Repartimento	0,46%	0,64%	ND
São Geraldo do Araguaia	0,86%	0,92%	ND
São João do Araguaia	0,17%	ND	ND
Parauapebas	10,49%	9,16%	7,15%
Marabá	8,11%	6,05%	6,32%
São Félix do Xingu	3,90%	3,58%	3,67%
Xinguara	1,77%	ND	2,21%
São Domingos do Araguaia	1,43%	1,17%	1,39%
Itupiranga	2,35%	0,48%	1,16%
Brejo Grande do Araguaia	0,84%	1,25%	0,76%
Sapucaia	0,32%	0,57%	0,64%
Piçarra	2,79%	2,03%	0,58%
Eldorado dos Carajás	0,79%	ND	0,38%
Palestina do Pará	0,26%	0,77%	0,22%
Total da AID	5,32%	5,34%	5,16%

Fonte: IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas 1998 a 2000

Posto isso, verifica-se que os melhores grupos de município sob este critério são os de Parauapebas e Marabá, onde 7,15% e 6,32% respectivamente das receitas totais dos municípios são provenientes da arrecadação tributária.

Num patamar intermediário aparecem os municípios de São Félix do Xingu, Xinguara, São Domingos do Araguaia e Itupiranga. Com uma participação muito baixa das receitas tributárias nas receitas totais dos municípios aparecem os municípios de Brejo Grande do Araguaia, Sapucaia, Piçarra, Eldorado dos Carajás e Palestina do Pará, com menos de 1% de participação.

O terceiro indicador avalia a capacidade que o município possui de investir, ou seja, de criar nova capacidade produtiva dos serviços que estão sob sua competência, como o ensino fundamental, postos de saúde, urbanização, estradas vicinais, entre outros. A tabela a seguir agrega essas informações.

Tabela 4.32 - Participação dos Investimentos das Despesas Totais Municipais –1998 a 2000

Município	Total das Despesas			Despesas com Investimentos			Investimentos/ Despesas Totais		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Canaã dos Carajás	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Curionópolis	7.552.930,00	ND	ND	2.410.388,00	ND	ND	31,91%	ND	ND
Novo Repartimento	16.927.028,00	13.114.762,16	ND	3.622.215,00	1.106.938,52	ND	21,40%	8,44%	ND
São Geraldo do Araguaia	7.561.912,00	9.966.492,80	ND	1.912.421,00	1.357.604,57	ND	25,29%	13,62%	ND
Parauapebas	38.997.287,00	55.587.857,61	107.277.199,48	9.423.626,00	15.430.071,40	33.308.810,07	24,16%	27,76%	31,05%
Brejo Grande do Araguaia	3.949.377,00	4.288.977,46	6.483.442,55	1.043.131,00	414.402,85	1.931.462,60	26,41%	9,66%	29,79%
São João do Araguaia	5.018.591,00	4.320.030,52	6.495.548,01	1.807.155,00	711.115,52	1.741.124,98	36,01%	16,46%	26,80%
Palestina do Pará	2.106.464,00	1.974.196,75	3.359.202,09	621.320,00	404.730,36	867.461,46	29,50%	20,50%	25,82%
Itupiranga	8.070.441,00	9.356.613,96	12.390.979,27	3.445.105,00	1.500.692,95	2.946.098,10	42,69%	16,04%	23,78%
São Domingos do Araguaia	4.607.240,00	4.689.923,43	7.869.222,45	1.716.075,00	363.149,19	1.636.193,39	37,25%	7,74%	20,79%
São Félix do Xingu	10.449.982,00	10.757.053,11	14.470.659,22	4.828.582,00	1.196.437,46	2.886.315,01	46,21%	11,12%	19,95%
Marabá	35.285.358,00	49.175.428,32	59.897.419,30	8.017.184,00	8.865.832,83	11.509.578,39	22,72%	18,03%	19,22%
Eldorado dos Carajás	7.694.300,00	ND	8.285.729,07	2.805.454,00	ND	1.583.503,38	36,46%	ND	19,11%
Sapucaia	1.720.821,00	1.843.611,14	3.068.492,01	341.478,00	337.529,04	531.330,55	19,84%	18,31%	17,32%
Piçarra	2.579.137,00	2.744.283,13	3.663.341,20	802.941,00	288.149,91	477.727,37	31,13%	10,50%	13,04%
Xinguara	7.642.141,00	ND	10.764.608,75	1.920.109,00	ND	765.512,98	25,13%	ND	7,11%
Total da AID	82.115.587,10	89.254.316,30	123.656.408,13	20.842.254,00	19.426.862,22	37.850.859,11	25,38%	21,77%	30,61%

Fonte: IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas 1998 a 2000

Verifica-se que os municípios de Parauapebas, Brejo Grande do Araguaia, São João do Araguaia e Palestina do Pará aparecem com alto grau de investimento em relação às despesas totais, inclusive superior à média da AID. Já os municípios de Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, Marabá, Eldorado dos Carajás e Sapucaia, aparecem com médio grau de investimento e, por fim, os municípios de Piçarra e Xinguara apresentaram baixa capacidade de investimento.

Por fim, o último indicador aquilata a mesma capacidade de investimento, mas mensurado por habitante, ou per capita, conforme tabela a seguir.

Tabela 4.33 - Investimento Público per Capita nos Municípios da AID

Município	Despesas com Investimentos	População Total	Investimento per capita
	R\$	Habitantes	R\$
Canaã dos Carajás	ND	10.922	ND
Curionópolis	ND	19.486	ND
Novo Repartimento	ND	41.817	ND
São Geraldo do Araguaia	ND	27.646	ND
Parauapebas	33.308.810,07	71.568	465,41
Brejo Grande do Araguaia	1.931.462,60	7.464	258,77
São João do Araguaia	1.741.124,98	12.247	142,17
Sapucaia	531.330,55	3.796	139,97
Palestina do Pará	867.461,46	7.544	114,99
São Félix do Xingu	2.886.315,01	34.621	83,37
São Domingos do Araguaia	1.636.193,39	20.005	81,79
Marabá	11.509.578,39	168.020	68,50
Itupiranga	2.946.098,10	49.655	59,33
Eldorado dos Carajás	1.583.503,38	29.608	53,48
Piçarra	477.727,37	12.671	37,70
Xinguara	765.512,98	35.220	21,74
Total da AID	55.497.895,20	552.290	100,49

Fonte: IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas 1998 a 2000

Novamente, os municípios de Parauapebas, Brejo Grande do Araguaia, São João do Araguaia e Palestina do Pará destacam-se pelo volume mais elevado de investimento por habitante, entrando nesse agrupamento o município de Sapucaia que, apesar de possuir uma capacidade de investimento média no contexto da AID, apresenta um valor de investimento per capita considerado alto.

Os municípios com média capacidade de investimento per capita coincidem com aqueles com graus de investimento médio, ou seja, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, Marabá e Eldorado dos Carajás. Com baixa capacidade de investimento per capita aparecem os mesmos municípios de Piçarra e Xinguara.

Essa análise permitiu o agrupamento dos 16 municípios em 4 grupos, conforme ilustrado na tabela a seguir.

Tabela 4.34 - Grupos de Municípios de Acordo com a Capacidade de Investimento per Capita

Grupos	Municípios da AID	Investimento per Capita (R\$ / hab)
Sem informação	Canaã dos Carajás Curionópolis Novo Repartimento São Geraldo do Araguaia	ND
Grupo 1 Alta capacidade de investimento	Parauapebas	465,41
Grupo 2 Média capacidade de investimento	Brejo Grande do Araguaia	258,77
	São João do Araguaia	142,17
	Sapucaia	139,97
	Palestina do Pará	114,99
Grupo 3 Baixa capacidade de investimento	São Félix do Xingu	83,37
	São Domingos do Araguaia	81,79
	Marabá	68,50
	Itupiranga	59,33
	Eldorado dos Carajás	53,48
Grupo 4	Piçarra	37,70
Baixíssima capacidade de investimento	Xinguara	21,74

Fonte: IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas 1998 a 2000

Vale ressaltar que, conforme demonstrado ao longo do item 4.5.2, no levantamento dos PIB setoriais municipais ficou clara a forte presença ainda hoje da atividade agropecuária na AID, em muitos casos ainda superior às atividades de extração mineral e industrial.

Esse tipo de perfil econômico acaba generalizando na maioria das economias municipais, casos-tipos de situações de fragilidade, com economias ineficientes que operam com baixas produtividades, geram baixo valor adicionado e comprometem suas finanças municipais, que têm nas transferências estaduais a maior parcela de suas receitas orçamentárias. Por outro lado, não se pode ignorar royalties originários da exploração mineral nas cidades analisadas, que têm grande peso nas receitas municipais.



4.5.8. DINÂMICA POPULACIONAL

Após entender a dinâmica econômica dos municípios da AID, de forma abrangente, este item analisa o comportamento demográfico da população residente, relacionando-os com as economias locais, considerando-se que os principais fenômenos demográficos da área são conseqüências dos movimentos da estrutura produtiva, associada principalmente à produção dominante, representada pelo binômio mineração - pecuária.

Nessas circunstâncias, a análise que se segue inicia-se com o entendimento das mudanças político-administrativas que ocorreram na área, tendo em vista obter-se unidades territoriais comparáveis, para em seguida destacar a dinâmica de crescimento dessas unidades, trabalhando-se com ritmos de evolução verificando-se também a contribuição de crescimento populacional de cada um, em relação a AID e ao estado do Pará, seguida pela análise do processo de urbanização.

4.5.8.1. Reorganização Político- Administrativa

Os municípios da AID passaram por sucessivas mudanças no quadro político- administrativo devido a desmembramentos e à criação de novos municípios, ocorridos na última década.

No período entre 1991 e 2000, dos 16 municípios da AID, 7 foram criados, sendo eles: i) Eldorado dos Carajás, Novo Repartimento, Palestina do Pará e São Domingos do Araguaia, em 1993; e ii) Canaã dos Carajás, Piçarra e Sapucaia, em 1997.

Demonstra-se a seguir, a reorganização político-administrativa, ocorrida no período entre 1991 e 2000.

Figura 4.6 - Reorganização político-administrativa - Ajustamento da Base Territorial, 1991 -2000.

Municípios em 1991	Municípios em 2000
Brejo Grande do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia Palestina do Pará
Curionópolis	Curionópolis Eldorado dos Carajás
Itupiranga Altamira Jacundá Medicilândia Moju Pacajá Porto de Moz Rondon do Pará Senador José Porfírio Tucuruí	Itupiranga Altamira Jacundá Medicilândia Moju Pacajá Porto de Moz Rondon do Pará Senador José Porfírio Tucuruí Anapu Brasil Novo Breu Branco Goianésia do Pará Nova Ipixuna Novo Repartimento Vitória do Xingu
Parauapebas	Parauapebas Água Azul do Norte Canaã dos Carajás
São Geraldo do Araguaia	São Geraldo do Araguaia Piçarra
São João do Araguaia	São João do Araguaia São Domingos do Araguaia
Xinguara	Xinguara Sapucaia

Obs.: Os municípios na cor cinza não pertencem a AID.

Fonte: IBGE - IBAM Banco de Dados Municipais

Conforme mencionado anteriormente, para manter a comparabilidade entre os municípios, a análise da demografia será feita com base no processo evolutivo verificado no período de 2000 a 2004, de forma a captar a dinâmica ocorrida nos municípios. Em função das mencionadas mudanças no quadro político-administrativo, decorrentes dos diversos



desmembramentos, não é adequado utilizar-se dos dados individualizados por município para se proceder às comparações. Para tanto, propõe-se metodologicamente a utilização do conceito de unidades territoriais comparáveis, de forma a melhor entender o comportamento do crescimento populacional. No âmbito da AID, foram agrupadas seis unidades territoriais, a saber:

- Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará;
- Curionópolis e Eldorado dos Carajás;
- Parauapebas, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás;
- São Geraldo do Araguaia e Piçarra;
- São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia; e,
- Xinguara e Sapucaia.

Ressalta-se que esse conceito não pode ser aplicado ao município de Novo Repartimento, por ter sua origem ligada ao desmembramento de mais de um município, sem a precisa informação das porções municipais originárias. Para tanto, os dados referentes a tal município serão avaliados apenas a partir de sua data de criação (1993).

4.5.8.2. Crescimento Populacional da AID e dos Municípios/ Unidades Territoriais Comparáveis

No âmbito da AID como um todo, o crescimento populacional do período 1991-1996 foi de quase 4,5% ao ano, alcançando mais de 489.931 mil habitantes. Essa taxa é superior à taxa de crescimento da população no Estado do Pará (2,17% ao ano), caracterizando a área situada em parte do sudeste do Estado como uma região dinâmica e atrativa (ver tabela 4.34).

No período seguinte, 1996-2000, entretanto, o crescimento da população se arrefece aproximando-se da média estadual de 2,96% ao ano, registrando crescimento de 3,04% ao ano, atingindo 552.290 mil habitantes (2000).

A tendência de crescimento populacional verificada no período acima, se mantém entre os anos de 2000 a 2004, à medida que o total dos municípios da AID cresceu 2,95% ao ano enquanto o Estado cresceu 2,56% ao ano.

Em termos de contribuição ao crescimento populacional, utilizando-se a técnica de "*shift share*" que mostra a contribuição ao crescimento da região em relação ao do Estado do Pará, os municípios da AID contribuíram com 20,51% (período entre 1991-1996), reduzindo-se para 9,31% (período entre 1996-2000) e aumentando a parcela de contribuição para 10,77% entre 2000-2004, conforme demonstra a próxima tabela.

Tal resultado evidencia uma perda de dinamismo na região, muito provavelmente associada ao comportamento da mineração, cuja expansão maior foi no início dos anos noventa.

Tabela 4.35 - Evolução populacional dos Municípios da AID

Ano	População Total (Hab)			Taxa anual de crescimento populacional			Contribuição da AID ao crescimento do Estado ("shift share")		
	1991	1996	2000	91-96	96-00	00-04	91-96	96-00	00-04
Municípios da AID	395.904	489.931	552.290	4,35%	3,04%	2,95%	20,51%	9,31%	10,77%
Pará	4.950.060	5.510.849	6.192.307	2,17%	2,96%	2,56%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1996 e 2000.

Em termos de unidades territoriais comparáveis municipais, pode-se constatar, no período de 1991 a 1996, um crescimento populacional considerado "explosivo", não se repetindo em nenhum outro período, na Unidade Territorial Parauapebas (12,40% ao ano) e no município de São Félix do Xingu (10,49% ao ano). Posteriormente (1996-2000) perderam população, recuperando-se entre os anos de 2000 e 2004, quando atingem taxas de crescimento anuais acima da média estadual (3,21% ao ano e 3,53% ao ano) 2004.

Por outro lado, nesse mesmo período, duas unidades territoriais perderam população: São Geraldo dos Carajás e Xinguara.

No período entre 1996 a 2000, destacam-se os municípios Novo Repartimento e Itupiranga com taxas de crescimento anuais elevadas de 8,60% e 7,08% respectivamente, sendo que ambos tiveram queda no crescimento da população nos anos posteriores, embora com registro de crescimento populacional acima da média Itupiranga com 5,20% ao ano e Novo Repartimento com 3,96% ao ano. Somente São Félix do Xingu apresentou uma taxa de crescimento negativa, conforme já citado. Em termos gerais esse período caracteriza-se por taxas de crescimento positiva acima da média estadual.

Posteriormente, entre 2000 e 2004⁴, mantém-se a trajetória de expansão do período anterior, não havendo mudanças significativas, cabendo mencionar somente a perda populacional sofrida pela unidade territorial Xinguara.

Uma forma alternativa para verificar de forma sintetizada o crescimento da população, segundo as seis unidades territoriais comparáveis e os quatro municípios consiste na identificação de compartimentos semelhantes em termos de taxas de crescimento passíveis de compor agrupamentos com denominações típicas.

Assim, de acordo com as taxas de crescimento populacional no período entre 1991 e 2004, as seis unidades territoriais comparáveis e os quatro municípios da AID foram divididos em quatro grupos, apresentados na tabela a seguir.

⁴ Dados utilizados via Estimativa Populacional-2004, considerado relevante para análise, já que a priori não há conhecimento sobre mudanças econômicas que pudessem impulsionar a dinâmica demográfica instaurada na AID.



Tabela 4.36 - População Total e Taxa de Crescimento Anual, 1991-2004

Grupos	Municípios Unidades Territoriais Comparáveis	População Total				Taxa Anual Exponencial (%)			
		1991	1996	2000	2004	1991 a 1996	1996 a 2000	2000 a 2004	1991 a 2004
Grupo 1 "Explosivo" (taxas de crescimento anual altas)	Novo Repartimento	0	30.059	41.817	48846	-	8,60	3,96	6,52
	Unidade Territorial Parauapebas (Parauapebas, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás)	53.335	95696	104.574	118.675	12,40	2,24	3,21	6,35
	Unidade Territorial São João do Araguaia (São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia)	19824	26109	32.252	38.834	5,66	5,42	4,75	5,31
Grupo 2 "Massa Crescente" (taxas de crescimento anual significativas)	Itupiranga	37.011	37.771	49.655	60814	0,41	7,08	5,20	3,90
	São Félix do Xingu	24.891	40.983	34.621	39774	10,49	-4,13	3,53	3,67
	Marabá	123.668	150.095	168.020	191508	3,95	2,86	3,33	3,42
	Unidade Territorial Curionópolis (Curionópolis e Eldorado dos Carajás)	38.672	42.268	49.094	54.614	1,79	3,81	2,70	2,69
	Unidade Territorial Brejo Grande do Araguaia (Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará)	11.939	12.614	15.008	16.633	1,11	4,44	2,60	2,59
Grupo 3 "Estagnado" (taxa de crescimento anual próxima de zero)	Unidade Territorial São Geraldo dos Carajás (São Geraldo dos Carajás e Piçarra)	38540	36071	40.317	41.258	-1,32	2,82	0,58	0,53



Grupos	Municípios Unidades Territoriais Comparáveis	População Total				Taxa Anual Exponencial (%)			
		1991	1996	2000	2004	1991 a 1996	1996 a 2000	2000 a 2004	1991 a 2004
Grupo 4 "Massa Declinante" (taxa de crescimento anual negativa)	Unidade Territorial Xinguara (Xinguara e Sapucaia)	48024	39259	39.016	34.246		-100,00	-3,21	-2,57
Municípios da AID		320.260	400.089	445.370	487.940	4,55	2,72	2,31	3,30
Pará		4.950.060	5.510.849	6.192.307	6.850.181	2,17	2,96	2,56	2,53

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

De maneira geral, a trajetória evolutiva da população demonstra um alto crescimento no início da década, com taxas por volta de 10% ao ano identificadas na porção centro-oeste da AID, provavelmente devido a atividades ligadas a mineração, conforme já mencionado.

Nos anos posteriores há um arrefecimento, salvo algumas exceções, como Itupiranga e Unidade Territorial Brejo Grande Araguaia, embora majoritariamente os dados individualizados ou pelas unidades territoriais ou municipais apresentem taxas de crescimento superiores aos resultados estaduais.

4.5.8.3. Contribuição dos Municípios ao Crescimento Populacional da Região (“Shift Share”)

Complementarmente a análise de crescimento populacional via taxa de crescimento anual geométrica, verificou-se também a contribuição de cada unidade territorial ou municipal para a variação de crescimento populacional da AID, possibilitando, assim, identificar os municípios com maior dinamismo demográfico da AID, independentemente do porte populacional de cada um.

Considerando o “shift share”, no período entre 1991-2004, pode-se classificar as unidades territoriais ou municipais da área em quatro grupos, apresentados junto com os demais dados desta análise na tabela a seguir.

Tabela 4.37 - Contribuição ao crescimento "Shift Share" dos municípios da AID

Grupos	Municípios da AID	População Total				Shift Share em relação ao Pará	Shift Share em relação a AID
		1991	1996	2000	2004	1991 a 2004	1991 a 2004
Grupo 1	Unidade Territorial Parauapebas (Parauapebas, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás)	53.335	95696	104.574	118.675	0,04	28,71%
	Marabá	123.668	150.095	168.020	191508	3,57%	25%
	Novo Repartimento*	0	30.059	41.817	48846	3,37%	23%
Grupo 2	Itupiranga	37.011	37.771	49.655	60814	1,02%	7%
	Unidade Territorial São João do Araguaia (São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia)	19824	26109	32.252	38.834	0,01	6,96%
	Unidade Territorial Curionópolis (Curionópolis e Eldorado dos Carajás)	38.672	42.268	49.094	54.614	0,84%	5,84%
	São Félix do Xingu	24.891	40.983	34.621	39774	0,78%	5%
Grupo 3	Unidade Territorial Brejo Grande do Araguaia (Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará)	11.939	12.614	15.008	16.633	0,25%	1,72%
	Unidade Territorial São Geraldo dos Carajás (São Geraldo dos Carajás e Piçarra)	38540	36071	40.317	41.258	0,14%	1,00%
Grupo 4	Unidade Territorial Xinguara (Xinguara e Sapucaia)	48024	39259	39.016	34.246	-0,73%	-5%
Municípios da AID		395.904	510.925	574.374	645.202	14,37%	100%
Pará		4.950.060	5.510.849	6.192.307	6.850.181	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

4.5.8.4. Grau de Urbanização dos Municípios

Na avaliação do grau de urbanização dos municípios da AID, considerando apenas o ponto de vista demográfico, verificou-se a evolução das Taxas de Urbanização (relação entre população urbana e total) nos anos de 1991, 1996 e 2000.

Cabe mencionar que, em decorrência dos dados sobre a população de 2004 serem estimativas, conforme já mencionado, não existem dados dimensionados para população urbana ou rural, não sendo possível, portanto, calcular a taxa de urbanização para o referido ano .

Ao analisar os dois períodos (1991-1996/ 1996 – 2000), o total dos municípios/ da AID apresentou moderada ascensão no processo de urbanização, expresso tanto em termos de aumento da taxa de urbanização geral, quanto em termos de aumento do número de municípios com população predominantemente urbana.

Nos anos considerados, a taxa de urbanização do total dos municípios da AID foi de 51, 55 e 60% respectivamente, mantendo a trajetória de expansão urbana. Já o crescimento da população rural foi mais contido entre 1991 e 1996, mantendo-se estagnado depois desse período até o ano de 2000.

No período entre 1991 e 1996, a maioria dos municípios apresentou um aumento significativo na taxa de urbanização, destacando-se: Curionópolis e São João do Araguaia, excetuando-se São Félix do Xingu que apresentou um decréscimo no referido período, recuperando o crescimento da população urbana no próximo período.

O período entre 1996 e 2000, mantém a mesma dinâmica anterior, ou seja, crescimento da população urbana na maioria dos municípios, excetuando-se dois municípios: Palestina do Pará de 58,21% (1996) para 50,9% (2000) e São João do Araguaia de 25,71% (1996) para 19,7% (2000).

Embora a maioria dos municípios, como já citado acima, apresentou na última década um aumento significativo em termos de crescimento da população urbana, somente 50% dos municípios possui população urbana predominante. Dois municípios quase atingem 50% em relação à taxa de urbanização, e os 6 (seis) restantes possuem população rural predominante. (IBGE, 2000).

A seguir apresenta-se a tabela com a população urbana e rural e a taxa de urbanização dos períodos: 1991-1996 e 1996-2000.



Tabela 4.38 - Grau de Urbanização dos municípios da AID, 1991-2000

Municípios	POPULAÇÃO									TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)		
	Rural			Urbana			População Total			1991	1996	2000
	1991	1996	2000	1991	1996	2000	1991	1996	2000			
Parauapebas	25.892	29.053	12.308	27.443	45.649	59.260	53.335	74.702	71.568	51%	61%	83%
Marabá	21.233	26.717	33.647	102.435	123.378	134.373	123.668	150.095	168.020	83%	82%	80%
Xinguara	20.646	14.344	8.956	27.378	24.915	26.264	48.024	39.259	35.220	57%	63%	75%
Sapucaia	-	-	1.114	-	-	2.682	0	0	3.796	-	-	71%
Curionópolis	23.598	9.368	6.236	15.074	14.507	13.250	38.672	23.875	19.486	39%	61%	68%
Brejo Grande do Araguaia	8.755	2.763	3.209	3.184	3.766	4.255	11.939	6.529	7.464	27%	58%	57%
São Domingos do Araguaia	-	10.528	9.127	-	7.465	10.878	0	17.993	20.005	-	41%	54%
Palestina do Pará	-	2.543	3.704	-	3.542	3.840	0	6.085	7.544	-	58%	51%
Eldorado dos Carajás	-	14.072	15.496	-	4.321	14.112	0	18.393	29.608		23%	48%
São Geraldo do Araguaia	29.738	25.010	15.713	8.802	11.061	11.933	38.540	36.071	27.646	23%	31%	43%
Novo Repartimento	-	20.219	26.293	-	9.840	15.524	0	30.059	41.817	-	33%	37%
São Félix do Xingu	16.693	31.384	22.091	8.198	9.599	12.530	24.891	40.983	34.621	33%	23%	36%
Canaã dos Carajás	-	-	6.998	-	-	3.924	0	0	10.922	-	-	36%
Itupiranga	28.580	27.662	34.901	8.431	10.109	14.754	37.011	37.771	49.655	23%	27%	30%
Piçarra	-	-	9.916	-	-	2.755	0	0	12.671	-	-	22%
São João do Araguaia	18.483	6.029	9.834	1.341	2.087	2.413	19.824	8.116	12.247	7%	26%	20%
Total AID	193.618	219.692	219.543	202.286	270.239	332.747	395904	489931	552.290	51%	55%	60%
Pará	2.353.672	2.561.832	2.071.614	2.596.388	2.949.017	4.120.693	4.950.060	5.510.849	6.192.307	52,45	53,51	66,55

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

Considerando-se as taxas de urbanização no ano de 2000, os 16 municípios analisados foram classificados em 5 (cinco) grupos, apresentados na tabela a seguir:

Tabela 4.39 - Taxa de Urbanização, 2000.

Grupos	Município da AID	Taxa de Urbanização
Grupo 1 "altíssima taxa de urbanização"	Parauapebas	83%
	Marabá	80%
Grupo 2 "alta taxa de urbanização"	Xinguara	75%
	Sapucaia	71%
	Curionópolis	68%
	Brejo Grande do Araguaia	57%
Grupo 3 "média taxa de urbanização"	São Domingos do Araguaia	54%
	Palestina do Pará	51%
	Eldorado dos Carajás	48%
	São Geraldo do Araguaia	43%
Grupo 4 "baixa taxa de urbanização"	Novo Repartimento	37%
	São Félix do Xingu	36%
	Canaã dos Carajás	36%
	Itupiranga	30%
Grupo 5 "muito baixa taxa de urbanização"	Piçarra	22%
	São João do Araguaia	20%
Municípios da AID		60%
Pará		66,55%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

Em uma primeira avaliação, menciona-se que as altíssimas taxas de urbanização de Parauapebas e Marabá, cada qual com 83% e 80% respectivamente, são reflexo de um comportamento econômico fortalecido e dinâmico, voltado para mineração e pecuária (Marabá).

4.5.8.5. Formulação de Tipologia Síntese para o Comportamento da Dinâmica Populacional

Com o objetivo de facilitar a identificação de padrões de comportamento demográfico no âmbito municipal, procurou-se formular casos-tipo mais frequentes em relação ao comportamento demográfico dos municípios, que sistematizem o universo de situações encontradas.

Tal formulação é útil tanto para sinalizar perspectivas de evolução, como para o exercício de criação de zonas semelhantes, tendo em vista diferentes comportamentos demográficos municipais.

Para tanto, a aplicação dos recursos de um dado algoritmo permite a formulação de grupos de municípios que possuam características semelhantes (casos-tipo). A consideração sobre a semelhança entre características segue critérios técnicos, culminando em resultados diferenciados entre si.

Na seqüência, demonstram-se as características das tipologias construídas, compostas pelas possíveis combinações entre os indicadores tidos como definidores:

- i) contribuição crescimento populacional da AID – “shift share”
- ii) taxa de urbanização.

Os indicadores definidores são dados nas tabelas abaixo:

Tabela 4.40 - Componente – contribuição ao Crescimento Populacional da AID - “shift share”.

Cluster	Nº de Unidades Territoriais ou Municipais	Municípios
1-Alta contribuição ao crescimento da AID	03	Unidade Territorial de Parauapebas, Marabá e Novo Repartimento
2- Média contribuição ao crescimento da AID	04	Unidade Territorial São João do Araguaia e Curionópolis e município de São Félix do Xingu
3- Baixa contribuição ao crescimento da AID	02	Unidade Territorial Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia
4- Contribuição negativa	01	Unidade Territorial Xinguara

Tabela 4.41 - Componente – Taxa de Urbanização

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1- Altíssima Taxa de Urbanização	02	Parauapebas e Marabá
2- Alta Taxa de Urbanização	04	Xinguara, Sapucaia, Curionópolis e Brejo Grande do Araguaia
3- Média Taxa de Urbanização	04	São Domingos do Araguaia Palestina do Pará, Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia
4- Baixa Taxa de Urbanização	04	Novo Repartimento, São Félix do Xingu, Canaã dos Carajás e Itupiranga
5- Muito Baixa Taxa de Urbanização	02	Piçarra e São João do Araguaia



Apresentam-se na seqüência as descrições dos algoritmos para a formulação das tipologias para o Comportamento Demográfico, bem como os municípios integrantes de cada grupo.

Grupo 1 – Dinâmicos e Urbanizados

Parauapebas e Marabá

Municípios com elevado crescimento, apresentando altíssima taxa de urbanização

Grupo 2 - Dinâmicos e Pouco Urbanizados

Novo Repartimento e Canaã dos Carajás

Municípios com elevado crescimento, apresentando baixa taxa de urbanização

Grupo 3 - Médio Dinâmicos e Urbanizados

Curionópolis, São Domingos do Araguaia e Eldorado dos Carajás

Município com moderado crescimento, apresentando no mínimo média taxa de urbanização

Grupo 4 – Médio Dinâmicos e Pouco Urbanizados

São Félix do Xingu, São João do Araguaia e Itupiranga

Municípios com moderado crescimento, apresentando baixa taxa de urbanização

Grupo 5 – Pouco Dinâmicos e Urbanizados

Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia e Palestina do Pará

Municípios com baixa taxa de crescimento populacional e média taxa de urbanização

Grupo 6 – Pouco Dinâmicos e Pouco Urbanizados

Piçarra e Xinguara.

Municípios com decréscimo populacional e baixa de taxa de urbanização

Conforme ilustra o mapa 4.19 abaixo, a porção sudeste da AID, próximo ao estado de Tocantins concentram os municípios com baixo dinamismo, sendo que os municípios vizinhos a estes, via de regra, apresentam médio dinamismo.

Sendo assim, é na região centro-oeste onde se localizam os municípios com maior dinamismo demográfico, sendo eles: Parauapebas, Marabá, Novo Repartimento e Canaã dos Carajás (este localizado na porção leste).



Mapa 4.19 - Tipologia Síntese para a Dinâmica Demográfica

4.5.9. CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

Uma vez analisadas a dinâmica econômica e demográfica dos municípios inseridos na AID (Área de Influência Direta), este item visa caracterizar e avaliar as condições de vida da população residente.

Nesse sentido, a metodologia utilizada segue um duplo enfoque: (i) um primeiro via renda monetária das famílias, analisada através de alguma forma de remuneração existente; e, (ii) um segundo por meio da renda não-monetária, entendida como a oferta de bens e serviços providos pelo setor público, discriminada pelas condições de educação e saúde.

Essa análise baseia-se em indicadores consagrados, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM nas dimensões renda, educação e longevidade, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

4.5.9.1. Indicadores via Fontes Secundárias – Renda Monetária e Provisão Serviços Públicos (Renda não Monetária)

A) Indicadores de Renda Monetária

Os resultados do PIB municipal disponíveis para 2000⁵ relativizados pela população residente no município constituem uma síntese útil para evidenciar em que medida o processo de crescimento contribui para que os benefícios econômicos sejam de alguma forma apropriados localmente, ou ainda como a riqueza produzida nas economias municipais vem sendo distribuída.

Os diferenciais de padrão de desenvolvimento captados pelo indicador PIB per capita entre os municípios apresentando discrepâncias. O maior patamar de riqueza aponta o valor de R\$ 11.603,00 em Parauapebas, em contraste com os R\$ 1.103,00 verificados em Itupiranga.

Dentre os 16 municípios observados, 6 (seis) possuem PIB per capita entre R\$ 3.000,00 e R\$ 7.701,00 sendo estes valores superiores ao valor estadual que é de R\$ 3.015,00. Os demais possuem PIB per capita inferior a R\$ 3.000,00.

De acordo com os valores obtidos para AID, foram formados 5 (cinco) grupos com resultados semelhantes, apresentados na tabela a seguir:

⁵ PIB Municipal 2000 - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais – IBGE.

Tabela 4.42 - Agrupamentos relacionados ao PIB Per Capita e Índice Gini dos municípios da AID, 2000

Resultados	Nº de Municípios	Municípios da AID	PIB Per Capita (R\$)	Índice Gini
Grupo 1 Apresentam os melhores resultados da AID. Altíssimo Pib Per Capita	02	Parauapebas	11 603	0,67
		Sapucaia	10 227	0,56
Grupo 2 Possuem Alto Pib Per Capita	03	São Félix do Xingu	7 701	0,75
		Piçarra	6 329	0,55
		Xinguara	4 761	0,6
Grupo 3 Possuem Médio para alto Pib Per Capita	03	Canaã dos Carajás	4 049	0,62
		São Geraldo do Araguaia	3 696	0,63
		Marabá	3 325	0,63
Grupo 4 Possuem Médio para Pib Per Capita	05	Brejo Grande do Araguaia	2 736	0,58
		Curionópolis	2 400	0,59
		Novo Repartimento	2 375	0,66
		Palestina do Pará	2 035	0,62
		São Domingos do Araguaia	1 899	0,58
Grupo 5 Possuem Baixo Pib Per Capita	03	Eldorado dos Carajás	1 529	0,7
		São João do Araguaia	1 344	0,62
		Itupiranga	1 302	0,6
Pará		3015		0,65

Fonte: IBGE, 2000 e Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003.

O índice Gini apresentado no quadro acima, mede o grau de desigualdade na distribuição segundo a renda domiciliar per capita. Sua variação é de 0 (zero) a 1 (um), sendo os menores valores equivalentes às ocorrências de menores desigualdade na distribuição de renda e, quanto mais o índice aproxima-se de um, significa uma concentração de renda exacerbada.

Verifica-se, então, que a concentração de renda existente na AID, é de modo geral similar ao cenário existente no estado (0,65), na medida em que, a maioria dos municípios da AID, possuem índices próximos ao valor estadual (em torno de 0,6).

As menores concentrações de renda encontram-se em Sapucaia, São Domingos do Araguaia (0,56), Piçarra e Brejo Grande do Araguaia (0,58), possuindo, estes, no mínimo resultados medianos em termos de PIB Per Capita.

Por outro lado, os municípios com as piores distribuições de renda são: São Félix do Xingu (0,75), classificado como “alto PIB Per Capita” e Eldorado do Carajás (0,7), classificado como “baixo PIB Per Capita”.

Por fim, complementarmente, adotou-se o componente Renda do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-Renda), o qual incorpora além da Renda per Capita também as porcentagens da renda provenientes: (i) de transferências governamentais; (ii) do trabalho; (iii) de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais

As taxas que se referem ao IDHM-Renda demonstram novamente uma realidade pouco satisfatória, na qual a maioria dos municípios da AID apresenta índices classificados, segundo⁶ do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, como “médio desenvolvimento humano”.

No âmbito da AID, os municípios apresentam uma variação de resultados entre 0,476 (São João do Araguaia) e 0,693 (São Félix do Xingu). De acordo esses resultados, os 16 municípios foram classificados em 3 (três) grupos, apresentados na tabela abaixo.

⁶ Classificação PNUD - até 0,5 “baixo desenvolvimento humano”, de 0,5 até 0,79 “médio desenvolvimento humano” e acima de 0,8 “alto desenvolvimento humano”.



Tabela 4.43 - IDH – Renda, 2000

Resultados	Nº. de Municípios	Municípios da AID	IDH Renda
Grupo 1 Médio	05	São Félix do Xingu	0,693
		Xinguara	0,677
		Parauapebas	0,674
		Marabá	0,647
		Sapucaia	0,647
Grupo 2 Médio para baixo	08	Canaã dos Carajás	0,628
		São Geraldo do Araguaia	0,593
		Piçarra	0,571
		Brejo Grande do Araguaia	0,563
		São Domingos do Araguaia	0,563
		Curionópolis	0,555
		Palestina do Pará	0,552
		Eldorado dos Carajás	0,551
Grupo 3 Baixo	03	Novo Repartimento	0,527
		Itupiranga	0,516
		São João do Araguaia	0,476
Pará			0,629

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003.

B) Provisão de Serviços Públicos - Indicadores de Renda Não Monetária

- Educação

A análise da oferta educacional utiliza dois indicadores:

- IDHM - Educação: Medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela frequência escolar combinada nos três níveis de ensino; e,
- Percentual da população com mais de 15 anos analfabeta.

Em relação ao IDHM-Educação, o quadro educacional dos municípios da AID pode ser considerado mediano, tendo como referência à classificação oficial do PNUD, a qual agrupa a maioria (12) municípios com “médio desenvolvimento humano”, e 4 (quatro) municípios com “alto desenvolvimento humano”, sendo eles: Marabá, Parauapebas; São Domingos do Araguaia e Xinguara.

Porém, os dados relativos à taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos demonstram uma realidade diferente, onde a situação é considerada insatisfatória, indicando deficiência no sistema educacional dos municípios da AID que resulta, em outros fatores, na mão de obra desqualificada o que, aliada a outros fatores sociais, facilita a exploração do trabalho forçado na área de estudo.

Com exceção de Parauapebas (16,07%) que possui taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos equivalente a média estadual (16,3%), os demais municípios da AID apresentam taxas superiores a mesma, sendo que os piores resultados encontram-se em: Piçarra (28,06%); São Domingos do Araguaia (29,84%); Novo Repartimento (31,39%); Itupiranga (33,81%); Palestina do Pará (34,18%) e São João do Araguaia (34,46%).

Comparando-se os dois indicadores (IDHM-Educação e analfabetismo), pode-se observar, a despeito dos altos índices de analfabetismo nos municípios da AID, que estes municípios se encontram em situação intermediária, no qual um aspecto que parece ser significativo é a frequência escolar (um dos componentes do IDHM-Educação).

Por último, com base nos resultados do IDHM-Educação, pode-se classificar os municípios da AID em três grupos, apresentados na tabela a seguir.



Tabela 4.44 - Indicadores de Educação, 2000

Resultados	Nº de Municípios	Municípios da AID	IDH Educação	% de analfabetos com mais de 15 anos
Grupo 1 Alto	04	Parauapebas	0,844	16,3
		Marabá	0,826	17,05
		Sapucaia	0,806	18,85
		Xinguara	0,801	18,97
Grupo 2 Médio para alto	06	Canaã dos Carajás	0,792	18,5
		Curionópolis	0,77	26,88
		Brejo Grande do Araguaia	0,761	26,79
		São Geraldo do Araguaia	0,732	25,57
		Eldorado dos Carajás	0,725	27,49
		São Domingos do Araguaia	0,718	29,82
Grupo 3 Médio para baixo	06	São Félix do Xingu	0,692	23,93
		Piçarra	0,691	28,06
		Palestina do Pará	0,687	34,18
		Novo Repartimento	0,682	31,39
		Itupiranga	0,671	33,81
		São João do Araguaia	0,671	34,46
Pará			0,815	16,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

- Indicadores de Saúde

Em termos de saúde, utilizou-se como indicadores o IDHM-Longevidade, medido pela esperança de vida ao nascer, através da fórmula (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, (respectivamente) e a taxa de mortalidade de crianças até 1 (um) e até 5 (cinco) anos de idade. Adota-se como pressuposto que tais indicadores são ilustrativos do panorama geral da saúde e salubridade dos municípios, principalmente em relação à manutenção da vida humana.

A situação relativa à expectativa de vida, medida pelo ao IDHM-Longevidade pode ser considerada mediana, na medida em que a totalidade dos municípios da AID pode ser enquadrada, na classificação de “médio desenvolvimento humano”, segundo classificação do PNUD, apresentando uma variação entre 0,669 nos municípios de Itupiranga e Novo Repartimento e 0,741 em São Domingos do Araguaia.

Por outro lado, a mortalidade infantil nos municípios da AID é alta sinalizando sérias questões. De modo geral as diferenças entre municípios são considerados médios, sendo que o pior índice encontra-se em São João do Araguaia, onde a taxa de mortalidade infantil até um ano de idade é de 62,5 (em mil nascidos) e a taxa de mortalidade infantil até cinco anos é de 67,16 (em mil nascidos).

Já, os melhores índices encontram-se em São Geraldo do Araguaia, onde a taxa de mortalidade infantil até um ano de idade é de 28,13 (em mil nascidos), e a taxa de mortalidade infantil até cinco anos é de 30,31 (em mil nascidos).

Cabe ressaltar que em todos os municípios, os valores da mortalidade infantil, de crianças com até 5 anos, são maiores do que os valores da mortalidade infantil de crianças com até 1 ano, o que pode sugerir uma deficiência no sistema de saúde dos municípios da AID, oferta insuficiente de equipamentos de saúde, saneamento ambiental deficitário, nível educacional das mães entre tantos outros desajustes no setor saúde.

De acordo os resultados relativos ao IDHM-Longevidade, mencionado acima, os municípios da AID foram distribuídos em três grupos apresentados na tabela seguinte, junto com os demais indicadores utilizados até então.

Tabela 4.45 - Indicadores de Saúde, 2000

Resultados	Nº de Municípios	Municípios da AID	IDHM-Longevidade	Mortalidade até um ano de idade	Mortalidade até cinco anos de idade
Grupo 1 Médio para alto	06	São Domingos do Araguaia	0,741	31,13	33,54
		Xinguara	0,738	30,04	32,35
		Sapucaia	0,734	30,04	32,35
		Piçarra	0,724	32,77	35,29
		São João do Araguaia	0,724	62,5	67,16
		Curionópolis	0,721	33,34	35,9
Grupo 2 Médio	07	Palestina do Pará	0,716	34,23	36,86
		Brejo Grande do Araguaia	0,716	34,23	36,86
		Eldorado dos Carajás	0,712	34,99	37,67
		São Félix do Xingu	0,707	29,48	31,75
		Parauapebas	0,704	36,76	39,58
		Marabá	0,697	44,56	74,95
		São Geraldo do Araguaia	0,697	28,13	30,31
Grupo 3 Médio para baixo	03	Novo Repartimento	0,669	44,31	47,67
		Canaã dos Carajás	0,679	42,16	45,38
		Itupiranga	0,699	44,31	47,67
Pará			0,725		

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

4.5.9.2. Formulação de Tipologia Síntese para Condições Sociais

Diante de tantos indicadores, cada qual valorizando determinado aspecto das condições de vida da população residente, novamente recorreu-se ao expediente de formulação de tipologias sínteses de comportamentos semelhantes, tal como se segue.

É importante ressaltar que o agrupamento elaborado para cada indicador considerou o contexto existente para os municípios da AID.

Na seqüência, construí-se um algoritmo que combina pari-passu os resultados segundo os indicadores classificados como definidores e, desta forma, estabelecem-se casos-tipo de condições de vida, podendo-se extrair algumas regularidades espaciais ao se observar sua territorialidade. Mais ainda ao se combinar com os casos-tipo formulados para economia

municipais e para a dinâmica demográfica obtém-se uma síntese, útil para embasar os efeitos e impactos que a ampliação do Grupo Bertin irá trazer a AID.

Os indicadores considerados definidores, são: IDHM-Renda; IDHM-Educação e IDHM-Longevidade.

- Características das Tipologias

Apresenta-se a seguir, por componente, o cluster nos quais os municípios se enquadraram:

Tabela 4.46 - Componente - Renda

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1-Médio	05	Xinguara, Parauapebas, São Félix do Xingu, Marabá e Sapucaia
2- Médio para baixo	08	Canaã dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Piçarra Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Curionópolis, Palestina do Pará, Eldorado dos Carajás
3- Baixo	03	Novo Repartimento, Itupiranga e São João do Araguaia

Tabela 4.47 - Componente - Longevidade

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1- Médio para alto	03	São Domingos do Araguaia, Xinguara e Sapucaia
2 – Médio	10	Piçarra, São João do Araguaia, Curionópolis, Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, São Félix do Xingu, Parauapebas, Marabá, São Geraldo do Argauaia
3 – Médio para baixo	03	Novo Repartimento, Canaã dos Carajás e Itupiranga



Tabela 4.48 - Componente - Educação

Cluster	Nº de Municípios	Municípios
1- Alto	04	Parauapebas, Marabá, São Domingos do Araguaia e Xinguara.
2 – Médio para alto	06	Canaã dos Carajás, Curionópolis, Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo Araguaia, Eldorado dos Carajás e São Domingos do Araguaia
3 – Médio para baixo	06	São Félix do Xingu, Piçarra, Palestina do Pará, Novo Repartimento, Itupiranga e São João do Araguaia

A seguir apresentam-se as descrições dos algoritmos para a formulação das tipologias do aspecto Condições de Vida da População, bem como os municípios integrantes em cada grupo.

Grupo 1 – Melhores Condições Sociais

Parauapebas, Marabá, Sapucaia e Xinguara

No contexto da AID, apresentam as melhores condições sociais, com alto desenvolvimento humano em educação e renda, apresentando no mínimo médias condições de saúde

Grupo 2 – Cenário Mediano

Curionópolis, Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Eldorado dos Carajás e São Domingos do Araguaia

Municípios com condições boas de educação, com situação intermediária em relação à renda, com no mínimo médias condições de saúde.

Grupo 3 – Cenário mediano com Educação ou Saúde a resolver

Canaã dos Carajás, São Félix do Xingu, Piçarra e Palestina do Pará

Municípios com no mínimo condições médias de renda (São Félix do Xingu), apresentando carência na área de saúde ou educação

Grupo 4 – Incipientes

Novo Repartimento, Itupiranga e São João do Araguaia

Municípios com no mínimo condições médias de saúde (São João do Araguaia), apresentando deficiência nas áreas de educação (média para baixo) e renda (baixo).



Mapa 4.20 - Tipologia Síntese das Condições Sociais

Com base no mapa acima, nota-se claramente uma conformação espacial contornando quase toda a AID de municípios muito carentes, considerados os piores em relação às condições de vida da população residente, classificados tipologicamente como: “Cenário mediano com Educação ou Saúde a resolver” e Incipientes (renda e educação a resolver).

Essa contigüidade espacial é predominante na porção oeste desde São Félix do Xingu até e Itupiranga. A partir desse ponto, já na porção leste, os municípios classificados como: “Cenário mediano com Educação ou Saúde a resolver” e Incipientes (renda e educação a resolver), intercalam-se com municípios que apresentam cenário mediano em termos de condições de vida para população residente até a região sul, onde concentram-se dois municípios (Xinguara e Sapucaia) com as melhores condições sociais.

Outra característica marcante, diz respeito a diversidade de condições sociais na parte centro-leste da AID, com predominância de municípios considerados com boas ou médias condições sociais de acordo com o contexto socioeconômico da área.

Em linhas gerais o cenário social encontra-se em situação intermediária, embora caracterizado pela alta exclusão social, existente em todo o estado do Pará, o que resulta em problemas sociais graves, relacionados a desrespeito aos direitos humanos, notadamente violência no campo, grilagem de terras e praticas de trabalho escravo em municípios do presente estudo, conforme será abordado nos itens que se seguem.

4.5.10. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA AID

Em relação à dinâmica demográfica, poucos municípios possuem taxas significativas de crescimento e de contribuição ao crescimento estadual. No contexto da AID, a maior parte dos municípios são dinâmicos ou médio dinâmicos. Demograficamente, destacam-se a unidade territorial Parauapebas (municípios de Parauapebas, Água Azul do Norte⁷ e Canaã dos Carajás) e os municípios de Marabá e Novo Repartimento, com comportamento diferenciado frente à realidade da AID apresentando maior dinamismo, sendo os que mais contribuem para o crescimento populacional da AID. Em suma, têm-se uma realidade de municípios com porte populacional pequeno e com pouco crescimento populacional visto que a maior contribuição ao crescimento do estado do Pará gira em torno de 3,5%.

Em termos de condições de vida, com base nos diversos indicadores sistematizados, seja a distribuição de renda monetária, seja a provisão de bens e serviços públicos (renda não monetária), as condições prevalecentes na AID não são favoráveis, coincidindo via de regra com a realidade demográfica da área. Ou seja, os municípios considerados dinâmicos são aqueles que possuem as melhores condições de vida no âmbito da AID. Por outro lado, em uma primeira análise, não se verificou uma relação direta entre baixo dinamismo e condições de vida insatisfatórias em termos da AID.

Assim é que, com uma economia que de um lado gera alguns centros dinâmicos com economias fortalecidas (Marabá e Parauapebas) de outro gera economias frágeis e pouco articuladas, com fraco desempenho econômico e com chances reduzidas de gerar empregos, refletindo-se no alto grau de informalidade, sendo a distribuição de renda per capita via de regra perversa. Desse modo, os benefícios do crescimento econômico são absorvidos lentamente e de forma desigual pela população residente na AID.

⁷ O município de Água Azul do Norte está inserido na AII, conforme mencionado na seção pertinente.

4.5.11. SÍNTESE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA AID

A Síntese Socioeconômica tem como objetivo analisar de forma integrada as três dimensões (econômica, demográfica e de condições de vidas) consideradas no Diagnóstico do Meio Socioeconômico.

De posse das tipologias parciais, já apresentadas no Diagnóstico, buscou-se formular casos-tipo mais freqüentes de comportamentos socioeconômicos municipais, sistematizando o universo de situações encontradas na AID.

Apresenta-se abaixo, uma tabela que sistematiza os resultados das tipologias geradas para as dimensões: econômica, demográfica e de condições de vida.



Tabela 4.49 - Síntese das tipologias Econômica, Demográficas e Sociais

Tipologia Econômica	Municípios	Tipologia Demográfica	Municípios	Tipologia Social	Municípios	Tipologia Institucional	Municípios
Grupo 1 Economia fortalecida pelos segmentos ligados à mineração e pecuária	Marabá	Grupo 1 Dinâmicos e urbanizados	Parauapebas Marabá	Grupo 1 - Melhores Condições Sociais	Parauapebas Marabá Sapucaia Xinguara	Grupo 1 Alta capacidade de investimento	Parauapebas
Grupo 2 Economia fortalecida pelos segmentos ligados à mineração	Parauapebas	Grupo 2 Dinâmicos e pouco urbanizados	Novo Repartimento Canaã dos Carajás	Grupo 2 - Cenário Mediano	Curionópolis Brejo Grande do Araguaia São Geraldo do Araguaia Eldorado dos Carajás São Domingos do Araguaia	Grupo 2 Média capacidade de investimento	Brejo Grande do Araguaia São João do Araguaia Sapucaia Palestina do Pará
Grupo 3 - Economia mediana consolidada na cadeia da pecuária	São Félix do Xingu Novo Repartimento	Grupo 3 Médio dinâmicos e urbanizados	Curionópolis São Domingos do Araguaia Eldorado dos Carajás	Grupo 3 Cenário mediano com educação ou saúde a resolver	Canaã dos Carajás São Félix do Xingu Piçarra Palestina do Pará	Grupo 3 Baixa capacidade de investimento	São Félix do Xingu São Domingos do Araguaia Marabá Itupiranga Eldorado dos Carajás
Grupo 4 Economia Mediana diversificada entre a pecuária e a mineração	Canaã dos Carajás	Grupo 4 Médio dinâmicos e pouco urbanizados	São Félix do Xingu São João do Araguaia Itupiranga	Grupo 4 Incipientes (renda e educação a resolver)	Novo Repartimento Itupiranga São João do Araguaia	Grupo 4 Baixíssima capacidade de investimento	Piçarra Xinguara
Grupo 5 Economia Mediana voltada à Expansão da Pecuária	Itupiranga Piçarra	Grupo 5 Pouco dinâmicos e urbanizados	Brejo Grande do Araguaia São Geraldo do Araguaia Sapucaia Palestina do Pará			Sem informação	Canaã dos Carajás Curionópolis Novo Repartimento São Geraldo do Araguaia



Tipologia Econômica	Municípios	Tipologia Demográfica	Municípios	Tipologia Social	Municípios	Tipologia Institucional	Municípios
Grupo 6 Economia mediana em desaceleração, porém com expansão da pecuária	Xinguara	Grupo 6 Pouco dinâmicos e pouco urbanizados	Piçarra Xinguara				
Grupo 7 Economias frágeis em desaceleração ou estabilizadas, mas ainda orientadas para a pecuária	Brejo Grande do Araguaia São Geraldo do Araguaia São Domingos do Araguaia Sapucaia Curionópolis Eldorado dos Carajás						
Grupo 8 Centros com economias incipientes	Palestina do Pará São João do Araguaia						

Para a construção das tipologias-síntese, foi necessário estabelecer dois critérios de agrupamento. O primeiro critério corresponde ao de recorrência. Analisou-se a posição de cada município nos grupos especificados para os três temas (economia, demografia e condições sociais), criando uma seqüência numérica de três algarismos xyz, onde: x corresponde ao número do grupo econômico em que dado município se enquadra; y ao número do grupo demográfico e z ao número do grupo de condições de vida. Comparando as 16 seqüências numéricas obtidas, os municípios foram agrupados primeiramente segundo coincidências. Essa coincidência ocorreu apenas com os municípios de São Domingos do Araguaia e Eldorado dos Carajás, que obtiveram a mesma seqüência 732.

Dada a diversidade das situações específicas de cada município, esse primeiro critério mostrou-se insuficiente para produzir sozinho as tipologias-síntese. Seria necessário um segundo critério que permitisse agrupar situações que, se não idênticas, ao menos semelhantes e mutuamente compatíveis.

Esse segundo critério corresponde a um “quadro de compatibilidades” de cada um dos temas: dos diferentes grupos em que foram separados os municípios para cada tema, conforme exposto no quadro acima, considerou-se a possibilidade de considerar grupos mutuamente compatíveis, reduzindo desta forma o universo de combinações possíveis. Assim, por exemplo, foram considerados compatíveis os grupos econômicos 1 e 2, ambos com economia fortalecida no contexto da AID. Como resultado, formou-se o seguinte “quadro de compatibilidades”:

Tabela 4.50 - Quadro de compatibilidades

Tema	Grupos Compatíveis
Economia	1 e 2; 3, 5 e 6; 4; 7 e 8
Demografia	1 e 3; 2 e 4; 5 e 6
Condições sociais	1; 2 e 3; 4

O terceiro passo para composição da tipologia consistiu em relacionar possíveis interações entre economia e condições sociais, numa espécie de balanço do desempenho socioeconômico: em que medida a performance econômica de um dado município reflete-se em boas condições de vida da população. Ao tema demografia coube principalmente o papel de critério verificador, através do qual os agrupamentos eram aproximados ou separados, e no qual se conferia a consistência das tipologias definidas.

Desta forma, obteve-se um quadro tipológico dos municípios que, ao mesmo tempo em que possibilita certo grau de generalização, não ignora a diversidade socioeconômica e demográfica dos municípios integrantes da AID. A solução foi estabelecer, juntamente com os tipos ou Arquétipos (mais genéricos), um certo número de subtipos ou Casos Típicos (mais específicos), como foram denominados.

Apresentam-se, na seqüência, as descrições dos algoritmos para a formulação das tipologias do Comportamento Socioeconômico Municipal, no âmbito da AID, bem como os municípios integrantes de cada grupo.



Arquétipo 1: Melhor Socioeconomia	
Municípios que aliam crescimento econômico e populacional e melhores condições sociais no contexto da AID	
Casos Típicos	Municípios integrantes
Economia fortalecida pelos segmentos ligados à mineração e à pecuária, populacionalmente dinâmico, urbanizado e com as melhores condições sociais	Marabá
Economia fortalecida pelos segmentos ligados à mineração, populacionalmente dinâmico, urbanizado e com as melhores condições sociais	Parauapebas

Arquétipo 2: Boa Economia com Social Mediano	
Municípios de desempenho econômico e crescimento demográfico mediano, com condições sociais razoáveis	
Casos Típicos	Municípios integrantes
Economia mediana consolidada na cadeia da pecuária, dinâmica populacional mediana e pouco urbanizado, com indicadores sociais medianos, com educação a resolver	São Félix do Xingu
Economia mediana diversificada entre a pecuária e a mineração, dinâmica em termos populacionais e pouco urbanizado, com indicadores sociais medianos, com saúde a resolver	Canaã dos Carajás

Arquétipo 3: Economia Mediana com Social Mediano	
Municípios nos quais a economia mediana reverte-se em condições sociais razoáveis	
Casos Típicos	Municípios integrantes
Economia mediana em desaceleração, porém com expansão da pecuária, pouco dinâmico e pouco urbanizado, apresentando as melhores condições sociais	Xinguara
Economia mediana voltada à expansão da pecuária, pouco dinâmico e pouco urbanizado, apresentando condições sociais medianas (educação a resolver)	Piçarra

Arquétipo 4: Economia Mediana com Carência Social	
Municípios nos quais, apesar do desempenho econômico mediano, não se consegue propiciar boas condições de vida à população	
Casos Típicos	Municípios integrantes
Economia mediana consolidada na cadeia da pecuária, dinâmico em termos populacionais e pouco urbanizado, com condições sociais incipientes	Novo Repartimento
Economia mediana voltada à expansão da pecuária, médio dinâmico em termos populacionais e pouco urbanizado, com condições sociais incipientes	Itupiranga



Arquétipo 5: Economia a Desejar e Social Mediano	
Municípios economicamente frágeis, apresentando condições sociais medianas	
Casos Típicos	Municípios integrantes
Municípios com economias frágeis em desaceleração ou desestabilizadas, mas ainda orientadas para a pecuária, médio dinâmicos populacionalmente e urbanizados, apresentando cenário mediano com relação aos indicadores sociais	São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Curionópolis
Municípios com economias frágeis, em desaceleração ou estabilizadas, mas ainda orientadas para a pecuária, pouco dinâmico populacionalmente e urbanizados, apresentando no mínimo cenário mediano em relação aos indicadores sociais	Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Brejo Grande do Araguaia
Município com economia incipiente, pouco dinâmico populacionalmente e urbanizado, apresentando cenário mediano em relação aos indicadores sociais, com educação a resolver	Palestina do Pará

Arquétipo 6: Sobrevivência Econômica com Carência Social	
Município em que a fragilidade econômica reflete-se em condições precárias de vida	
Caso Típico	Município integrante
Município com economia incipiente, com médio dinamismo populacional e pouco urbanizado, com condições de vida incipientes (renda e educação a resolver)	São João do Araguaia

Dadas as características dos Arquétipos apresentados, e sua distribuição territorial, é possível observar algumas “regularidades” espaciais no conjunto dos municípios, conforme mapa a seguir.



Mapa 4.21 - Síntese Socioeconômica dos Municípios da AID

Em primeiro lugar, é claro que a porção centro-oeste da AID apresenta as melhores condições socioeconômicas: na porção central, localizam-se os municípios de Marabá e Parauapebas, que apresentam as melhores condições socioeconômicas da AID, e Canaã dos Carajás, com condições econômicas e sociais razoáveis; na porção oeste, localiza-se o município de São Félix do Xingu, apresentando as mesmas condições de Canaã dos Carajás.

Cabe destacar que, em dois destes municípios, Parauapebas e Canaã dos Carajás, a presença da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD é a grande motivadora dos bons desempenhos econômicos e sociais dos municípios que, na verdade, apresentam uma relação de grande dependência com relação à companhia.

Na porção mais ao sul da AID, verificam-se os municípios de Xinguara e Piçarra, com desempenho econômico mediano com destaque para a expansão das atividades pecuárias, e condições sociais razoáveis. Exceção se faz ao município de Sapucaia, também localizado nesse quadrante, mas onde se verifica condições econômicas e sociais desfavoráveis, mais similares às verificadas na porção leste da AID.

Na porção norte da AID, localizam-se os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga, ainda com desempenho econômico mediano, concentrados na cadeia da pecuária, mas onde as condições de vida da população já não são influenciadas por tal desempenho, verificando-se claramente carências sociais. Essas carências são também verificadas em toda a porção leste da AID, onde os municípios apresentam economias municipais já bastante fragilizadas ou de sobrevivência, baseadas em geral nas atividades agropecuárias, refletidas em condições sociais mais deficientes.

4.5.12. O DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS – CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO CAMPO, TRABALHO ESCRAVO E GRILAGEM

Os registros da Comissão Pastoral da Terra – CPT ⁸denunciam que mais de setecentos trabalhadores rurais e líderes defensores dos direitos humanos foram assassinados nos últimos trinta anos no Para, principalmente no sul e sudeste do Estado.

A problemática que envolve os conflitos e a violência no Estado do Pará está diretamente relacionada à concentração de terras, em boa parte associada à prática da grilagem (os aspectos legais da regularização fundiária e mecanismos de grilagem de terras serão detalhados no item 4.5.), num Estado com mais de 30 milhões de hectares de terra em situação irregular e/ou ilegal, onde se observa há muitas décadas práticas criminosas de extração dos recursos naturais e expulsão de populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, etc. Esse quadro se agrava ainda mais, quando a ele se associam a prática de trabalho escravo, encontrado em vários segmentos produtivos da economia.

Com o intuito de quantificar, qualificar e contextualizar esse retrato, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou, no dia 18/07/2006, a edição 2005 do caderno Conflitos no Campo, documento divulgado anualmente que compila dados relativos à violência no meio rural. “O relatório provavelmente consegue captar apenas 20% a 25% do total real dos conflitos”, estima Antônio Canuto, um dos organizadores da obra. Muitos casos de violência ocorridos nos grotões do País, reitera, não chegam sequer ao conhecimento das pastorais. “É um pequeno espelho da realidade”.

Em 2005, houve 38 assassinatos diretamente relacionados a conflitos agrários, um caso a menos que em 2004. Em compensação, a lista de mortes indiretas, em consequência de

⁸ SAUER, Sergio. Violação dos Direitos Humanos: conflito e violência na fronteira paraense – Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

problemas de desamparo enfrentados pelos excluídos do campo, aumentou mais de 100% (de 31 mortes, em 2004, para 64, em 2005). .

Outro fato marcante, o assassinato da irmã Dorothy Stang, em 2005, tampouco pode ser considerado uma exceção. Só no Estado do Pará, de 2000 a 2005, foram registrados 97 assassinatos pela CPT. Estendida a toda Amazônia Legal e compreendida ao longo do mesmo período de tempo, a soma sobe para 154 nomes.

Em Anapu, no Pará, localidade em que a Irmã Dorothy foi executada, por exemplo, 87% da superfície total de 1,1 milhão de hectares, de acordo com dados oficiais, se encaixam na categoria de terra devoluta.

Neste mesmo documento as considerações são de que nas regiões mais isoladas e de difícil acesso, o poder público funciona timidamente e que os grileiros, associados a madeireiros e pecuaristas se constituem como forças políticas locais, num ambiente propício para o desmando e a impunidade em nome da manutenção do poder e da acumulação econômica, que estão diretamente relacionados com a questão da violência.

“O governo não quer enfrentar aqueles que se dizem donos das terras”, analisa, em caráter pessoal, Dom Tomás Balduino, representante e ex-presidente da CPT. “Nossa crítica é de que a intervenção do Estado no campo é muito lenta e insatisfatória”. Ele mesmo pondera, no entanto, com relação ao desempenho do governo Lula. “A atuação não foi ‘zero’. Podemos notar um visível esforço e uma coisa louvável: o fim da perseguição aos movimentos sociais”. O número de conflitos em 2005 aumentou 4,4% (1.881) em comparação com 2004 (1.801). Aparentemente negativo, este aumento, nas explicações dadas por Canuto, esconde fatores positivos como a maior liberdade de mobilização, a ampliação do acesso a informações, em geral, e até uma abordagem mais ampla da própria CPT, que ampliou o seu “olhar” para questões deixadas de lado no passado como o conflito por água.

Em 24/07/2006 a Comissão Pastoral da Terra do Alto Xingu, localizada em Tucumã (PA), enviou carta ao Ministério Público Federal, à Ordem dos Advogados do Brasil e à Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal (SEDH), cobrando uma atitude das autoridades contra a situação de violência em São Félix do Xingu, no Sul do estado. Neste ano, segundo a CPT, aconteceram no município três atentados a pessoas que requeriam seus direitos trabalhistas e seus familiares. Nesses episódios, duas pessoas morreram, entre elas uma criança de 11 anos, e outra ficou gravemente ferida.

Dados de 2002 do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais apontam que o município era o que apresentava a maior extensão de área desmatada. Enquanto isso, relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que, entre 2002 e 2004, São Félix do Xingu foi o município com o maior número de ações de libertação de escravos.

A Comissão Interministerial de Combate a Violência no Campo – CNVC

Destaque-se que no último dia 21/07/2006 o Diário Oficial da União publicou a portaria interministerial que institui a Comissão Interministerial de Combate a Violência no Campo – CNVC. O público alvo de suas ações serão os proprietários e trabalhadores rurais, populações ribeirinhas, remanescentes de quilombos e atingidos por barragens.

A CNVC foi criada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o objetivo de prevenir, combater e reduzir a violência no meio rural.

A CNVC foi criada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o objetivo de prevenir, combater e reduzir a violência no meio rural.

A principal missão da Comissão, afirma o desembargador e Ouvidor Agrário Nacional, José Gercino da Silva Filho, é colocar em prática o “Plano Nacional de Combate a Violência no

Campo”, salientando como fundamentais as presenças de representantes do INCRA, FUNAI, Polícia Federal, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério do Meio Ambiente. Afinal são essas instituições que têm competência legal para resolver os problemas que normalmente geram conflitos agrários.

4.5.12.1. Mecanismos do trabalho forçado/escravo no Brasil

Na última década, o Brasil tem dispensado muita atenção a denúncias de trabalho forçado/escravo. Em muitos casos, a prática pode ser atribuída ao abuso de sistemas de recrutamento de mão de obra num país em que se recorre de uma maneira generalizada, a um tipo de intermediário (também chamado de “gato”). Desde os anos 80, tanto os sindicatos brasileiros como os internacionais vêm alegando, em várias ocasiões, que milhares de trabalhadores, inclusive crianças e adolescentes, estão submetidos a trabalhos forçados em diversos setores da economia.

De acordo com o Relatório da Conferência Internacional do Trabalho da OIT⁹, casos de trabalho forçado têm sido localizados na mineração, no trabalho sazonal de desmatamento, na produção de carvão vegetal, na pecuária e numa série de atividades agrícolas entre as quais, destacam-se: o corte da cana; a plantação de capim e a colheita de algodão e de café.

Em termos de trabalho sazonal, o trabalho forçado/escravo assume várias formas, explicitadas a seguir:

- Primeiro: Por meio de movimentos migratórios de um estado para outro dentro do Brasil, nos quais os trabalhadores são efetivamente traficados, pelos chamados “gatos”, responsáveis pela seleção e contratação dos mesmos. Resultante de uma estrutura socioeconômica desigual, os trabalhadores originários de regiões com graves bolsões de pobreza, afetadas pelo desemprego sazonal ou pela seca enxergam de uma maneira ilusória, uma oportunidade de emprego e renda. São transportados em caminhões ou ônibus para destinos a centenas ou milhares de quilômetros distantes de seus lares.
- Segundo: Atingem trabalhadores rurais não qualificados, denominados peões de trecho que, submetidos a um ciclo de servidão por dívida, perdem o contato com suas famílias e passam a viver em trânsito constante de uma situação de exploração de trabalho para outra. Diante dessa condição, os trabalhadores tornam-se dependentes de hospedarias, em que se alojam entre um trabalho e outro, e onde o consumo de álcool é muito comum. Essas hospedarias também podem servir como ponto de recrutamento, funcionando em conluio com os “gatos”; além disso, podem vender as dívidas dos trabalhadores aos “gatos”, que os levam para propriedades agrícolas.

Romper o ciclo do peão de trecho, citado acima, tem sido particularmente difícil. Muitos trabalhadores resgatados de situações de trabalho forçado não tiveram alternativa senão a de voltar às hospedarias e aceitar outras semelhantes ofertas dos gatos.

- Terceiro: Envolve famílias inteiras na produção de carvão. Essas famílias se instalam em regiões de derrubada de árvores, constroem fornos para queimar madeira e transformá-la em carvão vegetal, que, em seguida, é vendido a intermediários para a produção de ferro gusa e aço. Por se tratar de regiões remotas, em que as famílias dependem de intermediários para a alimentação e transporte, cria-se de novo as condições para a fraude e a servidão por dívida. A mobilidade dos trabalhadores do carvão dificulta principalmente serviços de inspeção para fiscalização de suas condições de trabalho.

⁹ Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT relativo a Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho – Conferência Internacional do Trabalho, 89ª Reunião 2001.

- Por último, envolve os povos indígenas que são particularmente vulneráveis às condições coercitivas de trabalho quando fora de suas próprias comunidades.

Em suma, verifica-se que o principal aspecto do trabalho forçado/ escravo nas áreas rurais brasileiras é a servidão por dívida, que consiste em impor limitações aos trabalhadores rurais, tais como:

- imposição de dívidas pelo transporte, alimentação e ferramentas de trabalho;
- retenção de documentos de identidade e carteiras de trabalho; e,
- ameaças físicas e a castigos por parte de guardas armados, inclusive o assassinato daqueles que tentam fugir.

4.5.13. AÇÕES DO GOVERNO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ALGUNS NÚMEROS SOBRE O BRASIL

Desde o início dos anos 90, o Governo do Brasil vem adotando uma série de medidas para combater o trabalho forçado em atividades agrícolas e florestais da Amazônia e de outras regiões distantes, tais como:

- Em 1992, foi criado o Programa para a Erradicação do Trabalho Forçado (PERFOR), em cujo âmbito foram firmados acordos de cooperação entre diferentes instituições.
- Em 1995 foi lançado um programa de ação mais sistemática com a criação do órgão interministerial Grupo Executivo de Combate ao Trabalho Forçado (GERTRAF).
- Outra iniciativa do Governo foi a criação de um Grupo Especial de Fiscalização Móvel em âmbito nacional - Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, para atender a denúncias de trabalho forçado. Esse grupo móvel foi criado após a constatação de pressões políticas e de segurança sobre equipes locais de inspeção regional, que as impediam de reagir adequadamente às denúncias.

Segundo informações advindas dessas equipes federais de fiscalização móvel, cerca de 80% das pessoas resgatadas de situações de trabalho forçado/ escravo, não possuem documentos oficiais (certidão de nascimento ou documentos de identidade), sendo que alguns não figuram nas estatísticas oficiais da população e/ou não são objeto de qualquer programa social do Governo e, geralmente, são analfabetos.

Apresenta-se na tabela subsequente, estatísticas oficiais sobre trabalhadores resgatados de situações de trabalho forçado/ escravo no Brasil, durante operações da inspeção federal do trabalho, no ano de 2005 e primeiro trimestre de 2006.

Tabela 4.51 - Resultados da Fiscalização realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização móvel

Trabalho escravo/forçado		Janeiro a março de 2006	Janeiro a dezembro de 2005
RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL SIT/DRT	Número de Operações	17	83
	Numero de fazendas fiscalizadas	32	187
	Trabalhadores libertados	511	4.273
	Pagamento de indenizações (em R\$)	1.215.096,27	7.554.809,51

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, maio de 2006. / SFIT/DEFIT/SIT/TEM

Sabe-se também que se ampliarmos a observação para o período de 1995 até 2006, esses números alcançam a magnitude de 18 mil pessoas que ganharam a liberdade em operações de inspeção do governo federal realizadas em aproximadamente 1500 propriedades rurais, em todo Brasil.

4.5.13.1. O Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e a Lista Suja

Neste contexto, em 2003, o governo federal lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, uma articulação entre várias instâncias dos Poderes Executivo e Judiciário e a sociedade civil organizada, empenhadas na tarefa de erradicação das várias formas contemporâneas de escravidão. Esse Plano apresenta um conjunto de ações que visam melhorias das estruturas administrativas do Grupo de Fiscalização dos Ministérios Público Federal e do Trabalho. O Plano prevê ainda a elaboração de ações específicas de promoção da cidadania, combate à impunidade e de conscientização, capacitação e sensibilização.

Dentre essas ações destaca-se o Cadastro de Empregadores Previsto na Portaria Nº 540, de 05 de dezembro de 2004, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, trata-se de um cadastro dos infratores, conhecido como "Lista Suja" (disponibilizada periodicamente em: <http://www.mte.gov.br.lista>), que tem como objetivo informar à sociedade os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que as instituições públicas e privadas e a sociedade civil adotem as medidas cabíveis em seus respectivos âmbitos de competência.

Segundo as regras do Ministério do Trabalho e Emprego, a inclusão do nome do infrator acontecerá após o final do processo administrativo criado pelos autos da fiscalização. A exclusão, por sua vez, depende de monitoramento do infrator pelo período de dois anos. Se durante esse período não houver reincidência do crime e forem pagas todas as multas resultantes da ação de fiscalização e quitados os débitos trabalhistas e previdenciários, o nome será retirado.

O Ministério da Integração Nacional impede os relacionados de obterem novos contratos com os Fundos Constitucionais de Financiamento (portaria nº 1150, de 18 de novembro de 2003 do MIN), administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Brasil. O Banco do Brasil impede os relacionados a obterem novos contratos de qualquer modalidade de crédito.

Na atualização realizada pelo MTE, em 18/05/2006, o Cadastro de Empregadores, totalizava 133 empregadores rurais flagrados que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão. Lembrando que, a exclusão de nomes de autuados em relação versões anteriores, ocorre em razão da permanência dos mesmos por dois anos no Cadastro sem ocorrência de reincidência na prática de exploração do trabalho escravo.

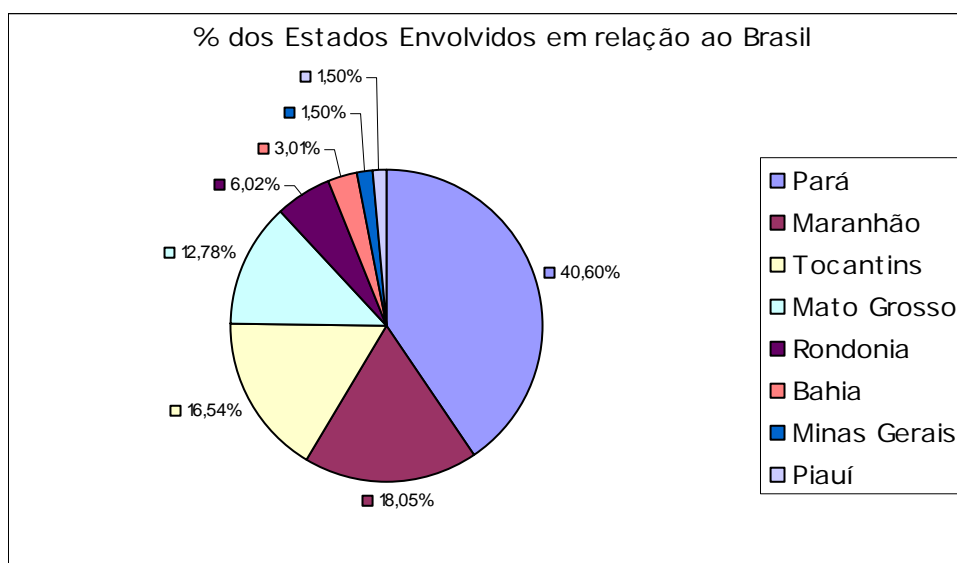
Na tabela a seguir destacamos os Estados onde foram identificadas ocorrências de trabalho escravo em propriedades rurais:

Tabela 4.52 - Estados com ocorrência de trabalho escravo em 2004.

Estados com incidência de Trabalho Forçado	Número fazendas	% dos Estados em relação ao Brasil
Pará	54	40,60%
Maranhão	24	18,05%
Tocantins	22	16,54%
Mato Grosso	17	12,78%
Rondonia	8	6,02%
Bahia	4	3,01%
Minas Gerais	2	1,50%
Piauí	2	1,50%
Brasil	133	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil- Cadastro de Empregadores Autuados de Acordo com a Portaria 540 de 15/10/2004 – Atualização Em 18/05/2006

Gráfico 4.26 - % dos Estados Envolvidos em Relação ao Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil- Cadastro de Empregadores Autuados de Acordo com a Portaria 540 De 15/10/2004 – Atualização Em 18/05/2006

4.5.14. O TRABALHO FORÇADO/ESCRAVO NO PARÁ: AÇÕES E ALGUNS NÚMEROS

Conforme já se observou, o Pará, lamentavelmente, desponta no cenário nacional associado a uma série de crimes cometidos contra as pessoas e o meio ambiente, em especial a casos de trabalho forçado e condições análogas à escravidão em propriedades rurais, especialmente vinculadas a carvoarias e a cadeia da pecuária. Segundo investigação apresentada em livro recente por Binka Le Breton¹⁰, ao lado da violência física e/ou psicológica, do isolamento, da humilhação, a utilização do artifício da dívida impagável, fabricada e vinculada aos trabalhadores que passa a ser cobrada indefinidamente como forma de coação, acaba por garantir a permanência do trabalhador no trabalho forçado.

Uma análise preliminar da Lista Suja aponta que, mesmo que não se tenha a identificação do setor de atividade de todos os cadastrados, é preocupante observar que a pecuária de corte abriga a maioria das ocorrências sobre trabalho escravo, com incidência em todos os municípios da AID do projeto.

Tabela 4.53 - Número de trabalhadores forçados e fazendas envolvidas por Municípios do Pará

Municípios do Pará	Número de Fazendas Envolvidas	Número de trabalhadores envolvidos
Marabá	8	236
São Felix do Xingu	5	235
Cumaru do Norte	4	568
Santa Maria das Barreiras	4	113
Água Azul do Norte	4	55
Novo Repartimento	3	50
Goianésia	3	47
Eldorado dos Carajás	2	89
Itupiranga	2	58
Curionópolis	2	27
Santana do Araguaia	1	171
Sapucaia	1	107
Redenção	1	74
Brejo Grande do Araguaia	1	58
Ulianópolis	1	42
Breu Branco	1	37
Xinguara	1	20
Afuá	1	19
Altamira	1	19
Rio Maria	1	18

¹⁰ Breton Le, Binka. Vidas Roubadas – a escravidão moderna na Amazônia brasileira, Edições Loyola, 2002.



Municípios do Pará	Número de Fazendas Envolvidas	Número de trabalhadores envolvidos
Bannach	1	16
Rondon do Pará	1	16
Ourilândia do Norte	1	14
Dom Eliseu	1	13
Canaã dos Carajás	1	10
Parauapebas	1	3
Paragominas	1	1
Total	54	2116

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil- Cadastro de Empregadores Atuados de Acordo com a Portaria 540 De 15/10/2004 – Atualização Em 18/05/2006

Merecem destaque os municípios de Marabá e São Felix do Xingu que lideram o número de fazendas multadas, ao mesmo tempo que apresentam o maior crescimento do rebanho bovino do Estado.

No caso de São Felix do Xingu, conforme tipologia indicada anteriormente, o município vem se consolidando como uma “economia mediana”, mas que apresenta um alto grau de informalidade em termos de emprego (no contexto da AID), participação significativa no crescimento do PIB regional (8,5%), no período de 1999 a 2003, e especialização produtiva em torno cadeia da pecuária.

Nesse contexto, se corroboram afirmações como as do Frei Xavier Plassat, Coordenador da Campanha Nacional da Comissão Pastoral da Terra:

“O setor agropecuário e madeireiro é quem mais se utiliza da prática do trabalho escravo como sistema de trabalho hoje considerado por muitos até como normal, considerando as condições específicas da região, e o dinamismo próprio da classe empresarial. Mais de 80% dos trabalhadores resgatados da escravidão trabalham no desmatamento preparatório a abertura de fazendas e implantação de pastos, na pecuária (limpeza de pasto, construção de cercas, roço de juquirá), ou na agricultura (catação de raiz, colheita). Ali assumem as tarefas braçais mais pesadas, na qualidade de trabalhadores temporários, no regime da empreita, sem direito a nenhum dos direitos concedidos pela CLT aos trabalhadores permanentes daquelas fazendas”.

A tabela seguinte reitera a pecuária de corte participando com aproximadamente 50% e 52% dos casos de trabalho escravo, no Brasil e Pará, respectivamente:

Tabela 4.54 - Ocorrência de trabalho escravo por setor de atividade

Ocorrência de trabalho escravo por setor de atividade				
Setor de Atividade	Brasil		Pará	
	Número de Fazendas	% por setor de atividade	Número de Fazendas	% por setor de atividade
Sem informação	49	37%	25	46,30%
Pecuária de corte	66	49,62%	28	51,85%
Algodão	4	3,01%	-	-
Soja	4	3,01%	-	-
Café	3	2,26%	-	-
Pecuária (associada a pimenta, seringal, teka, arroz, etc)	3	2,26%	1	2%
Outros (carvão vegetal, álcool, soja, milho, algodão)	4	3,01%	-	-
Total	133	100,00%	54	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil - Cadastro de Empregadores Autuados de Acordo com a Portaria 540 de 15/10/2004 – Atualização Em 18/05/2006

É importante salientar que, apesar dos números do trabalho escravo apresentados e da sua ocorrência ser especialmente relacionada à atividade pecuária e ao Estado do Pará, a competitividade da atividade na região independe da ocorrência desse tipo de mão de obra. Segundo dados da ADEPARÁ, nas áreas 1 e 2 de controle de febre aftosa existem 77.400 propriedades pecuárias e, portanto, as fazendas envolvidas com trabalho escravo no Estado (54) correspondem a 0,07% desse total, fato que reflete que a rentabilidade da pecuária deve-se a outras vantagens competitivas da região.

A lista suja não nos permite caracterizar o perfil desses trabalhadores, mas existem estudos, que vem buscando esse detalhamento. Segundo dados preliminares de uma pesquisa realizada pela OIT-Brasil, a procedência dos trabalhadores resgatados da escravidão no Pará é do próprio estado do Pará em 35% dos casos, do Maranhão em 22%, do Piauí em 14%, do Tocantins em 13%.

Um contingente importante desses trabalhadores (14%) já é "do trecho", tendo perdido qualquer vinculação com seu local de origem e sua família. Olhando para a origem desses trabalhadores, verifica-se que 8% somente são do Pará enquanto 39% são do Maranhão, 22% do Piauí e 16% do Tocantins. Entre os municípios de maior aliciamento de trabalhadores para esse tipo de empreita, predominam no Pará os de Redenção, Santana, Xinguara, Curionópolis, Conceição, Marabá e Rio Maria.

O fato é que parece existir entre esses estados e esses municípios, articulações a partir das empreitas encomendadas pelos fazendeiros, uma rede complexa de intermediários onde predominam: o empreiteiro conhecido como gato, e sua rede, o dono da hospedaria, o transportador clandestino, o fiscal da barreira interestadual, o policial de plantão.

Corroborando essas informações, nos últimos anos, a imprensa tem noticiado o que tem sido vivenciado por esses milhares de trabalhadores rurais. Os membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA¹¹ com base em visita realizada ao Pará, constataram que:

A mesma situação de pobreza e de falta de oportunidades provocadas pela má distribuição de oportunidades de acesso a terra e serviços, leva à exploração, em condições de servidão, dos trabalhadores rurais. A Comissão comprovou a existência no Pará de grupos que se aproveitam dessas condições para conduzir trabalhadores desse e de outros Estados a situações de semi-escavidão, estabelecendo, ainda, um clima de insegurança e ilegalidade através de agressões físicas tanto contra os trabalhadores como contra seus defensores.

4.5.14.1. As ações que vem sendo implementadas para o combate do trabalho escravo no Pará

O Pará é um dos principais alvos do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, não só por concentrar um grande número de fazendas que utilizam mão de obra escrava, mas também porque diversos de seus municípios são palco de aliciamento de trabalhadores que se tornam escravos.

Algumas ações específicas do Plano são particularmente endereçadas ao Pará:

- disponibilização permanente no Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho de 6 equipes para o Pará;
- criação de Procuradorias da República nos municípios de São Félix do Xingu, Xinguara, Conceição do Araguaia e Redenção;
- instalação de Defensorias Públicas da União e Estados em municípios do Pará;
- instalação de Varas da Justiça do Trabalho nos municípios de São Félix do Xingu, Xinguara e Redenção;
- implementação de atuação itinerante da Delegacia Regional do Trabalho no sul do Pará;
- disponibilização permanente para a execução das atividades de Polícia Judiciária pela Polícia Federal, no combate ao trabalho escravo, 60 agentes e 12 delegados no Estado;
- criação de Delegacias da Polícia Federal nos municípios de São Félix do Xingu, Tucuruí e Redenção com trabalho específico para a erradicação da escavidão.

Por sua vez, a CPT, em seu relatório "Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: Conflito e Violência na Fronteira Paraense"¹² considera que têm sido pouco eficazes as iniciativas oficiais de repressão ao trabalho escravo, em função da taxa de reincidência constatada no período 1995-2002: "A Fazenda Brasil Verde (Xinguara) foi denunciada em 1996 (78 trabalhadores escravos) e, no ano seguinte, foi constatada a reincidência (49 trabalhadores escravos). A Fazenda Santa Lúcia (Curionópolis) denunciada em 1996 (133 trabalhadores escravos) foi novamente denunciada em 2002 (25 trabalhadores escravos). Dentre as 117 fazendas denunciadas em 2002, 27 eram reincidentes na prática de trabalho escravo.

Incluindo o ano de 2002, a Fazenda Forkilha, localizada em Santa Maria das Barreiras, pertencente a Jairo Andrade, foi denunciada por reincidência no uso de trabalho escravo em

¹¹ Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil. Washington: Organização dos Estados Americanos, 1997, p. 133.

¹² SAUER, Sergio. Goiânia: CPT; RJ: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

dez anos diferentes. A Fazenda Rio Vermelho, localizada em Sapucaia e pertencente ao Grupo Quagliato, foi denunciada em nove diferentes anos por reincidência”.

Afirma ainda que desde o lançamento do Plano, em 2003, poucas ações voltadas para o Estado do Pará foram concretizadas, o que sinaliza a necessidade de se reforçar ações concretas. As Procuradorias da República nos municípios de São Félix do Xingu, Xinguara, Conceição do Araguaia e Redenção ainda não foram criadas (o Pará conta com apenas duas Procuradorias Federais no interior do Estado — Marabá e Santarém — além da Procuradoria localizada na capital).

Quanto à Defensoria Pública da União, o Pará conta apenas com um Defensor Público Federal que atende a todo o Estado, sediado na capital.

A implantação de Varas do Trabalho nos municípios de São Félix do Xingu, Xinguara e Redenção não foi plenamente efetuada. Em 2 de julho de 2004, foi criada a Vara do Trabalho de Redenção que tem jurisdição sobre vários municípios. Essa Vara conta somente com um cargo de juiz titular, que está vago, e as atividades são desenvolvidas por juízes substitutos, que permanecem pouco tempo no município.

A disponibilização permanente de 60 agentes e 12 delegados federais para ações de combate ao trabalho escravo também não foi concretizada. A Superintendência Regional de Belém possui atualmente 12 delegados federais e as demais delegacias possuem um delegado-chefe e um ou dois delegados federais. Não há delegados ou agentes especificamente voltados para atividades ligadas à erradicação do trabalho escravo.

4.5.15. OUTRAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E A AVALIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Plano também prevê, como metas de curto prazo, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 438/2001, que dispõe sobre a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo e o Projeto de Lei nº 2022/1996 que dispõe sobre as vedações à formalização de contratos com órgãos e entidades da administração pública e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.

A PEC nº 438/2001 é considerada pelos movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos como um grande avanço na luta pela erradicação do trabalho escravo, mas vem passando por grandes entraves para sua aprovação. A proposta foi apresentada pelo senador Ademir Andrade em 1º de novembro de 2001 e, após quase quatro anos de trâmite no Congresso Nacional, ainda está aguardando votação em segundo turno no plenário da Câmara.

O acompanhamento destes trâmites pelos movimentos sociais relata que:

Em maio de 2005, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, comprometeu-se a colocar a PEC nº 438/2001 entre as prioridades de votação para o segundo semestre do ano, quando ocorreria a desobstrução da pauta.

No entanto, essa PEC está fora da pauta de votação desde 14 de dezembro de 2004, e não foi colocada como prioridade da gestão do novo presidente da Câmara. O Projeto de Lei nº 2.022/ 1996, apresentado em 11 de junho de 1996, também se encontra parado desde 11 de novembro de 2004 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sem nomeação de relator para sua análise.

A busca pela aprovação da PEC n.º 438/2001 e do PL n.º 2022/1996 é ação de responsabilidade, segundo o Plano, da Presidência da República, do Congresso Nacional, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Por outro lado, cabe destacar que o tema trabalho escravo continua cercado de controvérsias, não somente no que se refere a sua mensuração, mas também no empenho e resultados que os governos vêm tendo no seu combate.

O Coordenador nacional do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do MTE, Marcelo Campos, afirma que muitas vezes as informações prestadas pelo Ministério são utilizadas para afirmações imprecisas e sem fundamento, ele disse que “ Em nenhum momento disse que existem 25, 30 ou 50 mil escravos em qualquer lugar que seja. Os números que veiculados na imprensa sobre o número de escravos são da CPT – Comissão Pastoral da Terra. Se soubéssemos o número, saberíamos onde estão e então seria fácil acabar com a escravidão”.

Adicionalmente ele afirma que esperam bater os recordes de fiscalização em relação ao realizado em 2005. E que em 2003, 2004 e 2005 têm superado os resultados dos anos anteriores. *Mas reforça que isso não significa que está aumentando o número de escravos, representa que está se fortalecendo a presença do Estado nos locais onde se pratica este crime.* Por exemplo, o número de ações fiscais anuais no período de 2001, 2002, girava em torno de 26 operações. No ano de 2003 foram 60, 2004, 70 e 2005 mais de 80.

Marcelo Campos prossegue dizendo que “com o aumento do número de operações espera-se que atinjamos um maior número de trabalhadores. Isto não significa crescimento da escravidão. Ao nosso ver, significa maior presença e eficácia do Estado. E isto, se mantido, levará a diminuição dos casos no futuro”. Também é categórico quanto a notícias que são veiculadas com afirmações sobre a circulação/exportação de carne: “Nunca disse que existe estudo do governo que aponta relação entre carne vendida nos EUA e Europa e sim que a OIT – Organização Internacional do Trabalho, com base nos relatórios de fiscalização produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, construiu um estudo da cadeia produtiva que identifica trabalho escravo na base de cadeias de produção de vários produtos: carvão, algodão, soja, carne, etc. Este estudo da OIT tem servido para que instituições privadas façam ‘controle social’ das suas respectivas cadeias produtivas”.

4.5.16. INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

4.5.16.1. Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

Em maio de 2005, o Instituto Ethos articulou em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil, o Pacto pelo combate ao trabalho escravo no Brasil e, vem realizando reuniões com representantes de grandes empresas, líderes em diversos setores, bem como de suas organizações associativas, no sentido de que os mesmos assinem o referido pacto e incrementem esforços com o objetivo de dinamizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas dos setores comprometidos no “Cadastro de empregadores portaria 540” – a Lista Suja.

Atualmente são cerca de 80 grandes empresas privadas e 32 instituições, distribuídas em 14 entidades representativas e 18 organizações da sociedade civil signatárias do Pacto.

4.5.16.2. Cartilha para Alfabetizadores contra o Trabalho Escravo

O Ministério da Educação iniciou a distribuição das 40 mil cartilhas que serão enviadas a alfabetizadores que atuam no Programa Brasil Alfabetizado para prevenir a ocorrência de trabalho escravo nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Vale do Jequitinhonha.

Fruto de uma parceria inédita entre o Ministério e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as cartilhas fazem parte do projeto “Escravo, nem pensar”, desenvolvido pela ONG Repórter Brasil.

“Este programa tem como objetivo fundamental transformar os alfabetizadores em atores importantes para a prevenção do trabalho escravo no Brasil”, disse o jornalista e cientista político Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil.



4.5.17. LEGITIMAÇÃO DE POSSE E DE PROPRIEDADE EM ÁREA RURAL

A posse e a propriedade em área rural são reguladas pela Constituição Federal, Código Civil e legislação federal específica quanto às normas de direito agrário.

De acordo com o que dispõe o Código Civil, a posse diferencia-se da propriedade por não conter todos os atributos inerentes a esta. Em outras palavras, a propriedade possibilita o uso irrestrito e a livre disposição do bem, já a posse não permite que o possuidor dê livre destinação à coisa possuída, não sendo possível, por exemplo, alienar o bem possuído porque lhe falta o atributo referente ao domínio da terra.

A propriedade pode ser restringida em decorrência de uso nocivo ou em desrespeito ao meio ambiente, bem como nos casos de perigo público ou iminente. Por outro lado, a propriedade pode ser transmitida em função de: (i) desapropriação por utilidade pública ou interesse social; (ii) usucapião; (iii) renúncia; (iv) abandono; (v) perecimento; (vi) alienação; (vii) sucessão ou herança.

Há possibilidades em que o domínio da propriedade passa de privado a público, como na desapropriação e no abandono. O imóvel abandonado, decorridos 3 anos da constatação do abandono, pode ser arrecadado pelo Estado e passar à propriedade da União. E há casos em que a destinação pode ser inversa, como ocorre na usucapião e em alguns casos de alienação.

Em linhas gerais, a legitimação da posse e ou da propriedade de imóvel rural está associada à produtividade, o que envolve o adequado aproveitamento e exploração dos recursos por meio de relações de trabalho legalmente constituídas, de modo a reverter benefícios a todos os envolvidos no processo de produção. A Constituição Federal (CF) qualifica o direito de propriedade como garantia fundamental do indivíduo, ao lado do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança, nos termos do artigo 5º, depreendendo-se da leitura conjunta dos incisos XXII e XXIII que o direito de propriedade será constitucionalmente garantido desde que esta atenda à sua função social.

Nos termos do artigo 186 da Constituição da República, a propriedade cumpre sua função social quando atende simultaneamente aos seguintes requisitos, conforme critérios e graus de exigência a serem estabelecidos em lei: (i) aproveitamento racional e adequado; (ii) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; (iii)

observância das disposições que regulam as relações de trabalho; (iv) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

4.5.17.1. Desapropriação para reforma agrária

O Estatuto da Terra, lei 4.504/64, considera reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

A propriedade que não cumpre função social é passível de desapropriação para que se promova reforma agrária (artigo 184, CF), excluídas dessa regra a pequena propriedade que constitua o único bem de seu detentor e a propriedade produtiva (artigo 185, CF).

Nesse sentido, além da propriedade produtiva, a Constituição confere proteção especial ao uso destinado a moradia e à pequena propriedade cuja produtividade se sustente em bases familiares. O inciso XXVI do artigo 5º proíbe a penhora de pequena propriedade rural de produção familiar em caso de dívidas relacionadas aos custos da produção.

Sob o mesmo raciocínio, a lei federal 8.629/93, que trata dos procedimentos para reforma agrária, veda a desapropriação da pequena ou da média propriedade rural (que variam de 1 a 4 e de 4 a 15 módulos fiscais respectivamente) desde que caracterize o único imóvel do detentor.

Para os efeitos dessa lei, propriedade rural é o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja sua localização, destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial. Propriedade produtiva é aquela que explorada econômica e racionalmente atinge graus de utilização de terra igual ou superior a 80% (relação percentual entre área utilizada e área total aproveitável) e de eficiência na exploração igual ou superior a 100% (conforme a sistemática definida na lei).

De acordo com o que preceitua o Estatuto da Terra, lei 4.504/64, as terras públicas destinam-se preferencialmente à segurança nacional, aos serviços ou obras de interesse público, à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. As terras devolutas que não cumprem essas funções e as que forem arrecadadas ao patrimônio público em razão de abandono, entre outras causas, devem ser transferidas para o INCRA e destinarem-se à reforma agrária, exceto quando se tratar de reserva indígena, parques ou atividades de pesquisa, preservação ecológica, segurança, treinamento militar, educação, readequação social e defesa nacional. Outros usos são admitidos apenas em caráter transitório, considerando-se fundamentalmente a erradicação de latifúndios e minifúndios, bem como a promoção de procedimentos discriminatórios.

Quanto às terras particulares, o mesmo diploma legal prevê que devem atender a sua função social e ao bem estar coletivo, devendo-se extinguir gradativamente as que não se enquadrem nesse perfil. A reforma agrária em terras privadas deve ser considerada quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.

A destinação de terras aos beneficiários de reforma agrária é formalizada por títulos de domínio ou de concessão de uso que são inegociáveis pelo prazo de 10 anos (art. 189, CF). A lei proíbe a aquisição de terras por aquele que exerça função pública ou já tenha sido contemplado em outros planos de reforma agrária.

4.5.17.2. Usucapião

Além da desapropriação para fins de reforma agrária, outro instrumento jurídico hábil a legitimar a posse e a propriedade que privilegia, com base no tempo de ocupação, o uso

com finalidade de produção de base familiar e ou moradia é o usucapião, declarado por sentença judicial disciplinado pela Constituição Federal e pelo Código Civil.

O Código Civil assegura o direito de adquirir a propriedade por usucapião a quem possuir imóvel como seu durante 15 anos ininterruptos. Se o possuidor tiver fixado moradia ou realizado obras ou serviços de caráter produtivo, o prazo de ocupação diminui para 10 anos. Nesses casos, os prazos podem constituir a soma de ocupação da terra por antecessores e sucessores.

A Constituição Federal e o Código Civil prevêm o direito de aquisição de propriedade por usucapião do imóvel rural de até 50 hectares, excluídas as áreas públicas, por quem tenha tornado a área ocupada produtiva através de seu trabalho ou da família, por 5 anos, fixando moradia no local, desde que não seja proprietário de nenhum outro imóvel urbano ou rural. Neste caso, a ocupação deve ser direta, ininterrupta e pessoal, diferente da hipótese acima.

Em ambas situações, não se admite usucapião sobre terras devolutas ou qualquer outra espécie de bem público.

A lei 6.969/81, anterior a Constituição Federal em vigor, previu o usucapião especial para áreas rurais de até 25 hectares, tornadas produtivas e moradia, no prazo ininterrupto de 5 anos, abrangendo terras particulares e também as devolutas, excetuadas aquelas indispensáveis à segurança nacional, as de interesse ecológico e as habitadas por comunidades indígenas ou tradicionais (no caso de terras de domínio público, o usucapião pode ser concedido administrativamente inclusive).

Em qualquer dos casos acima expostos, o possuidor não necessita de título que lhe confira a posse, basta mantê-la de fato durante o tempo e condições previstas em lei, de forma mansa e pacífica (não questionadas administrativa ou judicialmente).

Por outro lado, o Código Civil também prevê a possibilidade de usucapião para o possuidor com justo título que manteve a posse do imóvel durante 10 anos, de forma contínua e incontestável, desde que esteja de boa-fé. Para os casos em que o imóvel tiver sido adquirido onerosamente, com base no registro do respectivo cartório e cancelado posteriormente, tendo o possuidor estabelecido moradia ou realizado investimentos de interesse social e econômico, o prazo fica reduzido para 5 anos.

Em todas as hipóteses acima, o prazo pode ser contado considerando-se a posse de antecessores, desde que as posses a serem computadas sejam contínuas e pacíficas.

4.5.17.3. Outras formas de aquisição de terras públicas

No que diz respeito à ocupação ou aquisição de terras de domínio público, são previstas constitucionalmente a destinação de terras devolutas de forma compatível com a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária (art. 188, CF), sujeitando-se à aprovação do Congresso Nacional a alienação, a pessoas físicas ou jurídicas, de terras públicas superiores a 2.500 hectares, salvo se destinadas a reforma agrária.

A lei 6.383/76, que prevê o procedimento discriminatório de terras devolutas da União, confere legitimação de posse aos ocupantes de terras públicas de até 100 hectares que as tenham tornado produtivas com trabalho familiar, desde que não sejam proprietários de imóvel rural e comprovem moradia permanente e cultura efetiva por pelo menos 1 ano. Trata-se do fornecimento de uma Licença de Ocupação, intransferível e inegociável, que não pode ser objeto de penhora ou de arresto, mas possibilita obtenção de créditos e outros benefícios para produção, concedida pelo prazo máximo de 4 anos, findo o qual o possuidor terá preferência para aquisição do lote, comprovando sua capacidade para desenvolver a área, bem como permanência contínua no local. A lei conferiu também aos possuidores que tivessem Licença de Ocupação anterior à entrada em vigor dessa lei o direito de preferência para aquisição de área de até 100 hectares.

Quanto ao processo discriminatório, este consiste na demarcação de terras devolutas da União, a partir da identificação de novas posses legítimas, legítimas e ilegítimas, gerando o dever da União de proceder a acordos, reconhecimentos de área, etc, promovendo ao final a atualização dos registros no INCRA e nos Cartórios de Registro Imobiliário.

Ainda no que se refere às possibilidades de aquisição de terras públicas, a lei 6634/79 impõe restrição para alienação, concessão de uso, colonização, assentamentos, entre outras atividades, na faixa de 150km a partir da linha divisória do território nacional, denominada de faixa de fronteira, considerada indispensável à segurança nacional. Qualquer disposição nesse sentido depende de aprovação do Conselho de Segurança Nacional e não pode exceder 3000ha. Concessões ou alienações acima desse limite, desde que representem interesse relevante para a economia regional, dependem de autorização do Presidente da República, consultados o Conselho de Segurança Nacional e o Senado Federal.

4.5.17.4. Posse ou uso temporário

Nos termos do Estatuto da Terra, a posse e o uso temporário de área rural dependem de contrato, ainda que verbal, entre o proprietário e quem exerce atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento ou parceria.

Arrendamento é a cessão de uso do imóvel rural, total ou parcial, por tempo determinado ou não, para exploração rural mediante pagamento de retribuição ou aluguel. O arrendatário tem direito de preferência em caso de venda do imóvel arrendado.

Parceria rural é a cessão por tempo determinado ou não, sendo o mínimo de 3 anos, de uso específico do imóvel rural ou parte para exploração agrícola ou pecuária, mediante partilha de riscos e frutos em proporções pré-estabelecidas.

De qualquer forma, a alienação a terceiros ou qualquer outro ônus de direito real (hipoteca, por exemplo) não interrompem o contrato de arrendamento ou parceria. Os imóveis arrendados ou sob não serão objeto de desapropriação para reforma agrária, desde que cumpridos os termos contratuais.

As terras públicas poderão ser arrendadas ou dadas em parceria por razões de segurança nacional, ou se configurarem áreas de núcleo de colonização pioneira e na fase de implantação forem organizadas para demonstração; ou ainda se as terras forem consideradas de posse pacífica sob título de posse reconhecido pelo Poder Público.

Os terrenos de marinha, conforme o artigo 20 da Constituição Federal, por exemplo, considerados bens públicos da União, são inalienáveis. Entretanto, podem ser objeto de ocupação, concessão de direito real de uso, aforamento ou arrendamento, sob competência do SPU (Serviço de Patrimônio da União) e não do INCRA.

4.5.18. A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DA AID - TÍTULOS DE LEGITIMAÇÃO E REGULARIDADE DE POSSE OU PROPRIEDADE

Uma vez preenchidas ou caracterizadas as circunstâncias legalmente definidas, como exposto no ponto anterior, a legitimação da posse e ou da propriedade depende de registro imobiliário e cadastramento nos órgãos federal e estadual de controle de terras (INCRA e ITERPA), bem como de regularização tributária, nos termos da lei.

As leis federais 4.947/66, 5.868/72, 10.267/01, bem como os decretos 72.106/73 4.449/02 dispõem sobre o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, que consiste em um banco de informações sobre os imóveis rurais, incluindo propriedades, posses, parcerias,

arrendamentos e terras públicas, sendo que todos os detentores de algum título de posse, exploração ou propriedade sobre imóvel rural têm obrigação de prestar informações a esse cadastro, sob pena de multa e outras penalidades de ordem tributária.

Esse Cadastro é gerenciado pelo INCRA e pela Receita Federal, sendo produzido e compartilhado pelos órgãos federais, estaduais e municipais que produzam ou utilizem informações sobre o meio rural brasileiro.

A partir da regularidade das informações sobre o imóvel, o INCRA expede um Certificado (CCIR) que, acompanhado da prova de quitação do ITR (Imposto Territorial Rural) dos 5 últimos exercícios, comprova a regularidade do imóvel.

O Certificado condiciona, por exemplo, desde janeiro/67, a obtenção de créditos, financiamentos, bem como as possibilidades de hipotecar, desmembrar ou unificar, arrendar, vender ou prometer em venda imóveis rurais, sob pena de nulidade dos negócios realizados. Também não poderá ser homologada partilha no caso de sucessão ou testamento.

A lei 10.267/01 buscou integrar o Cadastro ao Sistema de Registro de Imóveis e à Receita Federal, como forma de diminuir as possibilidades de duplicação de informações e falsificação de documentos.

A sistemática apontada pela lei impõe aos registros imobiliários a obrigação de encaminhar ao INCRA mensalmente modificações referentes a titularidade, parcelamento, desmembramento, loteamento, retificação de área, reserva legal, etc, obrigação que também se estende aos proprietários em relação aos registros imobiliários, cabendo ao INCRA encaminhar mensalmente os códigos dos imóveis cadastrados. Dessa forma, a escritura e o CCIR são hábeis a informar a propriedade e a regularidade da área.

É importante ressaltar que a lei não permite o desmembramento em área inferior ao parcelamento mínimo estabelecido em lei, cuja unidade é o módulo fiscal calculado por região. Exceção feita à anexação a outra unidade confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembra mantenha área igual ou superior à fração mínima do parcelamento.

4.5.18.1. Dados sobre a grilagem de terras no Pará

Na realidade do Pará, as previsões legais relatadas nem sempre caracterizam a prática já sistematizada e hábil a impedir a duplicação de informações, a falsificação de documentos e apropriação indevida de terras públicas e áreas que deveriam ser especialmente protegidas.

Inúmeros são os desajustes de dados entre os órgãos que, aliados à falta de controle e fiscalização na demarcação das terras, propiciam falta de transparência e corrupção nos processos de regularização fundiária.

Dados do ano de 2000 revelam que, no Brasil, 9% dos proprietários são donos de 82% das terras agricultáveis, contando que 409,5 milhões de hectares correspondem a latifúndios e 114,6 milhões de hectares a terras públicas¹³.

Alguns estudos realizados por entidades não-governamentais como o Greenpeace¹⁴ e o Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), bem como as notícias veiculadas na mídia, dão conta de que a realidade local não espelha a intenção da lei.

¹³ FALCÃO, Ismael Marinho. *O Direito Agrário no Século XVI e o Desenvolvimento Rural Brasileiro dos Nossos Dias*. Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros, ano IV, nº 93, 3º trimestre/2000, p. 73.

¹⁴ Pará – Estado de Conflito. *Uma investigação sobre grileiros, madeireiro e fronteiras sem lei do Estado do Pará, na Amazônia*. Greenpeace, 2003, www.greenpeace.org.br/biblioteca/arquivos/pdf, pesquisado em 25/05/2006.

O sistema de registro único de terras ou mesmo o compartilhamento de informações entre os órgãos não existe, ou é precário, dando chance à corrupção, principalmente nos cartórios de registro imobiliário. Faltam articulação e organização de dados, além de fiscalização efetiva.

Nesse contexto, denomina-se grilagem a obtenção de posse ou de propriedade por meio ilícito, com a falsificação de documentos e o emprego de violência. Nesse processo, esse tipo de atividade envolve, na maioria das vezes, a ação e conivência de grandes proprietários de terras, madeireiros, criadores de gado, especuladores imobiliários, políticos, empresas e órgãos públicos.

Em 1999 o INCRA expediu a portaria 558, intimando os proprietários de todo o Brasil para atualizarem os dados relativos a imóveis rurais sob sua posse responsabilidade, apresentando a respectiva documentação. Estudos estatísticos do próprio INCRA¹⁵ sobre o perfil dos proprietários de áreas de até 10.000 ha. que não atenderam referida exigência demonstram que a região Norte é responsável por mais da metade da área grilada do país.

Desse estudo depreendeu-se que, embora o universo de imóveis não cadastrados seja pequeno em relação aos cadastrados, a área dos imóveis irregulares é bastante significativa. No Norte, 0,2% dos imóveis suspeitos de grilagem abrangem 26% da área dessa região, com destaque para o Estado do Pará, onde 0,3% dos imóveis são responsáveis por 34% da área suspeita de grilagem. O relatório final da CPI, de 29/08/2001 aponta que no Pará as terras rurais irregulares correspondem a mais de 30 milhões de hectares.

Nesse mesmo estudo, constatou-se que a região Norte possui 6% do total de imóveis cadastrados, abrangendo 22% da área. No que diz respeito à grilagem essas proporções são, respectivamente 33% dos imóveis e 53% da área, considerando-se o território nacional.

As terras não contabilizadas pelo governo começaram a ser identificadas depois que o INCRA passou a examinar as áreas abaixo de 10 mil hectares registradas em cartório imobiliário. Os 3 maiores grileiros de terras no Estado alegam possuir cerca de 20 milhões de hectares (Carlos Medeiros – 13 milhões, grupo CR Almeida – 6 milhões e Jarí Celulose – cerca de 3 milhões de hectares). Conforme o estudo mais recente sobre a questão fundiária¹⁶, Carlos Medeiros possui cerca de 1.200 títulos de propriedade falsos, em mais de 83 municípios.

O relatório da CPI da Câmara dos Deputados aponta que dos mais de 124 milhões de hectares, apenas 40 milhões, cerca de 32,1% da área total do Estado está nos cadastros oficiais do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), contra 67,8% irregulares. Das áreas cadastradas, cerca de 24 milhões de hectares estão em 26 mil propriedades e o restante (16 milhões ha) está em 84.124 posses. Isso totaliza 111 mil imóveis cadastrados, que concentram 30% da área total, evidenciando um alto índice de concentração fundiária no Estado¹⁷. Dos 111 mil imóveis rurais cadastrados, cerca de 100 mil (90% do total cadastrado) têm áreas de até 500 hectares e detêm 7,3 milhões de hectares, correspondente a 18% da área cadastrada. Enquanto que 5.414 posses (6% do total), com área acima de 500 hectares, detêm mais de 10 milhões de hectares, ou seja, cerca 25% do total das áreas cadastradas, com concentração nos imóveis que possuem entre 2 e 5 mil hectares.

¹⁵ SABBATO, Alberto Di. Perfil dos Proprietários/Detentores de Grandes Imóveis Rurais que não atenderam à notificação da Portaria 558/99. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO – projeto UTF/051/BRA, janeiro/2001.

¹⁶ *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Comissão Pastoral da Terra – CPT, Justiça Global, Terra de Direitos, novembro/2005.

¹⁷ Cf. estudo ref. Nota 4.

Foi possível detectar ainda que o Pará possui a maior área média por proprietário (aproximadamente 88 mil hectares), sendo que as pessoas físicas são fortemente majoritárias, em proporção de área, equivalendo no Pará a 71% do total da região. O número de empresas também é elevado (55%), mas não em proporção de área, onde prevalecem as pessoas físicas.

Os aspectos mais relevantes relacionados à grilagem de terras, identificados pelo estudo em questão, e também com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹⁸, referem-se a:

- i) sobreposição de terras griladas entre si. Em função de multiplicidade de documentos falsos sobre uma mesma área, o maior imóvel cadastrado no INCRA, por exemplo, a Gleba Rio Curuá, em Altamira, em nome de Glaucia Alencar Meirelles Rocha, com mais de 2 milhões de hectares, está, segundo as informações locais, sobreposto às áreas, não cadastradas no INCRA, pertencentes ao possivelmente inexistente Carlos Medeiros (de que se diz possuir mais de 12 milhões de hectares) e a Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu (que afirma possuir cerca de 5 milhões de hectares).
- ii) sobreposição de áreas griladas com terras públicas, reservas florestais e reservas indígenas. Exemplo disso é uma área identificada no Pará, não cadastrada no INCRA, Fazenda Jabuti, em Altamira, em nome de Benedito Batista da Gama, com mais de 600 mil hectares, que se sobrepunha a área sob jurisdição estadual (64% do total), a área de propriedade da União, Gleba Leite, do INCRA (24% do total) e a área da Floresta Nacional de Altamira (12% do total). Excetuam-se os casos em que reservas indígenas foram demarcadas pela FUNAI posteriormente ao registro da propriedade.
- iii) grilagem apenas “no papel”. Consiste no uso de documentação falsa sobre terra fictícia em transações financeiras, como obtenção de empréstimos bancários, financiamentos de projetos, abatimento dívidas previdenciárias mediante a dação em pagamento de imóveis rurais (Lei 9711/98).¹⁹
- iv) terras griladas em áreas não propícias a assentamentos de reforma agrária. No Pará, por exemplo, as terras situadas na ilha de Marajó (em particular as dos municípios de Breves, Cachoeira do Arari e Soure) e aquelas situadas nos municípios de Portel, Altamira e Novo Progresso²⁰.
- v) inconsistências no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA. Foram constatadas inconsistências cadastrais que implicam redução da área suspeita de grilagem efetivamente existente. No Pará, foram detectados também alguns casos em que há suspeita de duplicação de cadastro e dois casos em que a área total cadastrada parece ter sido decuplicada, possivelmente em razão de erro na entrada de dados. Erros bastante comuns referem-se a endereço, CPF ou CGC, nome de proprietários ou detentores.

4.5.18.2. Aspectos socioeconômicos sobre a grilagem

Do ponto de vista sócio-econômico, as denúncias sobre conflito de terras e grilagens envolvem violência, trabalho escravo, expulsão de comunidades indígenas e tradicionais de suas áreas legalmente garantidas e assassinatos. Dados estatísticos mostram que o Pará

¹⁸ Disponível no site www.mda.gov.br em 25/05/2006.

¹⁹ Existem, apenas no Pará, 94 processos relativos a essa lei sendo analisados, o que induz à conclusão de que se constituiu uma verdadeira “indústria” da grilagem exclusivamente para esse fim. Acrescente-se que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar (PAD) na Superintendência Regional do INCRA neste estado, em virtude da constatação de irregularidades em processos relativos a essa Lei, que resultou em punições a diversos servidores públicos.

²⁰ O planejamento elaborado pela Superintendência Regional do Pará identifica a região nordeste do estado como sendo a de maior demanda por terras e, portanto, prioritária para a reforma agrária.

tem o maior índice brasileiro de assassinatos ligados a conflitos agrários que não são investigados. As regiões mais críticas situam-se em Porto de Moz e Terra do Meio.

De acordo com o estudo do Greenpeace²¹, o processo de ocupação irregular de terras geralmente tem início com a exploração de florestas para extração ilegal de madeira²², prática que vem sendo estimulada a mais de 40 anos na região. A retirada da cobertura vegetal dá lugar a pastagens para criação de gado. O avanço da pecuária, por sua vez, ocasiona a derrubada de florestas e a venda ilegal de madeira, completando então um processo que se repete. O gradativo empobrecimento do solo e a expulsão das comunidades tradicionais, entre outros fatores, diminuem as possibilidades de crescimento da economia local. Sem alternativas, as comunidades se vêem submetidas a condições precárias de trabalho, muitas vezes recebem propostas de trabalho em fazendas com baixos salários, comprometem seu patrimônio mínimo endividando-se, gerando um ciclo de dependência e subordinação a práticas ilegais que inclusive põem em risco sua própria vida.

A questão da grilagem de terras na Amazônia foi objeto de investigação pelo governo federal em 1999, no âmbito do INCRA, seguida, em 2002, por CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara dos Deputados. Concluiu-se pela existência de aproximadamente 100 milhões de hectares de terras com documentação suspeita, tendo o INCRA cancelado o registro de pelo menos 70 milhões de hectares²³, destas cerca de 20,8 milhões de hectares divididos entre 422 fazendas situavam-se no Pará, muito provavelmente com maior intensidade nas áreas já mencionadas de Porto de Moz e Terra do Meio.

No estudo feito pelo Greenpeace são identificados os métodos mais comuns de grilagem de terras. De acordo com o texto:

A) o grileiro identifica a terra a ser grilada;

B) obtém o controle da mesma por meio de:

- concessões de seringais inválidas, expedidas nas décadas de 40 e 50 com validade de 1 ano, em função da grande produção de borracha no país após a Segunda Guerra Mundial. Por conta da descrição imprecisa dos limites territoriais nesses documentos, áreas muito maiores do que previa a concessão original eram registradas e, com isso, porções significativas da Terra do Meio foram privatizadas, ainda nos anos 80;
- ocupação física de florestas, por meio de demarcação e manutenção de guarda armada no local;
- concessões inválidas de sesmarias (terras não cultivadas destinada ao trabalho de colonos entre 1531 a 1822), apesar da abolição desse sistema desde a proclamação da independência do país;
- ocupação, aquisição ou falso arrendamento de terra ocupada por colonos tradicionais, como os ribeirinhos por exemplo; o grileiro compra todas as posses de pequenas propriedades ao longo de um rio ou estrada, demarca o local e reivindica a propriedade de toda a área da comunidade, com emprego de violência.

²¹ V. nota 2.

²² O Imazon registra que 95% da madeira na Amazônia é produzida de forma predatória, com um índice bastante alto de destruição – 18 mil Km² por ano. O estudo do Greenpeace aponta que o Pará responde por mais de 1/3 do desmatamento de todo o Brasil, sendo também responsável por 40% da produção madeireira do país, representando 60% das exportações da Amazônia. Conforme imagens de satélite divulgadas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em 2003, a região mais afetada pelo desmatamento situa-se na Terra do Meio.

²³ Estas ações resultaram a partir da Portaria 558/99 acima mencionada.

- C) O grileiro providencia a 'legitimação' de posse ou propriedade da terra grilada, seja por meio de documentos falsos ou contando com a conivência de cartorários que:
- atestam informações falsas, como o tempo de ocupação da terra para fins de usucapião;
 - não verificam in loco ou através do cruzamento de dados com outros órgãos a veracidade das informações fornecidas pelos grileiros;
 - aceitam propina para efetuar os registros;
 - não verificam a validade dos pedidos de registro;
 - registram terras em duplicidade ao registro em outros cartórios sem cruzar os limites territoriais já registrados.
- D) A partir do registro imobiliário, o grileiro solicita o cadastramento no INCRA ou ITERPA, que muitas vezes o concede sem contestar a documentação expedida pelo cartório. Sequer exigem a apresentação do mapa e memorial descritivo da terra, nem prova de origem do documento de terra e testemunhas, apenas emitem certidão de registro que reconhece a posse terra até que exista outra decisão posterior em contrário (o que possibilita a superposição de pedidos).
- Como a lei exige que áreas superiores a 2.500 ha sejam submetidas a apreciação do Congresso Nacional, o grileiro desmembra a área em lotes menores, sob nomes fictícios, alegando que está arrendando a terra para algum projeto. O grileiro normalmente solicita o registro no INCRA, no ITERPA e na Receita Federal, a fim de que o cruzamento de dados dê alguma consistência legal à fraude.
- E) O grileiro solicita autorização para explorar a área ao órgão competente. No caso de exploração madeireira, o IBAMA deve aprovar o Plano de Manejo Florestal ou emitir Autorização de desmatamento, a partir da comprovação da propriedade da terra. Em razão de falsificações, desde agosto de 2003 o IBAMA não aceita mais escrituras precárias de compra e venda ou declarações do ITERPA para esse fim, nem concede Autorização de Desmatamento ou aprova PMFs com base nesses documentos.

4.5.18.3. A atuação do Poder Público

A análise de entidades não-governamentais sobre a atuação do Estado quanto a regularização fundiária consubstancia a crítica de que tanto o Poder Executivo como o Judiciário têm contribuído para a manutenção das irregularidades na ocupação da terra e para a desigualdade social e de renda, promovendo desapropriações com pagamento de indenização a proprietários ilegítimos e despejo de famílias e trabalhadores, subsidiando obras de grandes latifundiários que contratam mão de obra barata quando não escrava, sem contar o fato de que a morosidade dos processos judiciais e o conseqüente arquivamento por prescrição penal propicia a impunidade dos infratores.

Por outro lado, algumas ações do Estado sobre a questão fundiária podem ser enumeradas: (i) o zoneamento ecológico-econômico como ferramenta para auxiliar a formulação de políticas públicas que visem diminuir o conflito no campo; (ii) a recente lei federal de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, que busca proteger comunidades tradicionais e espaços protegidos; (iii) através do Plano Pará, que articula as políticas do Estado sobre regularização fundiária, ao executar o georreferenciamento, o INCRA pretende identificar e demarcar em definitivo as terras da União no Pará, mapeando irregularidades na ocupação e regularizando casos de ocupação de áreas públicas.

No que diz respeito às tentativas de cadastro, em 1997 o INCRA objetivou unificar os registros cadastrais em âmbito federal, estadual e municipal, mas não obteve resultados, em decorrência da insubsistência dos dados disponíveis. Em 1999, a Portaria 596 propôs o recadastramento de todos os imóveis com área superior a 10 mil hectares, localizados inclusive no Pará. Os processos deveriam ser precedidos de levantamento da cadeia dominial até a origem, de exame de regularidade e legitimidade de área e do georreferenciamento, sob pena de perda do registro no INCRA, o que inviabilizaria financiamentos. Em decorrência dessa Portaria, editou-se outra, a 558, que determinava o cancelamento do registro no INCRA dos imóveis que não atenderam a portaria anterior. Em dezembro de 2000, o INCRA sistematizou todos os dados decorrentes dessas medidas e promoveu o cancelamento de registros de 70 milhões de hectares em todo o país. Cerca de 20,8 milhões, 1/3 do total dessas áreas, está localizado no Pará e compreende 422 latifúndios.

Em 2001, o governo federal editou a lei 10.276/01 que previa além do Cadastro Unificado, o georreferenciamento obrigatório e a atribuição de um código identificador para cada propriedade. A lei foi regulamentada em outubro de 2002, pelo decreto federal 4.449, que estabeleceu um cronograma para efetivação das medidas previstas, variando de 1 a 3 anos conforme o tamanho. Os cartórios de registro imobiliário apresentaram vários questionamentos em relação aos procedimentos previstos no decreto, levando o INCRA, em novembro/2003 a editar as Instruções Normativas 12 e 13, além da Portaria 1101, detalhando referidos procedimentos, sem prorrogar os prazos da lei. Dessa forma, os imóveis que não cumpriram as disposições legais ficaram suscetíveis de terem seus cadastros cancelados pelo governo federal.

Em dezembro de 2004, o INCRA editou a Portaria 10, estabelecendo procedimentos para imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação localizados em 314 municípios da Amazônia Legal. A Portaria estabelece que as novas inclusões ou alterações de imóveis rurais dependem obrigatoriamente da apresentação de planta e memorial descritivo georreferenciado hábil a identificar possível superposição terras públicas, condicionando a emissão do CCIR a essa exigência, sob pena da suspensão do registro existente, o que inviabiliza obtenção de créditos. As unidades do INCRA ficaram proibidas de expedir declaração de posse ou similar para áreas superiores a 100 há, para fins de regularização fundiária, plano de manejo, desmatamento e financiamentos. A portaria estabeleceu prazos até janeiro de 2005. Um dos primeiros efeitos da medida foi o cancelamento de 33 Planos de Manejo Florestal, o que suscitou a manifestação de madeireiros e fazendeiros que bloquearam estradas e exigiram a revogação da portaria, bem como a legalização de suas áreas.

Em fevereiro de 2005, o governo se reuniu com os manifestantes, não suspendeu a Portaria, mas deixou de aplicar as punições.

A condescendência do governo, a falta de registro único ou de um cadastro específico para grandes proprietários, a falta de articulação entre os dados dos órgãos fundiários das 3 esferas de governo, a desorganização e multiplicidade de títulos imobiliários incidentes sobre uma mesma área, aliados à falta de fiscalização, de estrutura e de funcionários públicos em número suficiente, faz com que os movimentos e conflitos locais, além da corrupção, não tenham fim.

O estudo da Comissão Pastoral da Terra dá conta de que o INCRA de Marabá, por exemplo, conta com apenas 1 procurador e 3 assistentes para atender todo o sul e sudeste do Pará. Até novembro de 2005, apenas 2 ações discriminatórias foram ajuizadas na região. Procedimentos previstos nas leis e portarias, como a verificação da cadeia dominial dos imóveis, o cancelamento dos registros cadastrais praticamente não ocorrem. As exceções são áreas onde há conflitos, pressão dos movimentos camponeses e, não raro, onde já ocorreram vários assassinatos de trabalhadores.

Quanto ao ITERPA, o INCRA aponta que, pesar dos órgãos firmarem, em maio de 2004, um Termo de Compromisso que prevê a atuação conjunta e possibilita a transformação das

terras públicas estaduais em projetos de reforma agrária, na prática, o órgão estadual tem se mostrado reticente a arrecadar as terras e retirá-las da posse de particulares. Isso não é feito mesmo quando o tamanho destas ultrapassa o limite constitucional de 2500 hectares (Art. 188 da Constituição Federal).

- Propostas que dependem de aprovação

A seguir enumeram-se algumas propostas que dependem de análise e aprovação relacionadas à regularização fundiária, no sentido de coibir as irregularidades:

- Proposta de Emenda Constitucional nº 438/2001 - prevê a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo;
- Propostas de Emenda Constitucional nºs 304/2004 e 374/3005 - dispõem sobre prestação dos serviços notariais e de registro por órgãos públicos (federalização dos cartórios);
- Projeto de Lei nº 2022/1996 - dispõe sobre as vedações à formalização de contratos com órgãos e entidades da administração pública e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.
- Resolução do Conselho Monetário Nacional - proíbe a concessão de créditos de instituições financeiras públicas e privadas a empresas e fazendeiros que utilizam trabalho escravo, tendo por base a lista elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.18.4. Medidas de combate aos conflitos de terra e irregularidades fundiárias

Dos estudos promovidos pelas entidades não-governamentais mencionados neste trabalho, destacam-se as seguintes recomendações visando dirimir ou ao menos atenuar os conflitos no campo:

- efetividade e agilização de investigações administrativas e criminais, bem como das ações judiciais, sobre as denúncias, assassinatos e todos os crimes que envolvam conflitos de terra no Pará, através da atuação conjunta da Polícia Civil, Federal, Ministério Público e Poder Judiciário.
- dotar a estrutura administrativa de órgãos e funcionários, especialmente com: (i) a criação de Procuradorias da República e Defensorias Públicas da União nos municípios onde os conflitos são acentuados; (ii) ampliação das Varas de Trabalho do Pará e no interior do Estado; (iii) disponibilização permanente e exclusiva de agentes e delegados federais para ações de combate ao trabalho escravo nos municípios do interior do Estado do Pará.
- Cancelar, imediatamente, os registros irregulares de terras griladas (INCRA/MDA, ITERPA).
- Anular todos os títulos e certidões de imóveis rurais com mais de 2.500 hectares, adquiridas em desacordo com a previsão constitucional (INCRA/MDA).
- Publicar os processos administrativos decorrentes da Portaria 558/99 e divulgar os imóveis que não atenderam à Portaria (INCRA/MDA).
- Implantar, imediatamente, o Sistema Público de Registro de Terras (cada declaração deverá ser acompanhada de memorial descritivo, coordenadas dos vértices definidores de limites dos imóveis rurais, georreferenciados no Sistema Geodésico Brasileiro, previsto na Lei 10.267 e regulamentado pelo Decreto 4.449) — INCRA/MDA.

- Descredenciar os proprietários de terras envolvidos em crimes contra trabalhadores rurais, ambientais, trabalho escravo e grilagem dos programas oficiais de financiamento.
- Arrecadar todas as áreas públicas griladas ou incorporadas ilegalmente, destinando-as para o programa de reforma agrária (INCRA/MDA e ITERPA).
- Criar reservas extrativistas e demais áreas de proteção ambiental que garantam a vida digna das comunidades tradicionais e indígenas do Pará, suprindo essas unidades de fiscalização e conselho gestor que garanta a efetividade dos planos de manejo e conservação;
- Fortalecer e estruturar as unidades do IBAMA no Estado do Pará, garantindo eficácia às ações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal e às ações de implementação das unidades de conservação criadas.
- Negar novas autorizações, pelo IBAMA, de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), sem acompanhamento in loco ou sem certificação das atividades da empresa no local.
- Proceder à regularização fundiária de todas as posses até 100 hectares no Estado do Pará, destinando créditos de investimento e custeio para os posseiros (INCRA/MDA).

Formar uma comissão, chefiada pelo Procurador Federal do INCRA, para averiguar a situação e apurar responsabilidades, pelo emperramento de dezenas de processos administrativos de desapropriação na superintendência do INCRA de Marabá (INCRA, MDA, ONGs).